



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

**José de Macedo, um intelectual na viragem do século:
organização e descrição do espólio arquivístico**

Arminda Augusto Fortes

**Abril
2014**



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

**José de Macedo, um intelectual na viragem do século:
organização e descrição do espólio arquivístico**

Arminda Augusto Fortes

Orientador: Professor Doutor José Manuel Lousada Lopes Subtil

Dissertação apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Documentais, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Documentais, especialidade de Arquivo e Sistemas de Informação.

**Abril
2014**

*Ao meu pai,
com muita saudade...*

AGRADECIMENTOS

Sou grata a tanta gente e por coisas tão diversas quanto imprescindíveis:

Ao Deus da minha vida. Minha força, meu refúgio, meu socorro.

Ao meu orientador Professor Doutor José Manuel Lousada Lopes Subtil, pela sua orientação e pelo encorajamento que me deu para levar até ao fim este projecto.

À Doutora Conceição Casanova, directora de gestão e responsável pela área do património do Instituto de Investigação Científica Tropical, pelo enorme incentivo e compreensão manifestados ao longo deste difícil processo.

À Doutora Ana Canas, directora do Arquivo Histórico Ultramarino, pelo apoio e compreensão.

Ao querido amigo João Proença, por acreditar em mim, por não me “permitir” desistir, pelo apoio moral, pelas sugestões e pela revisão do texto.

Ao Luís Lima, mesmo sobrecarregado de trabalho disponibilizou-se para me ajudar, partilhando comigo o seu conhecimento. Não esquecerei a generosidade.

À Dulce Figueiredo, pelo apoio e alento concedidos ao longo do tempo e pela preciosa ajuda na revisão do texto.

Às colegas Catarina Gonçalves, Laura Moura e Catarina Mateus, pela partilha de conhecimentos e pelo apoio moral. Um agradecimento especial à Catarina Gonçalves.

À Carlene Recheado pela bibliografia e pelo apoio moral.

À colega Isabel Silva por me ter disponibilizado bibliografia.

Ao António Mendes, pelo ânimo e pela bibliografia.

À Karina Santos pelo apoio moral e amizade.

À Érika Dias, obrigada pela amizade e pelas orações.

À Manuela Portugal, pelo carinho, generosidade e pela revisão do texto.

Aos amados irmãos e amigos Cristina e Hernâni Felgueiras, Mário e Lancy Pina, Lina e Jairo Lopes, Sara e Tiago Capote, Cheila, Isabel David, em particular, e em geral, a todos os irmãos que intercederam por mim, sustentando-me em oração, em todo este difícil percurso.

Ao Cláudio Dias e à mãe Nela, pela amizade e cuidado.

Aos colegas do AHU, do IICT e do CDI pelo bom convívio e apoio moral.

À minha querida amiga Cidália Rosa, por no meio das suas muitas aflições não se esquecer de me alentar nas minhas. A tua amizade é inestimável.

À minha querida mãe, irmã, irmão, cunhados, sobrinhos, sobrinhos-netos, aos meus afilhados, Alexandre, Lucas e Tomás, agradeço o amor, o apoio e a compreensão pela ausência.

À Cátia Costa, impulsionadora de todo este projecto, pela sua amizade, inestimável colaboração e entusiasmo.

Ao Dr. Marcelino de Macedo, pelo reconhecimento do valor do legado em sua posse e pela partilha.

Aos que nomeei e aos que por lapso não o fiz, o meu muito obrigado.

Preparar para publicação um manuscrito inacabado,
Ao qual o seu autor não pode dar a última demão, e
a que mesmo nas partes que chegou a entregar para
dactilografar haveria por certo que dar uns últimos
retoques antes de o enviar ao prelo, é tarefa delicada e
de molde a suscitar muitos escrúpulos. Mas que valem
tais escrúpulos em comparação com o prazer propiciado
pela revelação de uma tão bela obra – mesmo mutilada?

Lucien Febvre

RESUMO

A presente dissertação constitui a descrição do processo de organização da documentação que integra o acervo arquivístico de José de Macedo. O trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, faz-se o enquadramento teórico em torno da temática dos arquivos privados pessoais, dando conta do seu lugar no âmbito da disciplina Arquivística, na sua relação com os princípios e conceitos arquivísticos, as suas características, potencialidades e questões que a práxis tem suscitado. Na segunda parte, tem lugar a apresentação da metodologia adoptada e a descrição das sucessivas etapas do tratamento arquivístico implementado: enquadramento do contexto de produção da massa documental em questão; elaboração da biografia do produtor, facilitadora do processo de organização intelectual do seu fundo pessoal; definição das áreas de actividade; levantamento preliminar de conjuntos de documentos de algumas das áreas de acção do produtor; criação das séries documentais; elaboração do quadro de classificação, que reflectirá de modo preciso a estrutura lógica do fundo quando estiver fixada; ordenação física dos documentos dentro do esquema delineado; cotação e instalação; descrição de determinadas séries documentais em conformidade com a *Norma Internacional de Descrição Arquivística* ISAD(G) e as *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA); levantamento das condições de acesso e definição de estratégias de difusão do acervo documental.

Facultar aos investigadores e estudantes instrumentos de acesso à informação - inédita ou complementar - que sirva de ponto de partida para novas abordagens ou estudos no âmbito da História Lusófona e da História do Pensamento e da Cultura; propiciar condições para um olhar renovado sobre a vida e obra do intelectual, professor, pedagogo, escritor, jornalista, publicista, maçom, político, activista cívico, propalador do respeito e da cooperação entre os povos, assumem-se como motivações deste projecto.

Palavras-chave: Arquivística; Arquivo pessoal; José de Macedo; Tratamento arquivístico.

ABSTRACT

The current dissertation presents a description of the organization process of José de Macedo's personal archive. The work is divided in two parts. In the first one, it is made a theoretical approach about the personal private archives, regarding its place in the Archival science, its relationship with the principles and archival concepts, its features, potentials and questions that the praxis has been bringing about. In the second part, takes place the presentation of the methodology adopted and the description of the successive stages of the archival treatment implemented: guidelines of the context of the production of the documentary archival mass to be addressed; elaboration of the producer's biography, facilitator of the intellectual arrangement process of his private archive; definition of the areas of activity; preliminary survey of the document sets of some of the producers action areas; creation of the documentary series; elaboration of the classification table, which will reflect precisely the logical structure of the fond when it is set; physical order of the documents within the established structure; quotation and installation; description of determined documentary series according to the *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)) and the *Guidelines for the Archival Description* (ODA); survey of conditions of access and definition of diffusion strategies of the documentary archives.

Provide to the researchers and students means of access to - unedited or complementary - information that might be useful as a starting point to new approaches or essays concerning Lusophone History and Ideas and Cultural History; provide conditions to a renewed perspective onto the life and work of the intellectual, professor, pedagogue, writer, journalist, publicist, mason, politician, civic activist, propagator of the respect and cooperation between people, are assumed as motivations to this project.

Key-words: Archival; Personal archive; José de Macedo; Archival treatment.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRACT

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO.....1

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....4

1. Os arquivos pessoais no seio da Arquivística.....4

1.1. Os arquivos: da Antiguidade Clássica à Idade Moderna.....4

1.2. A Revolução Francesa e a disciplina Arquivística.....5

1.3. A autonomia da Arquivística: o Manual dos Holandeses.....6

1.4. A teoria das “três idades” e a gestão documental.....8

1.5. A “Nova História” e a valorização dos arquivos pessoais.....10

1.6. A “Era da Informação” e o contributo das correntes canadianas
para a Arquivística Contemporânea.....18

PARTE II - O ESPÓLIO DE JOSÉ DE MACEDO.....21

1. História biográfica.....25

2. História custodial e arquivística.....51

3. Tratamento arquivístico da documentação.....61

3.1. Levantamento da documentação.....62

3.2. Arranjo.....67

3.3. Descrição.....	78
3.4. Comunicação e difusão	94
CONCLUSÃO.....	100
FONTES E BIBLIOGRAFIA	105
APÊNDICES	126
APÊNDICE 1 – Boletim bibliográfico.....	127
APÊNDICE 2 – Roteiro da entrevista semi-directiva	128
APÊNDICE 3 – Levantamento preliminar parcial da documentação.....	132
APÊNDICE 4 – Quadro de Classificação.....	133
APÊNDICE 5 – Tabela de descrição de conjuntos documentais seleccionados.....	139
ANEXOS.....	140
ANEXO 1 – Lista dactiloscrita das obras publicadas e em preparação e colaborações em periódicos.....	141

LISTA DE SIGLAS

ACTD - Arquivo Científico Tropical Digital

AHC - Arquivo Histórico Colonial

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

EEN - Empresa de Economia Nacional

ICL – Instituto Comercial de Lisboa

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

ISAD - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

JICU - Junta de Investigações Científicas do Ultramar

MU – Ministério do Ultramar

MUD - Movimento da União Democrática

ODA - Orientações para a descrição arquivística

PRP - Partido Republicano Português

PRR - Partido Republicano Radical

SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia de José de Macedo. Fonte: AHU. Arquivo José de Macedo.....	31
Figura 2 – Apostila do Grande Oriente Lusitano Unido que confere o Grau 20.º (Mestre ad Vitam) a José de Macedo. Fonte: AHU. Arquivo José de Macedo.....	39
Figura 3 – Programa Eleitoral de José de Macedo enquanto candidato a deputado pelo círculo de Gaia. 1911. Fonte: AHU. Arquivo José de Macedo.....	43
Figura 4 – Condições de acondicionamento do espólio em Tavira. Monografias. Fonte: Fotos cedidas pela Dra. Cátia Miriam Costa.....	59
Figura 5 – Condições de acondicionamento do espólio em Tavira. Periódicos. Fonte: AHU. Fotos cedidas pela Dra. Cátia Miriam Costa.....	59
Figura 6 – Condições de acondicionamento do espólio em Tavira, numa sala com material e equipamento de construção civil. Fonte: AHU. Fotos cedidas pela Dra. Laura Moura (Conservação e Restauro).....	60
Figura 7 – Monografia apresentando focos de micro-organismos activos (fungos). Fonte: AHU. Fotos cedidas pela Dra. Laura Moura (Conservação e Restauro).....	60
Figura 8 – Intervenção de restauro num desenho a carvão de autoria de José de Macedo. Fonte: AHU. Fotos cedidas pela Dra. Laura Moura (Conservação e Restauro).....	60
Figura 9 - A documentação de arquivo estava completamente desorganizada. A Fonte: AHU. Fotos cedidas pela Dra. Laura Moura (Conservação e Restauro).....	61

Figura 10 – A documentação foi higienizada e reacondicionada. A Fonte: AHU. Fotos cedidas pela Dra. Laura Moura (Conservação e Restauro).....	61
Figuras 11 – Os documentos antes da identificação do contexto de produção documental e da elaboração do quadro de classificação. A Fonte: AHU. Fotos cedidas pela arquivista.....	69
Figuras 12 – Agregação dos documentos resultantes da mesma actividade nas respectivas áreas de intervenção do titular do arquivo (organização segundo o quadro de classificação). A Fonte: AHU. Fotos cedidas pela arquivista.....	69
Figura 13 – Tabela de descrição de séries seleccionadas.....	80

INTRODUÇÃO

A presente dissertação inscreve-se no âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Documentais, na vertente de Arquivo e Sistemas de Informação, ministrado pela Universidade Autónoma de Lisboa.

O seu objecto consiste na descrição do processo de organização do espólio arquivístico do Dr. José de Macedo, em depósito no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), organismo que se encontra na dependência do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)¹.

O tratamento do espólio bibliográfico e arquivístico do Dr. José de Macedo enquadra-se no projecto *Promoção do Saber Tropical*, na sua linha de actividade *Documentação para a Biodiversidade*, vertente de *preservação e acesso ao património bibliográfico e arquivístico* relativos aos ecossistemas tropicais e à referenciação geográfica, abrangendo também as ciências sociais e humanas (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, [2012], p. 28).

O seu espólio é constituído pela sua biblioteca particular e pelo seu acervo documental, produzido, acumulado e utilizado no decurso das suas diversas actividades e áreas de interesse.

Inicialmente propúnhamo-nos apresentar as acções de organização e tratamento técnico quer do material de biblioteca como o de arquivo, no entanto, a extensão da biblioteca, a complexidade do tratamento do fundo pessoal, pelo nível de desorganização, entre outros factores, e o desenvolvimento de um outro projecto em simultâneo, obrigaram-nos a rever e a adequar os nossos objectivos ao tempo que de que dispúnhamos para concretizar os objectivos gizados dentro dos prazos académicos.

¹ A Nota da 13.ª Reunião do Conselho de Orientação e Unidade de Acompanhamento (CO/UA) dá-nos conta da actual situação: o IICT vinha passando por um processo de reestruturação, resultante das conclusões constantes do relatório Contzen, de Abril de 2013. Os resultados da última avaliação externa e as determinações do Orçamento de Estado para 2014 afectaram esse processo, ditando a tutela, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a integração/migração do Instituto para a Universidade de Lisboa (ULisboa). Os contornos desta transferência são ainda desconhecidos. Não está ainda definido o destino do AHU, estando em debate duas possibilidades: a sua transferência para a esfera dos arquivos nacionais, passando para a tutela da Secretaria de Estado da Cultura (SECu) ou a sua manutenção como serviço aberto do IICT na ULisboa. Disponível em <http://www2.iict.pt/?idc=7&idi=21301>. Este apontamento serve apenas para contextualizar, sem qualquer intenção de aprofundar as causas ou problematizar as consequências das determinações mencionadas.

Assim, o tratamento arquivístico de conjuntos documentais seleccionados, respeitantes a algumas das áreas de actividade do titular constitui-se como o principal objectivo.

A metodologia adoptada consistiu a) na pesquisa bibliográfica, com o intuito de recolher informação biobibliográfica (leitura e análise de biografias ou notas biográficas e das obras mais emblemáticas de José de Macedo), essencial para o estudo do contexto de produção documental (identificação das áreas de intervenção do titular). Esse levantamento bibliográfico inclui também fontes primárias e secundárias sobre o período histórico correspondente à existência cronológica de Macedo. Mas não só. Procedemos também à recolha de legislação portuguesa sobre arquivos privados e da literatura existente sobre o tratamento de arquivos pessoais (monografias, dissertações, artigos de periódicos de revistas especializadas, mas também *sites* de organizações internacionais e nacionais da área da Arquivística); b) na análise da massa documental, identificando os assuntos tratados, as tipologias documentais e o âmbito cronológico; c) na entrevista efectuada ao legatário do espólio do Professor Jorge Borges de Macedo, filho do produtor do arquivo; d) no levantamento preliminar de documentos numa folha de recolha de dados em Excel. A descrição aí efectuada teve um cariz mais arqueológico, de investigação a partir dos documentos; e) na elaboração do quadro de classificação, a partir das áreas de acção identificadas; f) na organização dos documentos em conformidade com o quadro de classificação estabelecido; g) na descrição de conjuntos documentais seleccionados, ao nível do documento simples e do documento composto, através da criação de uma folha de recolha de dados em Excel, contendo elementos de descrição previstos na ISAD(G); h) ordenação física dos documentos dentro das séries documentais; atribuição de uma cota alfanumérica a cada documento; acondicionamento dos documentos em pastas/capilhas.

A dissertação encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte apresentamos uma breve abordagem à temática da história dos arquivos e da Arquivística. Identificamos os momentos de ruptura, de mudança de paradigma. Definimos os conceitos e princípios nucleares e tradicionais da ciência Arquivística, alertando, todavia, para os debates em torno das dificuldades de uniformização terminológica e da sua adequabilidade na era pós-custodial. Paralelamente a tudo isso, o lugar e o caminho lento da valorização dos arquivos privados, em particular, de pessoas

singulares. Na segunda parte descrevemos o processo de organização do arquivo do Dr. José de Macedo. No primeiro capítulo facultamos a biografia do produtor do fundo, enquanto elemento de contextualização e, por conseguinte, de uma melhor compreensão do mesmo. No segundo capítulo reunimos todas as informações disponíveis sobre o itinerário do espólio, desde a sua deslocação da casa alugada em Lisboa onde a sua viúva permaneceu após ao desaparecimento de José de Macedo em 1948, até à sua entrada no Arquivo Histórico Ultramarino. No último capítulo encontram-se expostas as diversas fases da organização do acervo arquivístico, bem como as dificuldades que foram surgindo.

As referências bibliográficas constantes na Bibliografia foram elaboradas em conformidade com a NP-405 para os documentos em suporte de papel e electrónico.

A grafia utilizada não respeita a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Os arquivos pessoais no seio da Arquivística

1.1. Os arquivos: da Antiguidade Clássica à Idade Moderna

A história dos arquivos e da Arquivística remete-nos para a história da própria Humanidade, da crescente complexidade das suas estruturas sociais subsidiada pela invenção da escrita. Ainda que a noção de Arquivística² seja recente, o facto é que já existia uma prática e normas que visavam a produção, a ordenação e a conservação de documentos ligados à administração. As descobertas da Arqueologia comprovam a existência, nas Civilizações Pré-Clássicas do Vale do Nilo e da Mesopotâmia, de arquivos, em suporte de placas de argila, de documentos governamentais, sentenças judiciais, cartas, etc., os quais se encontravam bem organizados e instalados em estantes de madeira, nos palácios e nos templos (REIS, 2006, p. 2).

É da cultura helénica que os romanos “herdam” a prática de produzir e conservar a documentação (leis, decretos, actas judiciais, inventários, etc.) das diferentes magistraturas em dependências separadas. A Roma Antiga é uma sociedade caracterizada por uma complexidade administrativa e uma rede de arquivos bem estruturada, com funcionários especializados e funcionando em conformidade com regras e com o princípio que ainda hoje é considerado um dos alicerces da Arquivística - o princípio da proveniência. Os arquivos que integravam a citada rede funcionavam como “repartições”, as quais se ocupavam de aspectos distintos da administração (finanças e contabilidade imperial; documentos diplomáticos; litígios civis e criminais, etc.) sendo que os fundos produzidos por cada uma dessas secções eram conservados separadamente e ordenados cronologicamente. Não eram somente um instrumento fundamental para a administração, mas também para a salvaguarda dos direitos dos cidadãos (REIS, 2006, p. 2-3).

Com a Idade Média, perde-se a noção de arquivo público e assiste-se a uma centralização dos arquivos nas mãos das classes poderosas, em particular do clero,

² O Dicionário de terminologia arquivística define a Arquivística como a ciência que tem por objecto os arquivos, os princípios e métodos da sua constituição, conservação, organização e comunicação (ALVES *et al.*, 1993, p. 7).

depositário do conhecimento e da cultura. Surgem assim os Arquivos Eclesiásticos, incumbidos da guarda e da gestão dos títulos de propriedade, tanto da Igreja como de outras entidades públicas e privadas.

Na baixa Idade Média começam a desenvolver-se as Chancelarias, organizadas por secções orgânicas e absorvendo funcionários especializados, sobretudo em questões técnico-jurídicas. É aí que se fazem os registos.

Nos séculos XIV e XV os arquivos experimentariam um grande desenvolvimento, que se caracterizou, por exemplo, pela proliferação de Arquivos Centrais por toda a Europa, incluindo em Portugal, com a criação, em 1325, do Arquivo da Torre do Tombo; pela descentralização, possibilitando a criação dos Cartórios Concelhios; e pela valorização da profissão de arquivista (REIS, 2006, p. 4).

A Idade Moderna imporia aos arquivos as novas formas de administração e as reformas institucionais que se traduziria na centralização dos arquivos, cuja função primordial era servir o Estado e as instituições. São desta altura O Arquivo de Simancas (1540) e o Arquivo Secreto do Vaticano (1611) (REIS, 2006, p. 5).

1.2. A Revolução Francesa e a disciplina Arquivística

É consensual, na literatura arquivística, que a Revolução Francesa (1789) constitui o momento a partir do qual se registará uma transformação na História da Europa e na função desempenhada pelos arquivos. Pela primeira vez os arquivos do Estado passam a estar abertos a todos os cidadãos.

A fundação dos *Archives Nationales* de França e, em particular, a necessidade que Natalis de Wailly teve de introduzir um princípio orientador da organização de arquivos, a que denominou *Respeito pelos fundos*³, marca o início da Arquivística enquanto disciplina. A transferência dos arquivos das diversas províncias para o referido arquivo público e a prática instituída de organizar a documentação por assunto e por localidade, causando grande desordem, inspirou e justificou a implementação do citado princípio que visava a salvaguarda da integridade dos fundos, ao impedir que se juntasse documentação de proveniências diferentes (VOGAS, 2001, p. 14).

³ A norma NP 4041 (2005, p. 14) define-o como o “Princípio básico da organização, segundo o qual deve ser respeitada a autonomia de cada arquivo, não misturando os seus documentos com os de outros.”

Apres no entanto realçar que o século XIX é dominado pelo Positivismo, cujas ideias impunham, no campo da historiografia, a verificação das fontes históricas, subjugando a Arquivística à Paleografia e à Diplomática (SILVA *et al.*, 2002, p. 108).

1.3. A autonomia da Arquivística: o Manual dos Holandeses

No entanto, a viragem que conduziria a uma autonomia da Arquivística dando-lhe um corpo doutrinário seria a publicação do *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, publicado em 1898 por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, também designado *Manual dos Holandeses* (o conceito de arquivo, princípios, regras e técnicas para a organização e descrição de documentos são aí abordados).

A publicação de outros manuais iriam consolidar esse progresso da Arquivística através da constituição de um *corpus* científico, tais como o *Manual of Archive Administration*, de Hilary Jenkinson (1922); *Archivistica*, de Eugenio Casanova (1928); e já em 1956, surge a obra *Modern Archive: Principles and Techniques*, de Theodore R. Schellenberg.

Tanto o *princípio do respeito pelos fundos* como o *princípio da proveniência*⁴ e o do *respeito pela ordem original*⁵ surgidos na Alemanha em 1881, como um refinamento do primeiro, tinham um objectivo mais voltado para as necessidades práticas da Arquivística do que uma abordagem conceptual dos conceitos e princípios. A busca por uma “cientificidade” no que respeita ao tratamento dos arquivos materializa-se, segundo Schellenberg, no manual da Associação dos Arquivistas Holandeses, onde não apenas definem os princípios acima nomeados, como os analisam, aspirando à erradicação de quaisquer ambiguidades conceptuais (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 44-51).

⁴ Constituindo um dos princípios básicos da organização de arquivos, evoca o respeito a autonomia de cada fundo ou núcleo, pela separação dos documentos pertencentes a cada um dos conjuntos orgânicos (ALVES *et al.*, 1993, p. 77).

⁵ Juntamente com o princípio da proveniência, estabelecem as bases a partir da qual se organiza intelectualmente um acervo documental. A manutenção da ordem lógica atribuída à documentação pela entidade produtora garante a preservação da relação dos documentos, dando testemunho do funcionamento daquela entidade (ALVES *et al.*, 1993, p. 77). Dando-se o caso de os documentos de arquivo serem retirados do lugar a que pertencem num determinado conjunto, caberá ao arquivística procurar reconstituir a ordem interna do fundo.

O princípio da territorialidade, “herdado” da área do direito aplicado à propriedade, juntamente com os dois supracitados e a teoria das três idades, ou ciclo de vida dos documentos, constituem o fundamento da disciplina Arquivística. O princípio advoga que os arquivos públicos devem permanecer perto dos locais de criação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52).

Identificado como o objecto da ciência Arquivística, os arquivos, a literatura da área enuncia quais as características e qualidades que uma determinada massa documental acumulada deve transparecer para que seja designado de arquivo⁶. Temos assim: a cumulatividade ou “naturalidade” e a organicidade (associadas directamente à noção de arquivo como um todo), e ainda a imparcialidade, a autenticidade e a unicidade (aplicadas aos documentos).

Duranti (*apud* RODRIGUES, 2004, p. 46) afirma que a naturalidade ou cumulatividade reconhece-se no facto de um arquivo ser constituído por documentos que foram sendo produzidos, recebidos ou acumulados como resultado das actividades desenvolvidas pelo seu criador. É essa “naturalidade” no processo de acumulação que distingue um arquivo de uma biblioteca, um museu ou um centro de documentação onde a acumulação é produto de uma decisão *a priori*.

A organicidade advém da circunstância da produção dos documentos ser um reflexo das actividades que lhes deram origem. Essas diversas actividades convergem para a para a prossecução da missão do produtor, pelo que, os documentos encontram o seu significado na sua inter-relação. Não existe, portanto, autonomia, nenhum documento de arquivo vale *per se*, antes, numa dependência com os demais e com às actividades de que é reflexo (RODRIGUES, 2004, p. 46).

A imparcialidade que a tradição arquivística atribui aos documentos de arquivo aponta para a necessidade de satisfazer os objectivos de uma determinada actividade e pela total ausência de uma consciência histórica, significando que não se está a produzir e a acumular com o intuito de vir a constituir uma fonte de pesquisa (RODRIGUES, 2004, p. 49) ou como diria Belloto (2002, p. 25), os documentos administrativos “[...]”

⁶ O *Dicionário de terminologia arquivística* define o arquivo como um “conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação (ALVES *et al.*, p. 7). Segundo Rousseau e Couture (1994, p. 31) é com a Revolução Francesa, com o desenvolvimento do nacionalismo, que o conceito de arquivo adquire valor, porquanto o documento ganha uma nova dimensão - a de fonte histórica.

não foram criados para ‘dar contas’ à posteridade [...]”, antes, [...] como meios de acção e relativos a determinadas funções [...].”

A autenticidade dos documentos procede não apenas da conservação da imparcialidade, isto é, de continuarem a ser um reflexo das actividades que lhes estão na origem, mas também do facto desses documentos se manterem invioláveis, o mesmo é dizer, que permanecem sob a guarda do seu produtor (RODRIGUES, 2004, p. 53).

Duranti (1994, p. 335) define a unicidade como a característica que os documentos de arquivo têm de assumir “[...] um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental.”

Apesar de termos aqui apresentado os princípios e algumas das qualidades e características dos arquivos, gostaríamos de aludir, sem no entanto aprofundar o assunto, que todos eles passaram por um processo de uniformização, de evolução, de problematização, de redescoberta, pelas exigências impostas, por exemplo, pelas diferentes tradições arquivísticas; pelas repercussões da 2.^a Guerra Mundial nos arquivos, favorecendo o aparecimento da gestão documental; pelo aparecimento da “Nova História” e a valorização dos arquivos privados pessoais; pela criação das normas de descrição arquivística; pelas diversas alterações nas estruturas das instituições ou pelo rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e as novas questões levantadas pelos documentos electrónicos.

1.4. A teoria das “três idades” e a gestão documental

A década de 50 marca um momento de ruptura na história da disciplina. A reacção ao aumento exponencial de documentação incorporada nos arquivos, em particular nos Estados Unidos, levando à criação da *Comissão Hoover – Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*, cuja acção se materializou na formulação do conceito de gestão⁷ documental e na “Teoria das Três Idades”. A sua implementação resultou numa nova abordagem dos arquivos e do seu tratamento documental (VOGAS, 2011, p. 22).

⁷ A gestão de documentos integra um conjunto de medidas que visam “[...] a racionalização e a eficácia na constituição, avaliação, aquisição, organização, conservação e comunicação dos arquivos.” (ALVES *et al.*, 1993, p. 53).

Até aqui existiam apenas duas idades, de acordo com a classificação dos documentos segundo o seu valor primário ou secundário. O primeiro, também conhecido por valor probatório ou administrativo, é inerente a todos os documentos de arquivo, na medida em que, quando produzidos “[...] consignam ou comprovam direitos e obrigações e são reconhecidos como garantia e fundamento de actos, factos e acontecimentos.” (ALVES *et al.*, 1993, p. 100). Estes são conservados no arquivo administrativo.

De modo diverso, só é atribuído valor informativo ou histórico, aos documentos ou unidades arquivísticas que facultem informações ou dados relevantes sobre a constituição e o funcionamento do seu produtor ou sobre pessoas, organizações, locais ou assuntos, em suma, são reconhecidos como fontes para a investigação histórica (ALVES *et al.*, 1993, p. 99), logo, transferidos para o arquivo histórico.

Schellenberg expõe na sua obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas* como se articula a gestão documental com o ciclo vital dos documentos.

Na primeira idade, identificada com a noção de *arquivo corrente*, onde os documentos são produzidos e mantidos perto dos serviços que os utilizam regularmente, quer como elemento de prova ou de informação ou como suporte para a tomada de decisões. O seu valor é primário e diz-se que os documentos estão na fase activa. É no decurso desta que deve ocorrer a classificação⁸ em conformidade com um plano de classificação⁹.

A segunda idade, equivalente ao *arquivo intermédio*, resultou do aumento da produção documental e da exiguidade de espaço em depósito dentro das instituições para albergar toda a documentação que, não sendo agora usada de forma intensa, é ainda solicitada esporadicamente devido ao seu valor fiscal e administrativo. São adquiridos ou alugados espaços para onde essa documentação é remetida. É nesta fase que têm lugar a avaliação¹⁰ e selecção e a eliminação¹¹ dos documentos.

⁸ Segundo o Dicionário de terminologia arquivística a classificação é um processo mental que consiste na criação e/ou aplicação de um plano ou de um quadro de classificação (ALVES *et al.*, 1993, p. 20). O que se pretende é identificar e agrupar informação de conteúdo uniforme, procurando a organização lógica dos documentos, promovendo o acesso rápido à documentação solicitada.

⁹ É um documento de arquivo contendo um “sistema de classes predefinidas, concebido para a organização de um arquivo corrente.” Inclui notas de aplicação relativas ao âmbito das classes e à ordenação das unidades arquivísticas que as integram (ALVES *et al.*, 1993, p. 74).

¹⁰ A avaliação consiste na determinação do valor primário e/ou secundário dos documentos de um arquivo, e com isso, o seu destino final após o término dos prazos de conservação, a transferência para o arquivo definitivo ou a eliminação (ALVES *et al.*, 1993, p. 12). Dessa avaliação resulta a tabela de avaliação e de selecção, no qual se encontram fixados os conjuntos de documentos de conservação

A terceira idade, corresponde à noção de arquivo definitivo ou permanente, constituído pelos conjuntos documentais que, findos os prazos de conservação, serão mantidos para fins de investigação ou informação.

1.5. A “Nova História” e a valorização dos arquivos pessoais

A tradição arquivística retirou aos arquivos privados pessoais o estatuto de arquivo, atribuindo-lhes a designação de colecções, as quais eram recolhidas e tratadas pelas bibliotecas¹², museus e universidades, segundo metodologias alheias à Arquivística, na maior parte dos casos de cariz biblioteconómico. A excepção eram os arquivos de ilustres personalidades ligadas, sobretudo, à política.

É um facto que a alteração ocorrida ao nível da abordagem historiográfica, a partir da década de 70 do século XX, valorizando agora o indivíduo e a sua perspectiva dos acontecimentos transcrita nos diários, na correspondência, nos cadernos de apontamentos, agendas, etc., resultou numa crescente busca, por parte dos historiadores da cultura, elevando-os à categoria de fontes¹³ históricas tão credíveis quanto as administrativas ou estatísticas (PROCHASSON, 1998, p. 105).

Não obstante, o percurso para a sua valorização no contexto português e brasileiro foi lento. Disso mesmo nos dá conta Belloto (1998, p. 202) quando afirmava no âmbito do *Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais*:

permanente, bem como os prazos e condições em que a eliminação será efectuada. Preferencialmente, a avaliação deve ser feita na fase corrente, caso contrário, sê-lo-á na fase semiactiva, no arquivo intermédio. É considerada uma das operações mais complexas da gestão documental.

¹¹ O processo de eliminação implica sempre a elaboração de um “auto de eliminação” que se constituirá como documento de prova, dele constando diversos elementos, entre os quais, o processo de eliminação utilizado, a portaria que autoriza a acção e a relação dos documentos eliminados).

¹² Em Portugal, seguindo a mesma “tradição”, a Biblioteca Nacional alberga espólios de nomes representativos da literatura e do universo histórico-cultural português no seu Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. Uma iniciativa interessante na valorização dos espólios e acervos pessoais foi a inauguração do Museu do Neo-Realismo em 2001, consagrado aos intervenientes do movimento neo-realista em Portugal. As universidades também têm sob a sua guarda os espólios de professores e investigadores pertencentes aos seus quadros.

¹³ Prochasson alerta os historiadores para o cuidado a ter no uso destas fontes. Desmistifica o carácter de autenticidade, transparência e espontaneidade que lhes é atribuído, apresentando diversos casos concretos e demonstrando que há, em muitos casos, uma consciência histórica subjacente ao processo de produção/acumulação, apontando, por exemplo, que isso é mais patente entre os escritores do que entre os professores universitários. Refere também a análise que Marc Bloch havia feito da correspondência de guerra, em particular de cartas de soldados da I Guerra, da qual se concluía que o conteúdo narrado nas cartas extrapolava muitas vezes a realidade, alimentando lendas heróicas (PROCHASSON, 1998, p. 111-113).

[...] interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objecto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos académicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa, assim como a realização de um seminários do porte deste, estão demonstradas a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares.

O levantamento exaustivo dos instrumentos de acesso à informação existentes nos diversos tipos de arquivos em Portugal efectuado por Fernanda Ribeiro permite concluir que há ainda pouca procura em relação aos arquivos privados e em particular dos pessoais, merecendo atenção apenas os de algumas personalidades que desempenharam altos cargos públicos ou se distinguiram no âmbito social, político ou cultural. Avança, como exemplos, os casos dos arquivos de António de Saldanha da Gama e de João de Azevedo Coutinho adquiridos pelo arquivo da torre do tombo no século XIX. Identifica as causas, tais como o desconhecimento do valor informativo da documentação parte dos seus detentores; a inexistência de um sistema de recenseamento dos arquivos que se encontram nas mãos de privados; a sua natureza privada constitui também um obstáculo à intervenção do Estado (1998, p. 494-496).

A realidade mostrava que, apesar desse interesse, tanto a bibliografia especializada, como as discussões em torno dos conceitos, dos princípios e do tratamento técnico dos arquivos privados pessoais se faziam a partir dos moldes definidos para a organização dos arquivos públicos (HEYMANN, 2009, p. 42).

Já vimos que os arquivos administrativos e os documentos que os integram apresentam qualidades e características distintivas. No seu artigo *Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia*, André Lopez (2003, p. 75) analisa algumas especificidades deste tipo de arquivo, as quais que vão de encontro aos princípios teóricos da arquivística: a custódia é interrompida com a morte do seu titular, não se podendo, desta

forma, garantir a autenticidade dos documentos, nem garantir a sua organicidade, uma vez que a organização é, na maior parte dos casos, posterior à morte do produtor. Para o autor, as características informais não retiram aos documentos a sua dimensão arquivística, desde que enquadráveis, enquanto produto, em alguma das actividades desenvolvidas pelo titular do fundo pessoal. O foco é colocado no contexto de produção, isto é, na identificação da função que teria sido o móbil da produção do documento. A perda desse contexto colocaria em perigo o estatuto do documento arquivístico. Ainda assim, um arquivo pessoal é um arquivo, na medida em é possível defender a existência de uma acumulação natural de documentos procedentes do exercício de actividades de um indivíduo, da necessidade de guardar os documentos que atestam a sua existência legal, a sua vida social e os diversos interesses que cultivou.

Estava acesa a discussão que opunha a tradição arquivística representada por Hilary Jenkinson e seguidores (Europa, Estados Unidos e Austrália), apologista da dicotomia entre as apelidadas acumulações orgânicas e naturais e as artificiais e arbitrárias, justificando a separação entre os arquivistas que tratavam os documentos públicos e os que se ocupavam dos manuscritos históricos (VOGAS, 2011, p. 27), e os que, como Terry Cook, imbuído no espírito canadiano dos arquivos totais - que confere aos arquivos pessoais a mesma importância dada aos arquivos públicos na construção da memória social, numa relação de complementarização -, contra-argumenta, demonstrando que essa dicotomia não tem cabimento, em virtude dos próprios arquivos públicos não cumprirem os requisitos que os princípios fundadores da Arquivística impõem.

Evocando a origem empírica, prática da disciplina, declara que a perspectiva dos arquivistas eram um reflexo do contexto das instituições públicas onde trabalhavam, colocando em causa a naturalidade e a objectividade do processo de acumulação dos documentos. Por outro, põe em questão a adequabilidade dos princípios tradicionais em virtude das alterações nas estruturas das instituições governamentais e empresariais e ao surgimento de novos suportes e novos processos de produção e de manutenção dos arquivos (1998, p. 133).

João Vieira partindo do conceito tradicional de ordem original também contesta as características de objectividade, de prova e utilitarismo atribuídas aos documentos dos arquivos. O seu argumento assenta no facto de ser possível, através do estudo da

ordenação atribuída aos documentos, apreender “representações sociais e subjectividades” (2005, p. 40).

A institucionalização dos arquivos pessoais nos arquivos públicos ou privados passa pelo valor histórico, artístico, científico, cultural que a sociedade atribui a essa documentação. Essa construção de valor estabelece a diferença entre o recolhimento, o nível de tratamento técnico e divulgação de um fundo e o esquecimento de outro (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 68-69).

Existe uma relação estreita entre a História, a memória colectiva e a memória individual. Halbwachs, nos seus estudos sobre a memória colectiva, tornou patente essa simbiose: a História surge como uma racionalização, uma categorização, uma sistematização da memória, através de uma análise acurada de todos os seus vestígios fixados nas mais diversas formas de registo produzidos pela humanidade (produção literária, artística, científica, etc.) em diferentes contextos espaço-temporais (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 75). Esta memória em sentido abstracto comporta a memória colectiva e a memória individual. A memória individual é o resultado da interacção do indivíduo com o seu meio envolvente, isto é, grupos e instituições. A memória colectiva é o resultado das relações que se estabelecem entre um grupo de pessoas num determinado contexto (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 76).

O legado deixado pelo titular do arquivo, recuperado através da análise dos seus documentos, é reconhecido pela sociedade como representativo de um determinado período histórico ou movimento estético plástico, literário, etc., e adquire valor, no sentido em que deixa de ser uma memória individual e passa a memória colectiva, justificando a sua institucionalização e a imortalização desse legado (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 77).

É essa valorização, para além de outros critérios de aquisição, que confere a determinados espólios privados pessoais o cunho de bem cultural de interesse público e garante a sua recolha por parte dos arquivos públicos ou entidades privadas.

A dificuldade, muitas vezes, está em harmonizar direitos e interesses: se, por um lado, cabe ao Estado a implementação de uma política de protecção, valorização e promoção do património cultural, apelando aos privados a doação de espólios¹⁴

¹⁴ Abrimos este parêntesis para esclarecer que o contexto em que estes aspectos da política de aquisição do Estado são tratados por António Ramalho é o dos arquivos literários, em concreto, o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (Biblioteca Nacional de Portugal) e o Arquivo do Neo-Realismo (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira). O autor mostra como se articulam o valor social, os

considerados de interesse cultural nacional, por outro, está o valor venal que esses bens culturais possuem. Um dos instrumentos de protecção ao dispor do Estado é o processo de classificação. O facto é que, a atribuição de valor histórico, e o consequente estatuto de património arquivístico nacional, pode produzir efeitos contrários aos pretendidos, quer porque significa, muitas vezes, para os proprietários, não só um acréscimo de responsabilidades que se traduzem em perdas financeiras, como numa diminuição do valor venal da documentação, mas também porque o novo estatuto tornou o acervo documental mais apetecível aos coleccionadores, livreiros e outros compradores, potenciando a venda de documentos avulsos ou de conjuntos documentais (RUNA, *apud* RAMALHO, 2011, p. 44).

O que nos interessa, enquanto arquivistas, é que se estabeleça um diálogo equilibrado entre as instituições e os herdeiros ou proprietários de fundos pessoais por forma a evitar o seu desmembramento por divisão dos bens pelos herdeiros, venda, exportação ou destruição e garantir a sua preservação física.

O carácter impessoal, legal que caracteriza o contacto entre o arquivista e os serviços produtores da documentação institucional contrasta com o que Catherine Hobbs designa por “the power of the individual personality”, uma vez que, muitas das vezes, o doador é o próprio titular do acervo, criando com o arquivista uma relação de empatia (2001, p. 132).

Com excepção da situação acima descrita, na qual o titular doa o seu espólio ainda em vida, o arquivista que intervém nas diversas fases do tratamento de um fundo pessoal é confrontado com inúmeras dificuldades. Algumas delas dizem respeito ao acesso, dispersão, destruição e exportação dos arquivos particulares: a não obrigatoriedade por parte dos herdeiros ou legatários de informar o poder público que têm sob custódia um determinado espólio, o desconhecimento do alcance que as informações contidas nesses acervos pessoais podem ter para a identidade cultural, a memória social e histórica, condenando muitas vezes essa documentação ao esquecimento e à destruição, são situações que poderiam ser minimizadas com a implementação de um sistema de cadastramento e se a guarda deste tipo de material passasse para o poder público (BELLOTTO, 1978, p. 6, col. 2).

mecanismos de consagração, a aplicação dos instrumentos de protecção do património cultural, as transacções comerciais, a institucionalização e o tratamento dos espólios literários portugueses.

Contudo, em virtude da falta de espaço com que se debatem os arquivos estatais, as medidas devem passar mais pelo cadastramento e pela assistência técnica do que pelo recolhimento. As entidades estatais ou privadas de pesquisa, os centros de documentação das universidades podem ser soluções adequadas para a recolha (BELLOTTO, 1978, p. 6, col. 3).

Ambos desempenham, o titular e o arquivista, em momentos diferentes, um papel activo naquela que é considerada por muitos a mais essencial das acções - a selecção da documentação, a qual é feita no decurso do processo de acumulação pelo produtor, determinando o que merece ser guardado e o que deve ser destruído e, posteriormente, pelo profissional de informação ao definir, por exemplo, os conjuntos de documentos que terão maior destaque (CRUZ, 2008, p. 63).

A natureza da documentação pessoal, reunindo na forma documental o âmbito individual e o transaccional, exige uma perspectiva diferente da avaliação, tal como está concebida para os documentos administrativos ou governamentais. O que impele o indivíduo a produzir ou acumular determinado tipo de documentos são as suas necessidades, os seus interesses culturais, a sua personalidade e não a fixação de normas, procedimentos, regulamentos ou decretos. A avaliação, ao contemplar apenas o cidadão na sua esfera pública transaccional, deixa de fora o cidadão enquanto personalidade individual (HOBBS, 2001, p. 128-29).

Como nos diz Gleise Cruz, num primeiro momento, é imprescindível que o profissional de arquivo analise a documentação, bem como o seu contexto de produção, a fim de compreender quais os critérios subjacentes à acumulação da documentação pelo titular (2008, p. 63). O que foi dito acima remete para a questão de saber quais as motivações que levam um indivíduo a produzir e a acumular documentos que formarão um acervo pessoal? Entre os muitos motivos que se pode aventar, Sue McKemmish sublinha os relacionados com as obrigações, os direitos e competências associados ao desempenho de diversos papéis sociais, mas também à preservação da imagem, da identidade (1996, p. 4).

A organização da documentação de um acervo pessoal assenta no percurso de vida do seu titular. Nos arquivos administrativos e empresariais a organização implica o estudo aturado da missão, da estrutura, das actividades e funções atribuídas aos órgãos produtores/acumuladores da documentação. Na sua tarefa de organização e descrição dos documentos pessoais, o arquivista deve também observar a aplicação dos dois

princípios basilares da Arquivística, a saber, o princípio da proveniência e o do respeito pela ordem original. Se o primeiro parece não levantar questões, o segundo exige uma decisão ponderada por parte do arquivista, no sentido de, por um lado, atender às exigências da própria documentação salvaguardando no plano de arranjo adoptado a ordem dada aos documentos pelo seu produtor/acumulador (ANDERSSON, 1999, p. 2), mas por outro, se necessário, encetar um diálogo com o titular ou os doadores, no sentido de, sem perverter a lógica de acumulação, ou seja, sem prejuízo da intenção ou motivação do titular, estabelecerem em conjunto critérios de organização da documentação mais racionais e equilibrados (CRUZ, 2008, p. 64-65).

A fim de expor algumas posições relativas não à questão, já mais pacífica, de atribuir ou não aos arquivos pessoais a designação de arquivo, mas à metodologia a aplicar na organização deste tipo de arquivo, usaremos o exemplo prático da metodologia aplicada no tratamento do arquivo do presidente Fernando Henrique Cardoso por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulard. O projecto foi tornado público pela publicação, em 2007, da obra intitulada *Tempo e circunstância. A abordagem contextual dos arquivos pessoais*.

Camargo e Goulard, citadas por Vogas (2011, p. 30), partem da afirmação de que os arquivos pessoais são arquivos e que devem ser organizados em conformidade com os princípios arquivísticos e não como colecções abordadas segundo critérios biblioteconómicos. O arquivista deve tentar recuperar os vínculos que os documentos mantêm entre si, no âmbito do desenvolvimento de uma determinada actividade por parte do seu produtor. Outro nível de interdependência a ser identificado é o que liga os documentos à actividade que o gerou (CAMARGO; GOULARD *apud* VOGAS, 2011, p. 43).

Luciana Heymann, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC)¹⁵ respondeu à iniciativa da publicação do livro com a elaboração do texto *Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC: alguns comentários*. Nele enumera algumas características, que

¹⁵ Este Centro está vinculado à Fundação Getúlio Vargas. O CPDOC foi criado em 1973 com a missão de reunir, tratar e disponibilizar o acesso a arquivos privados de valor histórico para a história contemporânea brasileira posterior a 1930. O Centro foi pioneiro na produção de manuais de metodologia para a organização de arquivos privados. Vozes discordantes foram surgindo, contestando as suas opções metodológicas. É o caso Paulo Roberto Elian dos Santos que defende o tratamento documental dos arquivos pessoais de cientistas da casa de Oswaldo Cruz em conformidade com a teoria arquivística. O seu modelo “contextualizador” difere do implementado no CPDOC o qual critica e acusa de favorecer a perda da ligação existente entre os documentos (VOGAS, 2011, p. 31).

considera excepcionais, e que justificam a contextualização de todos os documentos do citado arquivo, tais como o facto do titular do arquivo, na qualidade de presidente da República, ter ao seu dispor uma equipa que mantinha toda a documentação organizada, a possibilidade de recorrer, em caso de dúvida, à secretária académica, fonte fidedigna e conhecedora da documentação. Acrescenta, por fim, o facto, raro, do titular continuar vivo e poder restabelecer qualquer nexos perdido entre os documentos ou entre os documentos e as actividades e funções (HEYMANN, 2007, p. 3-4).

Propõe outra metodologia para os casos em que a recuperação do contexto dos documentos não era possível: estabelecer o nexos entre o arquivo e o seu produtor. Explicita que se refere à recuperação dos usos, dos significados que o produtor atribui aos documentos.

Na descrição da documentação, para além das orientações técnicas sistematizadas nas normas internacionais e nacionais adoptadas no contexto nacional, o arquivista não deve descurar as especificidades do acervo em questão, os objetivos da instituição e as demandas dos utilizadores.

A criação do Conselho Internacional de Arquivos e a publicação, entre outros, de documentos normativos para a descrição arquivística da documentação; dos produtores; das funções; para a criação e apresentação de instrumentos de descrição (guia, inventário, catálogo); para a determinação de uma política de acesso ao património arquivístico à guarda nas entidades detentoras, têm potenciado a recuperação, a colaboração e a permuta de informação sobre documentos de arquivo.

Não obstante, a questão da sua aplicabilidade a fundos com características heterogéneas foi motivo de reflexão e de debates entre arquivistas.

Ao trabalhar com documentos pessoais, o arquivista deve também ter em consideração a privacidade do titular, familiares e terceiros e a veracidade dos factos expostos (CRUZ, 2008, p. 13). As questões éticas e jurídicas que se levantam quanto à divulgação de determinados documentos de arquivos privados pessoais devem ser resolvidas com os doadores ou herdeiros dos acervos, aquando da elaboração do contrato de doação, tendo também em consideração a lei vigente sobre direitos autorais (OLIVEIRA, 1998, p. 9).

Recolher, preservar, organizar, divulgar e estudar os arquivos pessoais é uma forma de salvaguardar, juntamente com os arquivos administrativos, empresariais, as bibliotecas e os museus, a memória colectiva, a identidade cultural, fazendo com que,

como nos diz Sue McKemmish, “[the] evidence of me becomes evidence of us” (1996, p. 12-13).

1.6. A “Era da Informação” e o contributo das correntes canadianas para a Arquivística Contemporânea

Às questões em torno da uniformização da terminologia arquivística, acrescem ou acentuam-se as preocupações relativas à uniformização da descrição arquivística e à elaboração de instrumentos de descrição (guias, inventários e catálogos). Mas o incremento das tecnologias da informação, na década de 80, traria novos desafios aos arquivistas. A gestão dos documentos electrónicos reacendeu a discussão em torno de alguns dos princípios e normas arquivísticas estabelecidas.

Tendo como pano de fundo esse contexto, abordaremos de modo sucinto, os contributos da produção arquivística canadiana para a construção da Arquivística contemporânea. O que as três abordagens propõem é uma reinterpretação dos princípios e métodos fixados nos manuais da área, por forma a adaptá-los ao novo paradigma “A era da informação” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 24).

Subjacentes a essas teorizações, os seguintes pressupostos comuns: o desenvolvimento das tecnologias da informação e as questões que isso levanta em termos da produção de documentos, a importância dos arquivos públicos e privados para a construção de uma identidade, no contexto de uma Confederação¹⁶; e a reflexão em torno do novo paradigma a que os arquivistas canadianos apelidaram de “redescoberta da proveniência”.

A Arquivística Integrada, que tem entre os seus defensores Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e Michel Duchein, propõe a “reintegração da disciplina por meio do ciclo vital dos documentos” e uma aproximação à Ciência da Informação através da adopção do termo “informação orgânica registada” em detrimento do tradicional “documento de arquivo” para designar o objecto da ciência Arquivística. Com base na noção de ciclo vital dos documentos, de gestão documental e na adopção de um objecto

¹⁶ De acordo com Heather MacNeil essa tentativa de criar uma memória colectiva própria reflectiu-se numa política de envolvimento na preservação, tratamento e comunicação das suas fontes históricas a culturais (1994, p. 134).

comum – a informação orgânica -, estava finalmente erradicada a cisão entre os *records managers* e os *archivists* (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 27).

A Arquivística Funcional, que tem entre os seus representantes Terry Cook, Hugh Taylor e Eric Ketelaar, propõe uma renovação e reformulação dos princípios e conceitos teóricos à luz do Pós-modernismo. Esta abordagem baseia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos, iniciando pela análise dos seus produtores, descendo depois para níveis mais específicos, até ao documento. O que se pretende é obter um conhecimento das funções, do processo e das actividades que justificaram a criação dos documentos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 30).

É nesta proposta que é mais visível a postura de ruptura em relação aos princípios e conceitos basilares da Arquivística: o princípio de proveniência, agora caracterizado pela virtualidade e pela elasticidade adequa-se às novas instituições, cujas estruturas estão em constante dinamismo e evolução. Também a ordem original, que era o garante da organicidade, é agora desvalorizado, no sentido em que no meio electrónico os documentos são produzidos, combinados e utilizados por diversas pessoas, segundo os usos que cada uma pretende dar aos documentos (COOK, 2001, p. 21). O conceito de documento também mudou, já não podemos, segundo o autor, falar de documento como um objecto físico constituído por estrutura, conteúdo e contexto fixados num suporte. Agora são virtuais, dinâmicos e os seus componentes podem estar armazenados como dados em programas diferentes (COOK, 2001, p. 22). A Arquivística Funcional introduz a noção de macro avaliação que assenta que essa complexa operação deve ser feita tendo em consideração o contexto sociocultural e ideológico de criação dos documentos. O foco deixou de ser o conteúdo dos documentos.

A última corrente, a Diplomática¹⁷ Arquivística, é apresentada primeiramente na Itália por Paola Carucci, mas é, principalmente, Luciana Duranti que a desenvolverá, propondo uma superação da Diplomática Clássica aplicando os seus princípios e métodos aos documentos contemporâneos. Essa reinvenção significa que deixara de se ocupar exclusivamente da espécie documental e dos documentos históricos para alargar a sua análise às atribuições, às competências, às funções e actividades da entidade

¹⁷ Belloto define a Diplomática como uma “ciência documentaria” que se ocupa “[...] da estrutura formal dos actos escritos de origem governamental e/notarial.” (2006, p. 45). Cruz Mundet apresenta-a como uma análise crítica do documento no seu conjunto, mas especialmente no que concerne à sua forma, origem, evolução, tradição e conservação, tendo em vista aferir a sua autenticidade e determinar o seu valor enquanto fonte histórica (2001, p. 81).

produtora, identificando o contexto de criação dos documentos contemporâneos (BELLOTO, 2006, p. 52).

Em suma, Duranti advoga a manutenção dos princípios e conceitos arquivísticos aceites pela tradição arquivística, numa perspectiva descritiva e positivista próxima de Jenkinson, adoptando um novo método – a análise tipológica. O princípio de proveniência deixa de ser estático e de assegurar apenas a integridade dos acervos documentais, adquirindo um carácter dinâmico e funcional e o estudo do contexto faz-se a partir do documento, em oposição à perspectiva funcional que inicia pelo estudo dos produtores.

PARTE II - O ESPÓLIO DE JOSÉ DE MACEDO

Antes de referirmos a história biográfica de José de Macedo, de procedermos à caracterização do espólio e à exposição do processo de organização e descrição, importa traçar o perfil da entidade que o mantém em depósito: o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). A sua criação surge da necessidade de reunir, conservar e tratar a massa documental proveniente dos arquivos do Ministério das Colónias. Esse esforço de salvaguarda deveu-se ao fundador do então Arquivo Histórico Colonial (AHC), Pires Avelanoso.

A primeira incorporação da documentação dispersa nas instalações do Palácio da Ega, onde funcionava o AHC, ocorre em 1926, sucedendo-lhe uma segunda transferência em 1927, que incluiu dois fundos do referido Ministério, vindos do Arsenal da Marinha e da Cordoaria Nacional. Conclui este processo o ingresso da documentação respeitante a Moçambique, até ao ano de 1833, proveniente da Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional respeitante a Moçambique (até 1833) (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 1983, p. 235). Essa documentação fora para lá enviada pelo comissário régio de Moçambique, António Enes, preocupado com o estado de abandono em que a encontrara (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 1983, p. 237).

Só em 1931, por força do Decreto-Lei n.º 19 869, de 9 de Junho, o AHC adquire existência formal. Desde a sua criação, sob a tutela do Ministério das Colónias, depois do Ultramar, passa em 1973, por execução do Art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 583/73, de 6 de Novembro, a estar na dependência indirecta da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU) (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 1983, p. 237), passando em 1979 para a tutela do Laboratório Nacional de Investigação Científica (LNIC) que sucedeu à JICU. O Decreto-Lei n.º 105/82, de 8 de Abril daria ao LNIC a designação definitiva de Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)¹⁸.

¹⁸ A Conferência Geográfica Internacional decorrida em Bruxelas (1876) sobre as fronteiras africanas marcou o início do processo político e diplomático da partilha do solo africano pelas potências europeias, nomeadamente pela Inglaterra, a França e a Alemanha. As suas pretensões tornaram-se efectivas com a Conferência de Berlim (1885), após a qual Portugal apresentou o histórico Mapa Cor-de-Rosa (1886) que teve como resposta o ultimato inglês (1890). Criada em 1876, na sequência da conferência de Bruxelas, a Comissão Central Permanente de Geographia tinha por missão a organização de “explorações científicas” e de elaboração de cartas geográficas (LOBATO, 2010, p. 14). Em 1880 é absorvida pela Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Em 1883 surge a Comissão de Geographia, a qual iria sofrer diversas alterações dando origem sucessivamente à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais

Em 1951, através da Portaria n.º 13 625, de 26 de Dezembro, o AHC adquire a designação que ainda hoje tem: Arquivo Histórico Ultramarino.

Do seu extenso acervo arquivístico (cerca de 16 Km) destacamos a documentação concernente ao Conselho Ultramarino, à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e ao Ministério do Ultramar. A documentação abrange o período que vai de meados do século XVII a 1974-75¹⁹.

A biblioteca do AHU integra cerca de 31.000 volumes entre monografias e publicações periódicas. Complemento relevante das fontes documentais, aborda temáticas em torno da expansão e das relações interculturais estabelecidas com outros povos, em particular com os das antigas possessões ultramarinas. Inclui também teses de mestrado e de doutoramento, portuguesas e estrangeiras, elaboradas com base no estudo de conjuntos documentais do AHU. O IICT disponibiliza no seu *site* o acesso ao mencionado acervo bibliográfico através do seu catálogo *online*²⁰.

(1936-1945), Junta de Investigações Científicas do Ultramar (1973), Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical (1979) e Instituto de Investigação Científica Tropical (1983), designação que mantém até hoje. Na defesa dos interesses coloniais, era necessário pôr em marcha todo um programa de exploração terrestre e de delimitação de fronteiras, que servia mais questões políticas e diplomáticas do que a necessidade de progressão das ciências, em particular das geográficas. Todavia, o conhecimento dos territórios através das cartas geográficas não era suficiente. A “soberania efectiva” requeria uma instalação colonial definitiva. Era necessário uma ocupação efectiva o que implicava “a implementação da rede administrativa, comunicações e transportes, exploração das riquezas naturais e das potencialidades económicas” (LOBATO, 2009, p. 16). Portugal tinha de tornar patente a sua missão civilizadora junto aos povos africanos. Passando por fases de reestruturação, de incremento e outras de crise ao longo da I República, do Estado Novo e do 25 de Abril de 1974, esta instituição científica foi perdendo o seu carácter político e diplomático e foi vincando cada vez mais o seu carácter científico. Actualmente, de acordo com os pontos 1 e 3 dos artigos 1.º e 3.º, respectivamente, do Decreto-Lei n.º 18/2002, de 27 de Janeiro, no qual se define a sua missão e atribuições, o IICT é um instituto público, na tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde Janeiro de 2002, gozando de autonomia científica, administrativa e financeira e com património próprio, tendo por missão o apoio técnico e científico à cooperação com os países das regiões tropicais, com especial ênfase para os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

¹⁹ Os elementos relativos à constituição do acervo bibliográfico e documental do AHU foram extraídos do *site* do IICT e estão disponíveis em <http://www2.iict.pt/?idc=82>. O investigador interessado poderá também consultar no repositório institucional - Arquivo Científico Tropical Digital (ACTD) -, disponível em <http://www.actd.iict.pt/> os instrumentos de descrição documental (inventários) do fundo do Banco Nacional Ultramarino, do fundo Francisco Mantero, e do Conselho Ultramarino, em especial a relacionada com os avulsos do Brasil, do Rio da Prata e do Barão do Rio Branco, tratados ao abrigo do Projecto Resgate, uma iniciativa do Ministério da Cultura do Brasil (1990) que consistiu na reorganização, descrição (que deu origem a diversos catálogos organizados por capitánias) e microfilmagem da documentação existente no AHU, mas não só. O projecto envolveu mais de cem pesquisadores e arquivistas dispersos por vários países europeus e Estados Unidos. Mas o ponto de partida foi Portugal. O AHU detém o maior acervo sobre as capitánias. A actual supervisora do projecto em Lisboa, Érika Dias, afirmava em entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que os manuscritos sobre o Brasil se destacam, em termos de representatividade, no acervo do AHU, comparativamente às demais colónias (ROMANELLI, 2012, p. 54-55).

²⁰ No catálogo comum das bibliotecas do IICT, os registos dos espécimes bibliográficos do Arquivo distinguem-se pela sigla AHU na cota: <http://www.iict.pt/pacweb/>. O acesso pode fazer-se também pelo catálogo individual do AHU disponível em <http://www.iict.pt/pacwebAHU/>.

O AHU tem como missão o tratamento e a comunicação dos acervos arquivísticos e bibliográficos à sua guarda. O seu cumprimento desenvolve-se em harmonia com a missão e os objectivos da sua entidade tutelar. De acordo com o Plano de Actividades gizado para o ano de 2013, cabe ao AHU, enquanto centro de actividade integrado na Direcção de Serviços de Desenvolvimento Global e serviço aberto ao público, materializar dois objectivos essenciais: reforçar o conhecimento e a produção científica sobre as regiões tropicais e garantir a satisfação dos utilizadores (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 2013, p. 15).

Essa concretização será levada a cabo por meio da implementação de acções de cooperação, representação, capacitação e de investigação/preservação. Destacamos algumas dessas linhas de acção a título de exemplo: cooperação com os arquivos nacionais/históricos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe através do projecto África Atlântica (em curso); assinatura de protocolo com o Arquivo Nacional de Cabo Verde para tratamento e acesso à documentação do fundo do Conselho Ultramarino que se refere àquele país; co-orientação de teses de mestrado e de doutoramento na área da Arquivística; orientação de estágios no âmbito de cursos de especialização em Arquivística (Ciências da Informação e da Documentação); implementação, a nível experimental, do *software open source* - ICA Atom, disponibilizado pelo International Council on Archives (ICA) para descrição arquivística com o intuito de elaborar e tornar acessível *online*, os instrumentos de pesquisa do acervo do AHU; preparação e execução da transferência de documentação pertencente ao extinto Ministério do Ultramar, do Arquivo do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento/Camões, Instituto de Cooperação e da Língua, no sentido de um AHU unificado²¹; aumentar o n.º de documentos digitalizados para serem disponibilizados no

²¹ Após o 25 de Abril de 1974, o Ministério do Ultramar foi extinto resultando na dispersão dos seus arquivos por várias instituições. O AHU procedeu, ao longo dos anos, a várias incorporações de partes dessa documentação, algumas muito volumosas, só possível pela construção, na década de 90, de um edifício com depósitos na extensão do AHU (CANAS, 2007, p. 4). De referir que o volume da documentação, a falta de pessoal e a desordenação da documentação aliadas à complexidade da estrutura organizativa do Ministério do Ultramar (MU) dificulta e torna moroso o tratamento arquivístico, a elaboração de instrumentos de descrição documental e a disponibilização aos utilizadores. É também neste contexto de dispersão da documentação do MU que surge o Projecto de Inventariação dos Arquivos do extinto MU, concebido pelo Professor José Mattoso e pela empresa de gestão e custódia de arquivos BSAFE. O projecto é financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e foi lançado em Janeiro de 2007, servindo o propósito de reunir intelectualmente a documentação do MU depositada em cinco instituições diferentes: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Arquivo Histórico Diplomático (AHD), Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). A inventariação prossegue nesta fase no AHU. O acesso aos conteúdos do inventário faz-se através da pesquisa, pelo preenchimento de

ACTD; continuar a prestar serviço de referência e de apoio à pesquisa documental; responder a solicitações externas e internas de pesquisa documental e de reprodução e participação em diversas iniciativas partilhadas com outras Direcções/Centros e/ou instituições (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 2013, p. 15-17).

Considerando os objetivos e as estratégias delineadas acima mencionadas, podemos confirmar a preocupação fundamental manifestada pela directora do AHU, Doutora Ana Canas, com o acesso e a divulgação do património arquivístico e bibliográfico à guarda do Arquivo (ALBINO, 2008, p. 195-196)²².

O AHU continua a ser:

*[...] o mais rico e completo depósito de documentos relativos aos nossos domínios ultramarinos, em especial a partir do século XVII; nele se encontra guardada a mais variada documentação relativa à história política, administrativa, económica e financeira das colónias portuguesas*²³ (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 1983, p. 243).

um formulário disponível em
<http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt/source/presentation/pag.php?pag=6>.

²² Ilustrando esse aspecto, assinalamos a organização da exposição *África: Visões do Gabinete de Urbanização Colonial*, patente no Centro Cultural de Belém, entre 1 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2014, resultante de um projecto de investigação multidisciplinar, desenvolvido entre 2010 e 2013, e que envolveu o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), o AHU e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), intitulado *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica*.

²³ Palavras proferidas pela historiadora Virgínia Araújo e citadas no volume comemorativo dos 100 anos do IICT, mas sem indicação da fonte bibliográfica, podendo tratar-se de um testemunho oral.

1. História biográfica

Permitimo-nos fazer aqui um preâmbulo à biografia de José de Macedo em modo de justificação para a inclusão de um itinerário de vida mais extenso do que é habitual.

A necessidade de recolher e analisar toda a informação disponível em fontes primárias e secundárias que permitisse proceder ao enquadramento de todas as dimensões da vida do produtor/acumulador representadas no seu acervo documental, conduziu-nos à uma pesquisa bibliográfica exploratória. São os resultados e as ilações formuladas a partir desse levantamento que a seguir partilhamos:

José de Macedo foi um desconhecido para as histórias gerais do fim da Monarquia e da implantação da República. Assim, vemo-lo totalmente ausente de obras de síntese como “*A primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural*” de A. H. de Oliveira Marques²⁴.

Mas também em obras de síntese mais extensas e actuais como “*O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*” de Fernando Catroga²⁵.

Nos volumes de duas grandes obras colectivas da História de Portugal: **A nova História de Portugal**, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques: vol. XI: “*Portugal da Monarquia para a República*”²⁶, coord. de A. H. Oliveira Marques, não figura o nome de José de Macedo, o mesmo acontece no vol. XII: “*Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*”²⁷, coord. de Fernando Rosas.

A mesma situação repete-se na **História de Portugal** coordenada por José Mattoso: no sexto volume “*A segunda Fundação (1890-1926)*”, de Rui Ramos²⁸, bem como no sétimo volume, “*O Estado Novo (1926-1960)*”, de Fernando Rosas²⁹.

²⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira [1970?] - **A primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural**. Lisboa : Livros Horizonte. 204 p.

²⁵ CATROGA, Fernando (1991) - **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. Coimbra : Faculdade de Letras. 2 vols.

²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (1991) - **Portugal da Monarquia para a República**. Lisboa : Editorial Presença. 839 p. vol. 11.

²⁷ ROSAS, Fernando, coord. (1992) - **Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**. Lisboa : Editorial Presença. 571 p. vol. 12.

²⁸ RAMOS, Rui (1994) - **Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**. Lisboa : Círculo de Leitores. 682 p. vol. 6.

²⁹ ROSAS, Fernando (1994) - **O Estado Novo (1926-1960)**. Lisboa : Círculo de Leitores. 587 p. vol. 7.

Faz-se presente apenas no vol. XI da **História de Portugal**, de Joaquim Veríssimo Serrão³⁰, no qual José de Macedo é apresentado nas suas facetas de jornalista, político e africanista. Transcrevemos aqui as referidas menções ao visado:

Na p. 140 – Sobre o *Pacto Constitucional* de Manuel de Arriaga (1914): “[...] num exame sobre a “Doutrina constitucional”, o Dr. José de Macedo publicava em *O Século*, do mesmo dia [12 de Fev. de 1914], um judicioso comentário sobre as razões da crise, não deixando de prestar justiça à isenção de Manuel de Arriaga mas apelando para que de futuro “tudo siga com toda a serenidade, sem conflitos, nem agravos pessoais, e que os homens compreendam o respeito que devem a si e à constituição fundamental do Estado, à grandeza da nacionalidade e ao robustecimento e ao futuro da República.”

Nova alusão a Macedo surge na p. 280 – “O Partido Republicano Radical também estava na forja, tendo feito circular o seu manifesto da autoria do Dr. José de Macedo, professor do Instituto Comercial de Lisboa. Era formado por dissidentes do Partido Popular e por republicanos de formação socialista, tal o caso do diplomata Veiga Simões, do comandante Procópio de Freitas e dos Doutores Câmara Pestana e Albino Vieira da Rocha.”

Na p. 314, ao abordar a questão do último Governo da 1.^a República, Veríssimo Serrão volta a referir-se ao PRR e às expectativas da sua liderança: “Pouco depois, era a vez do Partido Republicano Radical levar a efeito um congresso em Lisboa, onde os seus aderentes reconheceram não dispor de força bastante para constituírem uma alternativa ao Partido Democrático. Formara-se este com um pequeno grupo de intelectuais, tendo à frente o Dr. José Pinto de Macedo e o diplomata Veiga Simões, mas sem jamais obter um largo apoio na opinião pública. Situava-se, na estratégia política, à esquerda dos democráticos, o que fazia crer a muitos observadores que a sua linha de acção era vizinha do Socialismo colectivista.

³⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990) - **A Primeira República: 1910-1926**. 2.^a ed. rev. Lisboa : Verbo. vol. 11.

Mais adiante, focando-se agora na temática “África portuguesa: uma visão messiânica” escreve na p. 385-386: “Não era incompatível com o conceito de soberania nacional a descentralização administrativa que alguns estudiosos começavam a propor para o caso específico de Angola. O mais directo testemunho nesse sentido veio do Dr. José de Macedo (1876-1946 [i.é 1948]), professor e comercialista que pertencera à geração portuense de Basílio Teles e Sampaio Bruno e que, desde 1901 [i.é 1902], se radicara naquela província. Tendo-a percorrido em todos os sentidos, pôde inteirar-se da sua realidade humana e física, o que lhe permitiu, em 1903, escrever o manifesto “*A Defesa de Angola*,” que granjeou o maior sucesso. Mas foi com o livro “*Autonomia de Angola*”, que o publicista apontou novos caminhos para o futuro angolano, mostrando que a vinculação do território a Portugal seria mais forte no caso de a sua administração se fazer em regime de autonomia [...].

O autor cita algumas passagens da obra “*Autonomia de Angola*” de José de Macedo e apresenta-o como uma referência a ter em consideração: p. 438-439 – “Levanta-se o problema da descentralização da província, que no ano de 1910 o comercialista Dr. José de Macedo tinha com insistência reclamado: “Que em Angola governem os que lá estão, os que lá têm interesses e que, pela sua permanência e ciência, os negócios da colónia.” (*Autonomia de Angola*, 1988, p. 274). Por fim, na nota 281 da p. 431 regista: “[...] para compreender o quadro político-económico que possibilitou esse desenvolvimento, veja-se José de Macedo, *Autonomia de Angola*, 2.^a ed., 1988, p. 168 e segs.”

No “*Guia de História da Primeira República Portuguesa*,” de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, encontramos cinco entradas que remetem para a intervenção jornalística e política:

P. 30 – “Os Radicais publicaram o *Diário do povo*, de José de Macedo, entre 13 de Abril e 1 de Agosto de 1925.”

P. 121 – “[...] O Outubrismo, junto ao Partido Popular, originou o Partido Radical, cujos órgãos na imprensa foram o *Radical* (1920-1926) e o *Diário do povo* (1925). Este Partido realizou o seu primeiro Congresso de 9 a 11 de Junho de 1922.” Remete para o Programa do Partido Republicano Radical da autoria de José de Macedo.

P. 134 – cita a tese apresentada por José de Macedo ao Congresso Maçónico Nacional em 1913, “*Meios de desenvolver a riqueza pública no Portugal Continental, Açores e Madeira*,” a qual, segundo Oliveira Marques “[...] mau grado o título, tem muito de histórico sobre as relações entre a república e a Maçonaria [...]”.

P. 167 – Sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial: “Aspectos económicos, coloniais e de política internacional motivaram José de Macedo, “*O conflito internacional sob o ponto de vista português: estudo Político e Económico*,” Porto, Renascença Portuguesa, 1916 [...]”.

P. 433 – Oliveira Marques apresenta uma listagem dos dirigentes de alguns jornais existentes, aparece o de José de Macedo associado ao Diário do Povo.

Confrontamo-nos com o mesmo “silêncio” em obras temáticas diversas como “*A guerra religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias*,” de Maria Lúcia de Brito Moura³¹, ou numa temática estudada por José de Macedo e consubstanciada em várias publicações que assinou, “*Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*”, de Maria do Rosário Pimentel³², ou “*Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*”, de João Pedro Marques³³.

Até de enciclopédicas com pretensões de exaustividade cronológica está ausente o nome de José de Macedo. É o caso de “*1.ª República Portuguesa: uma cronologia*”, de Fernando de Castro Brandão³⁴. Na p. 448 menciona-se o nascimento de Jorge Borges de Macedo, “Professor universitário de grande relevo” sem se dizer que se trata do filho de José de Macedo.

As poucas alusões a José de Macedo encontramos-las na “*História da imprensa periódica portuguesa*”, de José Tengarrinha³⁵, na p. 244:

“Mas em alguns órgãos republicanos de maior expansão – como *O Século* – nota-se uma evolução no sentido de desapoio e até de hostilização das lutas operárias. Por esse

³¹ MOURA, Maria Lúcia de Brito (2004) - **A guerra religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias**. Lisboa : Editorial Notícias. 532 p.

³² PIMENTEL, Maria do Rosário (1996) - **Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna**. Lisboa : Colibri. 388 p.

³³ MARQUES, João Pedro (1995) - **Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa : Colibri. 388 p.

³⁴ BRANDÃO, Fernando de Castro (2011) - **1.ª República Portuguesa: uma cronologia**. Macau : Saint Joseph Academic Press. 737 p.

³⁵ TENGARRINHA, José (1989) - **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa : Caminho. 352 p.

motivo é alvo de fortes ataques por parte dos operários, chegando o diário socialista *A Lucta* (Lisboa, 1 de Maio de 1900) a acusar *O Século* de ter denunciado o seu director, José de Macedo, que por isso foi preso, provocando o fim do jornal em Agosto de 1900."

Mas é na obra de António Ventura³⁶, "*Anarquistas, Republicanos e socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*", que vamos encontrar um maior número de referências a José de Macedo, pese embora o facto de a única obra constante da bibliografia seja *O Cooperativismo*. José de Macedo aparece como a cabeça do Partido Republicano Radical (p. 39), posteriormente refere-se a polémica com Heliodoro Salgado "[...] travada em 1900 nas páginas de *A Federação*, que se processou, regra geral, em tom cordato..." (p. 115); mais adiante (p. 128) designado por "professor José de Macedo, director de *A Lucta*."

Na p. 149, Ventura dá o exílio africano de Macedo como voluntário:

"Esta ida voluntária para terras africanas, explicada pelos dissabores decorrentes da actividade propagandista, converteu-se, curiosamente, numa saída para muitos militantes, antes, durante e após a Primeira República. Foi o que sucedeu com o socialista José de Macedo, que partira para Luanda em Fevereiro de 1902 [...]"

Nova referência na p. 162 a José de Macedo como subscritor de um manifesto do Grémio Socialista José Fontana, publicado a 21 de Abril de 1901, p. 3, classificando-o como um militante bem conhecido. Na p. 196 Ventura recorda a polémica com Heliodoro Salgado.

As restantes referências são indicações bibliográficas (p. 239; 243; 270; 278 e 283).

Mas na nota 222, p. 266, o autor apresenta uma pequena biografia de José de Macedo. Transcrevermo-la aqui pelo valor que possui na visão unilateral da obra de Macedo.

"José de Macedo, 'A concentração democrática', *A Luta*, 7 de Maio de 1900, p. 1. José de Macedo (1876-1948) – Professor e jornalista, pertenceu ao Partido Socialista Português, foi director dos diários *A Lucta* e *A Federação* (1900) e publicou o opúsculo "*O Cooperativismo*", Lisboa, 1898, incluído na Biblioteca Popular de Orientação Socialista, dirigida por Magalhães Lima e Teixeira Bastos. Perseguido pelas

³⁶ VENTURA, António (2000) - **Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)**. Lisboa : Cosmos. 334 p.

autoridades, que o mantiveram detido durante alguns meses ao abrigo da Lei de 13 de Fevereiro, partiu para Luanda em Fevereiro de 1902, vivendo em Angola até 1909. Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e diplomado com o Curso Superior do Comércio, ingressou no Partido Republicano Radical, de cujo directório fez parte e foi autor de diversas obras sobre questões coloniais."

Interessa não só a escassez das menções a José de Macedo como também o seu acantonamento nas questões políticas e sociais, deixando de lado as suas propostas teóricas sobre as colónias e sobre o ensino em geral e o colonial em particular.

Reunimos, contudo, algumas fontes que continham informação biobibliográfica e que utilizamos, a par de outras de carácter generalista sobre o período histórico em que se insere José de Macedo. Assim, temos a própria obra publicada do autor, da qual destacamos "*A socialização do ensino*" (1898); "*O cooperativismo*" (1898); "*O poderio da Inglaterra*" (1900); "*A educação do negro*" (1901); "*Meios de desenvolver a riqueza pública no Portugal Continental, Açores e Madeira*" e "*A autonomia de Angola*" (1910); artigos e trabalhos sobre a sua vida e obra (o prefácio do Professor Jorge Borges de Macedo à 2.^a ed. da obra mais conhecida e comentada de José de Macedo - *Autonomia de Angola* (1988); os artigos de Cátia Miriam Costa: "*Aspectos inovadores na obra de José de Macedo*" (2008); "*J. Bravo Carbonel e José de Macedo: duas leituras coloniais dos trópicos*" (2009); "*Pensamento republicano e africanismo: o caso de José de Macedo*" (2010); artigos, monografias e dissertações sobre a 1.^a República e a política colonial que abordam algumas das posições defendidas por José de Macedo, tais como o federalismo e a autonomia (José Luís Cavaco Monteiro, "*Federalismo, regionalismo e municipalismo em Portugal: 1920-1922*"); Ernesto Castro Leal: "*A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)*" (2006); "*Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)*" (2008); "*O Campo Político dos Partidos Republicanos Portugueses (1910-1926)*" [2010?]) e a própria documentação que integra o arquivo pessoal.

Posto isto, apresentamos de seguida a biografia.



Fig. 1

José Pinto de Macedo nasce a 13 de Janeiro de 1876, na freguesia de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Filho de Manuel Pinto de Macedo e de Maria da Conceição de Macedo.

Foi casado em primeiras núpcias com Deolinda Alves de Macedo, de quem teve dois filhos, Alice Alves de Macedo e José Alves de Macedo. Após a morte da primeira mulher, voltaria a casar-se com Maria da Conceição Borges de Macedo. Desse enlace resultaria o nascimento dos filhos Victor Hugo Borges de Macedo, Jorge Borges de Macedo, Mário Borges

de Macedo, Irene Borges de Macedo, Fernando

Borges de Macedo e Marcelino Borges de Macedo³⁷.

Conclui o Curso Superior de Comércio e concorre, em 1897, ao corpo diplomático, obtendo uma boa classificação, mas não é nomeado.

Integra durante anos os quadros da função pública, como director da Fiscalização dos Serviços de Contabilidade, Comércio, Indústria e Marinha Mercante, não exercendo, no entanto, as funções do cargo (estava como adido)³⁸.

Lecciona durante toda a sua vida, actividade que mantém em simultâneo com a de jornalista. Enquanto docente, passou por diversas instituições de ensino³⁹: foi professor da cadeira de Colonização⁴⁰ no Real Instituto de Lisboa. Regressado da sua

³⁷ Estas informações foram coligidas da correspondência trocada entre o produtor do arquivo e os seus descendentes directos e familiares. A fim de corroborar algumas informações extraídas do referido material, trocámos impressões com a Dra. Cátia Miriam Costa, estudiosa da vida e da obra de José de Macedo.

³⁸ Informação extraída da Folha dos vencimentos liquidados no mês de Julho de 1927 (Ministério do Comércio e Comunicações). Cota provisória: AJM, cx. 2, pt. 2, doc. 11, fl.3.

³⁹ A análise dos seus diversos cartões-de-visita facilitou a reconstituição do seu percurso profissional. Esta colecção faz parte do acervo. AJM, cx. 1, pt. 15. Os documentos estão organizados alfabeticamente.

⁴⁰ Num rascunho manuscrito autógrafo, intitulado "Explicação", datado de 1905 e com origem em Luanda, José de Macedo parte dessa experiência no Real Instituto, enquanto regente da cadeira de Colonização, para fundamentar a necessidade que sentiu de criar um novo currículo, uma vez que, segundo o próprio, ""Há anos, quando o Real Instituto de Lisboa criou o Curso Colonial, fui incumbido da regência da cadeira de Colonização. Tendo a respeito da colonização opiniões muito diversas das que vejo expendidas em vários livros e revistas, não conhecendo trabalho que me satisfizesse para a regência da cadeira que me foi destinada, resolvi escrever um trabalho onde fizesse aos ouvintes uma exposição metódica da matéria que fosse ao mesmo tempo um plano sociológico completo pois entendo que a colonização é, fundamentalmente, um capítulo complexo da Sociologia." Prossegue a sua exposição

estada em Angola, José de Macedo teria concorrido, por duas vezes, a um lugar na Escola Colonial (1910), mas não seria nomeado⁴¹. É colocado no Instituto Industrial de Lisboa. A partir de 1913 dá aulas no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (resultante da integração em 1869 da Escola de Comércio no Instituto Industrial de Lisboa), onde ministra a cadeira de Economia Política - Legislação Comercial. Em 1914, em consequência da aplicação de medidas de reforma do Ensino Superior, o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa é integrado na Escola de Construções, Indústria e Comércio. Em 1913 e em 1919 teria concorrido a uma vaga no Instituto Superior de Comércio, mas não seria integrado. Passa também pela Academia de Comércio de Exportação (sob a tutela da Associação Comercial de Lisboa). Termina a carreira no Instituto Comercial de Lisboa (leccionando as cadeiras de Economia Política e de Geografia Económica). O processo de aposentação fica concluído em 22 de Janeiro de 1944, por imposição de limite de idade.

Para além do ensino oficial, José de Macedo aventura-se pelo ensino livre, fundando e dirigindo o Colégio Progresso em Luanda⁴² e a Escola de Lisboa, funcionando esta última em regime de internato, semi-internato e externato misto, situado na Quinta da Saúde, Poço dos Mouros, Arroios. O colégio ministrava instrução primária, secundária (curso dos liceus) e especial (educação doméstica, para meninas); curso prático de comércio; e o curso colonial.

referindo-se criticamente ao trabalho de reconhecidos autores, entre os quais Pierre Paul Leroy-Beaulieu e Arthur Bordier. Sobre este último acrescenta: "Apenas Bordier, na sua claríssima intuição, fez uma rápida exposição do que seja colonizar, isto é, criar uma sociedade nova, não artificialmente, sem intuítos, nem regras, mas obedecendo a princípios científicos. O seu trabalho, contudo, é deficiente, e claudica, de quando em quando, dando uma demasiada importância ao aspecto biológico." Explica as razões pelas quais só agora concluiu a obra onde expunha a sua as suas ideias sobre o assunto e aflora os motivos pelos quais se ocupa apenas de Angola: com excepção de Cabo Verde, as restantes colónias não seriam facilmente colonizáveis pelos portugueses; bem gerida, Angola, tal como o Brasil, ficaria na história "a atestar a nossa vitalidade colonial." AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 4.

⁴¹ No rascunho manuscrito autógrafo de carta, AJM, cx. 2, pt. 6, doc. 3, endereçado a um amigo e irmão (maçom), o signatário diz ter sido informado sobre a exoneração de cinco professores da Escola Colonial e pede a intervenção do destinatário, no sentido de garantir para si uma vaga. Revela que o motivo que lhe fora apresentado para a não colocação nas duas primeiras tentativas era o facto de não ser funcionário público. José de Macedo considera que esse deveria ser um critério abonatório e não o contrário. AJM, cx. 2, pt. 6, doc. 3. No rascunho manuscrito autógrafo da carta endereçada ao Ministro da Marinha e Ultramar, José de Macedo apresenta-se como um candidato qualificado para reger "[...] qualquer das cadeiras desse curso, menos as de línguas [...]", e descreve brevemente as suas qualificações e experiência profissional. AJM, cx. 2, pt. 6, doc. 4.

⁴² Não existem elementos, no arquivo pessoal, que permitam caracterizar o tipo de regime e de ensino ministrado no dito colégio. Concluímos, pelas posições defendidas pelo titular, por exemplo, na sua obra "*A socialização do ensino*", cujas teses principais referiremos adiante, que seria contrário à metodologia que vigorava no ensino oficial, fortemente influenciado pelo poder eclesiástico.

Imbuído do espírito positivista que caracteriza os movimentos intelectuais do século XIX, analisa as causas, a partir de documentos credíveis e de dados estatísticos, dos acontecimentos que vão tendo lugar, mas também das suas próprias vivências, extrai conclusões comparando a situação interna com a de outros países, impondo um carácter objectivo ao seu discurso, mas imprimindo, muitas vezes, um tom coloquial, dialogando com o seu leitor, defendendo um caminho pedagógico (a educação era a base de todo o processo) para o progresso da Humanidade. Atento e preocupado com as questões nacionais, publica em 1898 *A socialização do ensino* e *O cooperativismo*. No primeiro, José de Macedo afirma que a instrução popular é a base para dotar as massas da consciência emancipadora que lhe permitiria conhecer e compreender os seus direitos e deveres, arrancando “[...] o homem à vil exploração de que é vítima [...]” (MACEDO, José, 1898b, p. 6), e à compreensão de que o trabalho não é “um castigo divino”, mas sim “uma condição essencial e natural da existência”, e a condição do progresso (MACEDO, José, 1898b, p. 9). Acusa o poder instituído de ter interesse na manutenção da situação e defende o ensino livre.

Detém-se, seguidamente, na crítica às políticas educativas que insistem em aplicar programas elaborados no estrangeiro, sem terem em consideração as diferenças culturais e as necessidades do país. Critica o plano de estudos desenvolvido para o ensino primário baseado sobretudo na memorização. Argumenta não só contra as disciplinas que integram o currículo como os conteúdos programáticos e a metodologia adoptada para a sua ministração. A ausência de espírito de observação e de crítica, essenciais ao progresso do conhecimento, contamina, segundo o autor, também toda a organização do ensino secundário.

Elogia o ensino profissional e técnico implementado na Alemanha e aponta-o como a razão do desenvolvimento da sua indústria e da sua prosperidade económica, levando-a a suplantar a França. Chegados ao ensino superior, o cenário é o mesmo: programas com conteúdos insuficientes ou inúteis. O resultado: bacharéis imprevistos para as exigências da vida real.

Conclui a análise dizendo que é necessário reformar o ensino em Portugal. Faz uma breve súmula das várias tentativas enaltecendo a visão do governo setembrista, responsável pela introdução do “ensino moderno por excelência: o politécnico.” (MACEDO, José, 1898b, p. 40). Era necessário socializar o ensino, ou seja, dotar os indivíduos dos conhecimentos úteis e práticos, fundados no método científico e que

respondessem às necessidades da sua época. À semelhança de outros países europeus, tal como a Bélgica, a Alemanha e a França, que apostaram na difusão de escolas e universidades livres onde as ciências modernas e o ensino profissional e técnico eram promovidos, Portugal também deveria investir no ensino privado, de iniciativa popular, facultando um ensino oposto ao oficial. Com este intento, várias associações, em Lisboa, estavam já a organizar cursos para os diversos níveis escolares: primário, liceal e profissional, e depois o universitário, das quais se enumera, a título de ilustração, a Voz do Operário, a Academia de Estudos Livres, o Instituto 19 de Setembro e o Ateneu Comercial de Lisboa. Para José de Macedo, o progresso civilizacional de um povo mede-se pela sua instrução.

Na segunda obra, o autor apresenta o cooperativismo como “um lado prático da luta contra a potência exploradora do capitalismo” e como “um auxílio à causa socialista” que não deve ser descurado (MACEDO, José, 1898a, p. 6). Caracteriza os diversos géneros de cooperativas e dá exemplos dos países da Europa onde o cooperativismo vinha ganhando força, em particular na Bélgica, na Alemanha e na Inglaterra. Faculta a lista completa das cooperativas existentes em Portugal (de consumo, de crédito, de produção, agrícolas e prediais) e analisa com detalhe a estrutura, a situação legal, o programa doutrinário e o plano de acção discutidos nos congressos. Apresenta diversos argumentos a favor da utilidade das cooperativas. Para a panorâmica dos movimentos cooperativistas na Europa diz, na sua conclusão, ter tido por base a obra de Magalhães Lima *Socialismo na Europa* e para a descrição do movimento em Portugal recorreu aos dados publicados num artigo publicado no periódico *O País*.

Em ambas as obras referidas é possível identificar alguns dos traços do positivismo: o estilo coloquial, o diálogo que José de Macedo estabelece com o leitor, o recurso à sua experiência (Macedo diz conhecer de perto a situação em que vivem os trabalhadores) para dar maior crédito à sua exposição. Defende em ambos a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras por via da instrução e o apelo à mudança.

Mostra desde cedo interesse pelas questões coloniais, havendo publicado os primeiros artigos sobre o tema na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*. No seu artigo intitulado “*A educação do negro*”, datado de 1901, José de Macedo demonstra um grande conhecimento dos diversos grupos étnicos que povoam as possessões

portuguesas em África, aponta as razões para Portugal investir na educação das populações autóctones e refuta os argumentos tradicionais que definem os negros como “raça desprezível e incapaz de progredir”, socorrendo-se para isso dos relatos de militares, médicos e estudiosos que conviveram com esses mesmos povos e ressaltam nos seus relatórios e estudos as suas diversas competências manuais e intelectuais.

Em 1899 vê publicada a sua obra “*O poderio da Inglaterra*”, onde em cinco concisos e bem estruturados capítulos faculta ao leitor uma perspectiva global dos acontecimentos e das personalidades mais marcantes da história da Inglaterra, desde o seu início até à constituição do seu extenso império, para depois, dedutivamente, extrair dela as causas do seu declínio.

Simultaneamente à produção literária, José de Macedo colaborou em inúmeros jornais e revistas científicas, entre os quais: *A República* (Porto); *A República Portuguesa* (Porto); *Os Vencidos* (Gaia); *Revolução de Janeiro* (Porto); *Revolta do Porto* (Porto); *Luz do Operário* (Gaia); *Portugal* (Coimbra); *A Folha do Povo* (Lisboa); *A Vanguarda* (Lisboa); *O Eco Socialista*; *Diário do Povo* (Lisboa; director); *Vida Económica* (Lisboa); *A Defesa de Angola* (Luanda; director); *A Lucta* (Lisboa; director); *O Século* (Lisboa); *A Folha Nova*; *Diário de Notícias* (Lisboa); *O Economista Português*; *A Voz de Gaia*; *A Defesa* (Gaia); *A Capital* (Lisboa); *O Mundo* (Lisboa); *O Povo* (Lisboa); *O Popular* (director e proprietário); *A Folha do Sul* (Novo Redondo, Angola); *Jornal de Benguela*; *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*; *A Atlântida*; *Boletim da Sociedade de Geografia*; *Revista de Portugal*; *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, entre muitos outros⁴³.

Estreia-se como director com o jornal diário socialista *A Lucta*. Em virtude das afirmações que faz no seu artigo *Morte de um rei é detido e o jornal encerrado*. Na parte III do texto manuscrito que elabora em sua defesa, a partir do calabouço da esquadra do Rato, apresenta o resumo do seu depoimento, recusando a acusação de propalar, através do seu jornal, ideias anarquistas, em concreto, dando a sua aprovação ao atentado efectuado pelo anarquista italiano Gaetano Bresci em 29 de Julho de 1900, que vitimara o rei Humberto I de Itália⁴⁴. Afirmar que as ideias que defende são socialistas⁴⁵, que

⁴³ Este arrolamento foi elaborado pelo próprio José de Macedo. Contém também a enumeração das suas obras publicadas e algumas que estavam em preparação. AJM, cx. 6, pt. 12, doc. 146. A actividade jornalística foi desempenhada em paralelo à docência, e depois desta terminar por limite de idade.

⁴⁴ AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 1/14.

⁴⁵ AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 1/30.

segue na pegada de Benoît Malon e que não é adepto da “Propaganda pelo Facto”⁴⁶, reprovando qualquer tipo de violência, havendo-se limitado a abordar o atentado sob o “ponto de vista do estado de excitação dos espíritos na Itália”⁴⁷. Salvaguarda-se dizendo que o seu artigo não fere nenhuma das leis que regem a imprensa, nem o Código Penal, nem a Lei de 13 de Fevereiro de 1896⁴⁸, e nem da lei de imprensa propriamente dita⁴⁹.

Em 1901 participa no I Congresso Colonial Nacional, organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), com a memória: *As nossas riquezas coloniais*.

Em 1902 instala-se em Luanda, onde dirige o Jornal *A Defesa de Angola* e funda o Colégio Progresso.

Esse período seria profícuo em viagens que dariam a Macedo o conhecimento profundo das diversas regiões e das populações, da sua situação económica e social, que serviriam para fundamentar ou ilustrar os seus argumentos a favor da autonomia⁵⁰ progressiva que a metrópole deveria conceder àquela colónia, investindo na educação e na preparação dos que viviam e tinham interesses em Angola, promovendo a sua participação activa na administração da província.

Recolhe também informação relevante para os seus estudos de etnografia.

As suas ideias a favor da descentralização, da autonomia, da existência de uma regulamentação proteccionista em relação aos contratos dos serviços indígenas, da melhoria das condições de vida das populações e da educação, granjeiam-lhe o respeito das elites luandenses e a simpatia dos autóctones, mas também inúmeros inimigos.

⁴⁶ Este movimento, também denominado *Aventurismo* ou *Propaganda pela Acção*, surge dentro do anarquismo defendendo o uso da violência como arma contra a burguesia e a nobreza. Esta tese seria advogada por diversos participantes no Congresso de Berna (1876) e teria repercussões esporádicas, como por exemplo o episódio ocorrido em Itália, na região de Benevent (Abril de 1877) perpetrado por dois anarquistas, Cafiero e Malatesta, os quais, levando atrás de si 30 homens armados, queimaram os arquivos municipais e distribuíram pela população o dinheiro roubado. A tentativa de instauração de um "comunismo libertário" terminou com o cativo dos seus propaladores (CARONE, 2012, p. 40). Haveria uma nova irrupção da corrente, entre 1886-1894, com uma maior regularidade e violência dos assassinatos e atentados bombistas (CARONE, 2012, p. 40). O autor do artigo avança a aplicação de leis mais coercitivas do Código Penal em diversos países como factor dissuasor deste fenómeno. Apresenta, como ilustração, os casos concretos de violência individual dos anarquistas Clemente Duval, François Claudin-Ravachol e Émile Henry. Enumera as várias leis, em França, que puseram fim, em 1894, a este ciclo de violência (CARONE, 2012, p. 43).

⁴⁷ AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 1/33.

⁴⁸ José de Macedo referia-se à lei decretada por João Franco, que na altura geria a pasta do Reino, a qual previa a deportação de agitadores e anarquistas para África e Timor.

⁴⁹ AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 1/7.

⁵⁰ José Luís Cavaco Monteiro chama a atenção para o facto de existirem outras vozes a favor da autonomia de Angola, para além da de José de Macedo. Evoca as iniciativas da Associação Comercial de Luanda (1883); de um grupo de colonos (1890, 1892) que advogavam a criação de uma República independente; e o manifesto intitulado "*Descentralização administrativa de Angola*" apresentado em 1902 pela Grande Comissão de Luanda. Macedo lamentava a orientação centralista da Metrópole, defendendo para Angola uma descentralização (2009, p. 24, nota 5).

Seria novamente detido a 27 de Abril de 1904, em Luanda, no Hotel Areias, sob a acusação de incitação à revolta, por ter exclamado “Viva a República!” durante um jantar com António Perez, alguns lojistas e funcionários da Província (COSTA, 2010, p. 36).

Regressa a Portugal em 1909⁵¹, por motivo de doença da sua mulher (MACEDO, Jorge, 1988, p. [12]), que acabaria por ser fatal. No ano seguinte, em cima dos acontecimentos que precipitaram a implantação da República, conclui a revisão, para publicação, da sua mais conhecida obra *Autonomia de Angola* (MACEDO, José, 1988, p. 121), onde se torna patente a sua intenção política, no sentido de influenciar a posição do governo republicano quanto à política colonial a implementar. O autor advoga para as colónias uma descentralização progressiva, tendo em vista a autonomia política.

Critica a administração colonial por desconhecer as necessidades da província, negligenciando a participação profícua que os colonos aí instalados poderiam dar na elaboração das leis e nas decisões, no exercício de uma cidadania responsável que considerasse os direitos e os costumes das populações autóctones e que contribuísse para a melhoria das condições de vida da província.

A sua doutrina federalista tem como aspectos fundamentais a autonomia gradual das colónias, um governo não militar e a participação activa dos autóctones na administração, princípios que partilha com Júlio Vilhena (diploma relativo à administração colonial, 1881) (MONTEIRO, 2009, p. 26). Bem documentado sobre as diversas propostas de organização administrativa dos governadores de Angola desde 1900, desloca o foco do debate do número de distritos em que a província seria dividida contrapondo-lhe uma nova via, um novo plano, no seu entender "fundamentalmente diferente de todos os que conheço [...]" o qual consistia em fazer de Angola uma confederação de três Estados: Luanda, Benguela e Moçâmedes. Cada Estado confederado seria governado por um ministério e seria presidido por um residente em representação da Metrópole, o qual integraria o Governo-geral da Confederação fixado em Luanda, de acordo com o proposto por Macedo. Não se detém, porém, na apresentação do modelo administrativo e nas vantagens daí decorrentes - especifica os passos para essa transformação: a organização de um congresso onde seriam discutidas

⁵¹ Esta é a data apontada, mas documentos com data de 1908 colocam José de Macedo em Lisboa, à frente do Colégio de Lisboa.

as bases para a autonomia e a eleição de uma Comissão, à qual caberia a elaboração da Constituição Geral da Confederação (MONTEIRO, 2009, p. 28-29).

Paralelamente à descentralização, a educação do negro, chamando-o à cidadania, constituía o aspecto mais ousado e mais atacado pelos seus oponentes. Defensor dos Direitos Humanos e do princípio segundo o qual todo o ser humano é capaz de evoluir (MACEDO, José, 1901, p. 289) rejeita abertamente os preconceitos que elevaram à categoria de lei científica a inferioridade intelectual do negro. Importa aqui referir que Macedo, enquanto jornalista e publicista em favor da melhoria da situação angolana, conhecia e reconhecia o mérito da elite intelectual angolana composta tanto por brancos como por negros. Critica o abandono da administração central em relação à educação na colónia, propondo a criação de uma rede de escolas segundo um modelo positivo afastando-se do modelo jesuítico obsoleto. Inovadoras foram, sem dúvida, as propostas para que os conteúdos programáticos se adequassem às diferenças culturais e às necessidades locais e fossem ministrados na língua materna das populações (MACEDO, José, *apud* COSTA, 2008, p. [6]).

Contudo, a política colonial adoptada pelo Governo Provisório seguiria um caminho diferente do preconizado pelo autor, o qual antecipava apenas dois desfechos, segundo o vaticínio do autor: a autonomia ou a independência (MACEDO, José, 2008, p. 242). A História deu-lhe razão: meio século após a publicação do *Autonomia de Angola* tinha início a Luta Armada de Libertação Nacional que colocou frente a frente as forças independentistas angolanas e as Forças Armadas Portuguesas.

Desde sempre ligado ao ideário republicano e fortemente influenciado pelo positivismo, José de Macedo é um dos casos em que a aproximação entre a filiação partidária e os ideais maçónicos, condensados nas expressões Liberdade, Fraternidade, Igualdade, Anticlericalismo, Laicismo e Republicanismo, segundo a via mais irregular da Maçonaria, era notória. A politização da Maçonaria, acentuada pela sua intervenção, ao lado da Carbonária, na revolução de 5 de Outubro de 1910, acrescentaria rapidamente ao povo maçónico um número elevado de “irmãos” republicanos, mas por outro lado, viu-se arrastada e fragilizada pelos sectarismos e divisionismos que se intensificaram dentro do Partido Republicano, logo após à proclamação da República.

Magalhães Lima recomenda José de Macedo, então com 27 anos, a um grupo de influentes políticos e comerciantes angolanos (do Grémio Português de Luanda)

(LOPO, *apud* RIBEIRO, M., 2012, p. 88), para ir dirigir o novo jornal *A Defesa de Angola* (entre 1903-1907), veículo importante do “catecismo” maçónico e republicano.

As lojas maçónicas em Angola estabeleceram-se essencialmente em Benguela, Catumbela e Moçâmedes e foram o foco de muitas manifestações de protesto contra a política colonial vigente e de reivindicações pró-autonomia. A Kuribeka, designação ovibunda atribuída à maçonaria angolana teve grande peso na disseminação dos ideais republicanos e autonomistas.

Eleito grão-mestre em 1907, Sebastião de Magalhães Lima, ao conceder o seu apoio a Afonso Costa, traria para dentro do Grande Oriente Lusitano o mesmo cenário de fragmentação que se vivia no Partido Republicano, culminando com a cisão, em 1914, entre o Grande Oriente e o Supremo Conselho do Grau 33 (MARQUES, 1975, p. 48).

José de Macedo (nome de código Benoît Malon), membro com o n.º de matrícula geral 3659, manteria a sua ligação à Maçonaria durante a sua residência em Angola, integrando a Loja Independência Nacional (Luanda). Após o seu regresso veria o seu contributo e dedicação à causa maçónica reconhecida com a atribuição de vários graus⁵²: pertencendo, na altura, à Loja Solidariedade, foi eleito representante da “Grande Dieta⁵³” (Grau 18.º - Cavaleiro ou Soberano Príncipe Rosa Cruz)⁵⁴, em 18 de Março de 1911; já como obreiro da Loja Liberdade⁵⁵ é-lhe atribuído o grau 20.º (Mestre ad Vitam)⁵⁶, em 12 de Agosto de 1925.

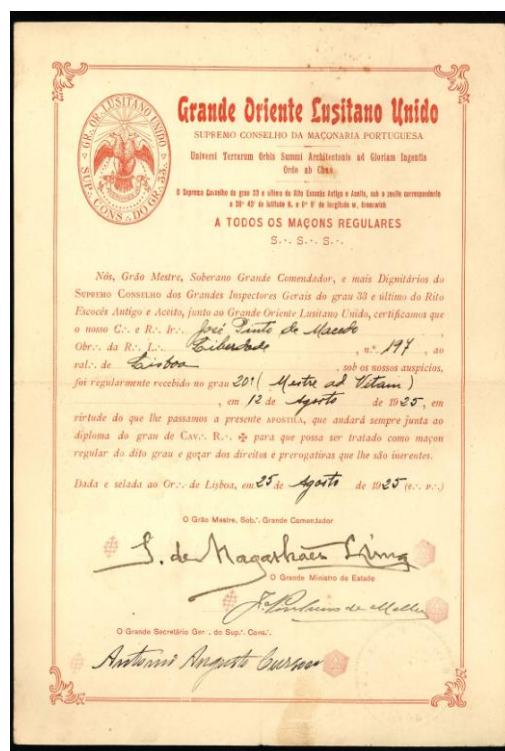


Fig. 2

⁵² O Rito Escocês, com 33 graus, predominava em Portugal em detrimento do Rito Francês, mais simples, com apenas 7 graus. Cada grau correspondia a uma etapa do aprofundamento no conhecimento dos outros e de si mesmo (MARQUES, 1975, p. 26).

⁵³ Órgão legislativo da Maçonaria portuguesa.

⁵⁴ AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 34.

⁵⁵ Em 5 de Maio de 1920, em resultado dos conflitos com a Loja Tolerância, a Loja Liberdade pediu para que deixasse de obedecer ao Grémio Luso Escocês e ingressou na Obediência do Grande Oriente Lusitano Unido em 12 de Maio de 1920.

⁵⁶ AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 35.

A apostila com data de 26 de Junho de 1926, emitida pelo Supremo Conselho do 33.º grau do Rito Escocês Antigo e Aceito, para Portugal, seus domínios e jurisdição, certifica que foi conferido a José Pinto de Macedo (Loja Liberdade) o grau 25.º (Cavaleiro da Serpente de Bronze)⁵⁷. Em 10 de Fevereiro de 1930, foi “regularmente recebido” no grau 29.º (Grande Escocês de Santo André da Escócia)⁵⁸. Na correspondência trocada entre as diversas lojas⁵⁹ encontramos testemunhos sobre o funcionamento das mesmas, as suas relações e a própria história da Maçonaria portuguesa⁶⁰.

A sua ligação aos valores maçónicos explicam a sua colaboração em diversas instituições e associações de assistência social, tais como o Asilo de S. João para a Infância Desvalida e a Caixa de Beneficência Liberdade (instituições de influência maçónica, isto é, fundadas e/ou subsidiadas pela comunidade maçom).

José de Macedo interveio também de modo activo em diversas associações de divulgação dos direitos individuais e dos ideais republicanos, nomeadamente, na Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, fundada em Abril de 1921 por Magalhães Lima, destinada, segundo os seus estatutos⁶¹:

a defender e fazer vingar os princípios de liberdade e de justiça enunciados nas Declarações dos Direitos do Homem e proclamados em 1789 e 1793, e ampliados com os princípios de Pacifismo entre os povos, preconizados pelo Tratado da Paz, de Versalhes.

⁵⁷ AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 36.

⁵⁸ AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 37.

⁵⁹ Do acervo faz parte a correspondência expedida e recebida por José de Macedo, enquanto responsável pelas lojas em que esteve integrado, Loja Solidariedade e o Grémio Liberdade, com diversas lojas: Grémio “Obreiros do Trabalho”; Loja Montanha; Loja Gil Vicente; Loja Paz; Loja Acácia; Loja Fiat Lux; Loja Paz; Cavaleiros de Paz e Concórdia pertencendo à Obediência do Vale de Lisboa. Mas inclui ainda o Grémio Libertas e o Grémio Lusitano, do Porto; e, a Loja Independência Nacional, de Luanda.

⁶⁰ Essa documentação comporta circulares, moções, pareceres e conclusões de moções, ofícios, actas, publicações de teses de congressos maçónicos, relatório e contas, diplomas de graus atribuídos, recibos de cotas, convocatórias, extracto de estatutos, convites, entre outros. A disponibilização destes documentos poderá servir de base para a abordagem de questões que, segundo Oliveira Marques, estavam por aprofundar ou sobre as quais pouco ou nada se sabe: as interacções entre as diversas lojas que resultaram em grandes conquistas ao nível legislativo – a abolição da pena de morte e da escravatura, a laicização do ensino, a divulgação da instrução nas colónias, entre muitas outras; e a “[...] história da participação da Maçonaria ao nível individual, através da análise rigorosa de fontes objectivas (por exemplo, as actas das lojas e de outras reuniões maçónicas, levantamento dos obreiros e cargos e funções desempenhados em cargos públicos, políticos, empresariais, etc.).” (MARQUES, 1975, p. 46-47).

⁶¹ A citação foi retirada do extracto dos estatutos que figura no verso de um boletim de adesão à Liga. AJM, cx. 5, pt. 5, doc. 8.

No resumo da acta da sessão ordinária do directório, com data de 31 de Dezembro de 1945, temos acesso aos nomes dos seus membros: Dr. Carlos Lemos, presidente; Dr. José de Macedo, vice-presidente; Alberto Freire de Aragão, secretário-geral do Interior; Virgílio Marques, secretário das Relações Internacionais e Dr. Luís Estevão da Silva e Albano Dinis de Oliveira, vogais. Um dos assuntos tratados nessa sessão foi o pedido que o redactor do jornal *Primeiro de Janeiro* do Porto e antigo parlamentar e ministro Bartolomeu Severino faz à Liga para saberem o paradeiro do seu filho, José Severino de Melo Bandeira, há doze anos no Tarrafal (Cabo Verde). A organização intensiva de núcleos distritais e estudantis e a organização de congressos ordinários anuais foram outros dos assuntos abordados.

Várias versões e cópias dos estatutos da Organização Republicana do Silêncio - *Res non verba* - Independência-República-Vitória (com datas entre 1940 e 1943), parecem evidenciar o perigo que os seus organizadores⁶² antecipavam de uma invasão estrangeira ou de um golpe contra a República, o que explica a formulação dos pontos II: "Reabilitação dos governos da república e da sua obra" e VI do documento: "Republicanizar a República dando-lhe uma base moral inabalável, que a torne querida e temida"⁶³.

Outro documento similar tem por cabeçalho: 'Pátria & República' (Associação Laica Portuguesa). A caligrafia não é de José de Macedo e não está datado. Aqui se expõem os princípios em que se baseia a orientação moral e política da agremiação. Os valores defendidos são os da laicidade, da república e da democracia através da formação de uma consciência moral colectiva⁶⁴.

Em 1903 lança o manifesto *Em defesa de Angola* (1903), onde aponta a descentralização e a autonomia administrativa como factores essenciais de viabilização económica da província.

Outra bandeira de Macedo, enquanto director do *Defesa de Angola*, foi a regulamentação dos contratos de serviços que era, na maior parte dos casos, escravatura

⁶² Do directório inicial fizeram parte: o primeiro presidente fora o Dr. António Almeida Ribeiro, do Supremo Tribunal de Justiça e antigo ministro da república; o professor Dr. Rui Gomes de Carvalho, membro do Directório da ordem dos Advogados e director do Instituto Comercial de Lisboa; João Afonso, empregado do Banco Português Continente e Ilhas; e, Severo Portela, escritor portuense)

⁶³ Trata-se de diversas versões dactilografadas. O mais antigo tem a data de 1940.08.10. Com indicação do local - Nazaré. Algumas contêm correcções e/ou acrescentos a caneta com a caligrafia de José de Macedo. Algumas datas foram apostas posteriormente a caneta. AJM, cx. 5, pt. 5, doc. 9.

⁶⁴ A ausência de data e de outros documentos, nomeadamente correspondência, que contextualize o doc. não permite avançar muito sobre a participação de José de Macedo na referida associação. AJM, cx. 5, pt. 5, doc. 11.

dissimulada. Dessa preocupação surgia o manifesto *Os contratos de serviçais em Angola* (1904). Alcançando com isso o respeito, mas também a oposição dos grandes proprietários de terras, em particular os das roças de cacau de S. Tomé.

Os seus conhecimentos profundos das questões relacionadas com as colónias valem-lhe o convite para integrar a Comissão Colonial da SGL, da qual foi o sócio n.º 4.214, por mais de quarenta anos. Demonstra na sua correspondência uma grande admiração por Luciano Cordeiro, que o teria convidado para se tornar sócio da SGL. A sua colaboração dividia-se pelas seguintes áreas de interesse: Secção de Economia Política; Comissão Africana e Secção de Instrução Pública. Sócio activo e crítico apresenta diversas propostas entre 1930-36, à Direcção da SGL⁶⁵.

Em 1911 funda a União Colonial, em parceria com grandes figuras republicanas e africanistas, entre as quais, Freire de Andrade, Norton de Matos, Leote do Rego, Ernesto Vilhena, Pires Avelanoso e Loureiro da Fonseca (MACEDO, Jorge, 1988, p. [18]).

Nesse mesmo ano, Magalhães Lima recomenda ao então ministro da Marinha e do Ultramar, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, a nomeação de José de Macedo para o cargo de secretário-geral de Moçambique, mas após notícia nos jornais acerca da nomeação do governador-geral, José Francisco de Azevedo e Silva, sem qualquer menção ao seu nome, Macedo apercebe-se que algo correra mal. José de Macedo vê, por fim, a sua nomeação não ser efectivada e esclarece o Dr. Teófilo Braga sobre o motivo:

*Se V. Exa. quiser conhecer os motivos de eu não ser nomeado, depois do compromisso solene do Ministro da Marinha, queira dar-se ao incómodo de ler a nota da pág. 163 do meu livro Autonomia de Angola, que ofereci, há tempos, a V. Exa. O Guilherme de Menezes foi, agora, como no tempo da monarquia o agente odiento, do Custódio Borja.*⁶⁶

⁶⁵ No rascunho manuscrito autógrafa de carta dirigida ao coronel Lopes Galvão, então secretário-geral da SGL, José de Macedo justifica o atraso no pagamento das suas cotas como uma antecipação do seu desligamento da instituição, da qual fora membro por cerca de quarenta anos. Impeliram-no, sobretudo, o desvio das orientações da direcção actual face aos estatutos da SGL. Havendo encetado algumas tentativas de chamada de atenção para a necessidade de mudança, expressa nas suas propostas, e não havendo encontrado eco, preferia abandoná-la a entrar em conflitos. AJM, cx. 8, pt. 7, doc. 113.

⁶⁶ AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 8/fl.13. O documento composto comporta o rascunho manuscrito autógrafa, no qual José de Macedo dirige-se ao então ministro da Marinha e do Ultramar, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, lembrando-o da sua palavra dada a Magalhães Lima em como o nomearia para o cargo de secretário-geral de Moçambique. Inclui também rascunhos de cartas de Macedo a Teófilo Braga, ao tenente-coronel Freire de Andrade, e a outros destinatários não identificados expondo a situação da

O citado Guilherme de Menezes, agora "rendido" à República, opôs-se à nomeação de José de Macedo, levando o Ministro da Marinha a voltar atrás na sua palavra. Era, segundo Macedo, a vingança do ex-administrador do concelho de Luanda, pelo facto de ter derrubado o ex-governador de Angola, seu padraсто, através de uma campanha levada a cabo no jornal *A Defesa de Angola*, do qual era director, auxiliado pela Maçonaria de Angola, a Kuribeka. O caso prendia-se com uma das bandeiras de Macedo (e um dos princípios da maçonaria - o fim da escravatura): a questão dos contratos de serviçais, os quais haviam aumentado significativamente durante a governação de Custódio Borja (MACEDO, José de, 1988, p. 163-164).

Ainda nesse ano ocorrem as primeiras eleições gerais após a proclamação da República e José de Macedo surge como candidato⁶⁷ a deputado pelo círculo de Vila Nova de Gaia, mas não foi eleito.



Fig. 3

garantia da sua nomeação por parte do Ministro da Marinha a Magalhães Lima e que havia sabido pelos jornais da nomeação do governador-geral, José Francisco de Azevedo e Silva, e sobre a sua nomeação nada fora publicado. Na altura dirigia o estabelecimento de ensino livre, Escola de Lisboa, e já havia encetado diligências junto aos pais das crianças para procurarem outro colégio. Integram também o documento, dois bilhetes, um de alguém que se identifica apenas pelo apelido Maia, o qual informa Macedo que a sua nomeação havia sido suspensa, mas não conseguira apurar o motivo, e o outro de Magalhães Lima, dirigido ao Ministro da Marinha lembrando-lhe o combinado. A ausência de datas, dados incompletos acerca dos destinatários e o teor similar dos documentos não permitiram uma ordenação rigorosa. O documento principal tem a data de 10 de Março de 1911 e o excerto do rascunho manuscrito autógrafo de carta que transcrevemos acima foi extraído dele.

⁶⁷ O programa eleitoral, apresentado para a sua candidatura a deputado pelo Partido Republicano Português (PRP) ao círculo de Gaia, tem a data de 18 de Maio de 1911. As eleições legislativas ocorreriam a 28 de Maio de 1911. AJM, cx. 4, pt. 16, doc. 1.

Em 1916 publica o livro *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português: estudo político e económico*.

O ano de 1921 inicia com José de Macedo a ter de responder a um processo disciplinar no Instituto Comercial de Lisboa. Os precedentes remontam a 1919 com a reprovação de alguns alunos por Macedo se ter recusado a retirar faltas. No documento dactiloscrito em sua defesa intitulado "*Clamando justiça*"⁶⁸ narra os acontecimentos que estiveram na origem do processo disciplinar, enumera as acusações que lhe foram feitas e rebate uma a uma. Desentendimentos anteriores com o director do Instituto explicam o apoio daquele e também do Conselho Escolar aos alunos.

Ao longo da sua vida esteve ligado e colaborou com diversas associações comerciais e profissionais: Associação Comercial de Lisboa (que criou e subsidiava a Academia de Comércio de Exportação, onde José de Macedo leccionou); a Associação dos Comercialistas Portugueses; o Ateneu Comercial de Lisboa; Associação de Classe dos Professores Primários de Ensino Livre; Federação Nacional das Cooperativas.

Atento desde muito novo às questões nacionais decorrentes do *Ultimatum* inglês, José de Macedo adere à causa republicana, influenciado por grandes vultos como Heliodoro Salgado, Alves da Veiga, Alexandre Braga, Rodrigues de Freitas, Basílio Teles e Sampaio Bruno (MACEDO, Jorge, 1988, p. [8]). O próprio Macedo relata na primeira pessoa o seu envolvimento na revolução organizada no Porto em 1896, ainda estudante. Terminado o seu curso, voltaria para Vila Nova de Gaia onde se juntaria a vários grupos determinados na luta pelo fim da monarquia e pela proclamação da República. A sua acção passava também pelo transporte e distribuição de armas pelos chefes dos grupos da vila (MACEDO, José, 1988, p. 163). Sob a vigilância da Polícia do Porto, parte para Lisboa onde continua a sua luta pela democracia e pela república, juntando-se ao oficial da Marinha, Artur Marinha de Campos, aos Drs. José de Magalhães, Rodolfo Lima, César Porto, Luís da Mata (filho) e os irmãos Leais, na criação de um comité revolucionário e na elaboração de um programa de reivindicações

⁶⁸ O acervo integra na série Correspondência - relativa à actividade docente do produtor, sendo, aliás, a série que contém o maior número de documentos, a versão manuscrita do referido documento e a versão dactiloscrita (58 fls.). O documento composto reúne a correspondência trocada sobre o assunto entre José de Macedo, a direcção do Instituto Comercial de Lisboa, o Ministro do Comércio e Comunicações, colegas e amigos; notas sobre o problema da indisciplina no ICL e as já mencionadas versões da resposta do signatário às acusações que lhe foram imputadas. AJM, cx. 2, pt. 11, doc. 47.

e no planeamento de um conjunto de acções que incluíam o armamento do grupo revolucionário (MACEDO, José, 1988, p. 164).

A publicação de um artigo sobre o homicídio do rei Humberto I da Itália no jornal *A Lucta* valer-lhe-ia quatro meses no cárcere, a atenção redobrada da polícia e o consequente afastamento da vida política activa, mantendo, no entanto, a sua colaboração no jornal de combate republicano *A Vanguarda*, dirigido pelo amigo Sebastião de Magalhães Lima. Estes acontecimentos preparam a sua partida para Luanda. De volta a Portugal, mantém-se atento e participante na vida política nacional, a despeito da complexa convivência entre diversas figuras do republicanismo, que resultariam numa cisão do Partido Republicano Português e no surgimento de diversas correntes. Em Junho de 1923 surgia o Partido Republicano Radical (1923-1926)⁶⁹, também denominado Partido Republicano de Fomento Nacional. Reunia populares e outubristas. Do seu directório⁷⁰ faziam parte Alberto da Veiga Simões, Lopes de Oliveira, Albino Vieira da Rocha, César Procópio de Freitas, Martins Júnior, Camilo de Oliveira, Pitta Simões e o próprio José de Macedo que seria o relator do Programa do Partido, o qual foi votado no I Congresso Partidário realizado entre 9 e 11 de Junho de 1923. O documento propunha uma República Unitária descentralizada que garantisse o equilíbrio entre os diversos poderes (LEAL, 2006, ponto 7).

⁶⁹ Encontramos no acervo documental uma minuta de circular, datada 22 de Maio de 1922, emitida por José de Macedo, em nome do Centro Republicano Radical, informando e solicitando a comparência dos filiados na assembleia geral desse dia, para tratar questões da colectividade e eleger os seus corpos gerentes. AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 17. Macedo seria o autor do programa que o partido apresentaria no seu primeiro congresso: "Programa do Partido Republicano Radical," in José de Macedo (relator). *A República Perante os Problemas Nacionais*. Programa do Partido Republicano Radical votado no I Congresso Partidário realizado em 9, 10 e 11 de Junho de 1923, Lisboa, Arcádia de Portugal, 1923, p. 3-40.

⁷⁰ As actas das reuniões do directório do Partido Republicano Radical datadas de 10 e 26 de Fevereiro de 1925, e de Março de 1925 dão conta de uma situação conturbada no interior do novo Partido, em virtude de diversos desacatos e oposições entre grupos de correligionários de diversas comissões partidárias (AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 2 a 4). A exposição do presidente da Comissão Municipal do Partido Republicano Radical em Braga, António da Rocha Nunes, para o tenente da Armada José de Freitas, sobre principais factos ocorridos em Braga desde 18 de Abril de 1925 a 19 de Março de 1926, relatando as causas principais que teriam dado origem à formação do "Grupo de Acção Radical Independente", inimigo do Partido Radical (AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 6) e um rascunho manuscrito autógrafo de uma exposição dirigida aos correligionários, onde o secretário do Directório do partido, José de Macedo, narra a vida interna do partido e em particular as acções e resoluções do directório eleito no Congresso de Coimbra em face dos diversos acontecimentos e ocorrências: a) conflitos entre grupos antagónicos de correligionários de diversas zonas do País; b) a organização e acções de propaganda; c) a organização e estratégia para as próximas eleições. Identifica as relações do Partido Radical com outros partidos republicanos de direita e de esquerda, as dificuldades do processo eleitoral, e a posição de cada uma das forças políticas nacionais na corrida às urnas (AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 7), evidência a ausência de unidade interna e dificuldades do directório em impor a sua autoridade. O quarto e último congresso do partido ocorreu em 1926.

A 8 de Novembro de 1925 disputaram-se as últimas eleições legislativas sob a vigência da Constituição de 1911. Segundo notícia publicada no jornal *O Radical*⁷¹, de 21 de Janeiro de 1925 (*apud* QUEIRÓZ, 2010, p. 77) José de Macedo tinha a expectativa de que o PRR conseguisse eleger oito deputados em Lisboa e outros tantos no resto do País, mas o partido não conseguiria nenhum mandado nestas eleições, que ficariam marcadas pelos acordos políticos entre forças concorrentes, tumultos em várias secções de voto, situações de irregularidade e de fraude mesmo após o fecho das urnas, como por exemplo, a falsificação de actas, confrontos entre militantes de partidos opostos e pela já esperada vitória do Partido Republicano Português (QUEIRÓZ, 2010, p. 73).

As cidades de Coimbra, Porto e Lisboa receberiam em Setembro de 1930 o *Congresso Internacional de Antropologia*, no qual José de Macedo participou com duas pequenas comunicações sobre “Etnografia económica”. Segundo o testemunho do próprio, as suas teses foram debatidas “[...] pelas altas individualidades científicas nacionais e estrangeiras que faziam parte da secção de Etnografia [...]” e uma delas fora “votada por aclamação” (MACEDO, José, [193-?], p. 2).

Na primeira comunicação defende, para além de outras teses, a necessidade de uma colaboração estreita entre a Etnografia e a Economia Política, na definição de um plano de estudos que conferisse à Etnografia “[...] além do seu carácter especulativo, uma finalidade económica, em harmonia com as várias tendências sociais [...]” (MACEDO, J., [193-?], p. 2-3). O plano de trabalho conjunto deveria ser apresentado no próximo congresso, já integrado na recém-criada rubrica sobre Etnografia Económica.

Motivado pela forma como os seus trabalhos foram recebidos no congresso, aprofunda os seus conhecimentos e inicia a redacção da tese *Etnografia e Economia*⁷², a

⁷¹ Juntamente com o *Diário do Povo*, dirigido por José de Macedo, este publicado entre 13 de Abril e 1 de Agosto de 1925 (MARQUES, 1981, p. 30), foram as “armas” do PRR.

⁷² O manuscrito é constituído por 445 páginas manuscritas, 164 páginas impressas e dactilografadas, num total de 609 páginas. A sua transcrição apresentou dificuldades ao nível da caligrafia do autor, da grafia da época, a existência de folhas avulsas, diversas numerações nas páginas, aproveitamento do verso de outros documentos, entre outras. A obra encontra-se dividida em: Preâmbulo; Cap. I - Noção de raça em economia; Cap. II - A mesologia no seu aspecto económico; Cap. III - As raças em regime económico peculiar; Cap. IV - O carácter económico da etnografia portuguesa; constituído por 30 folhas dactilografadas. Este capítulo articula diversos elementos, tais como a geografia física e a geografia humana, a feição étnica e económica do seu povo, os usos e costumes (traduzidos no seu folclore); e o Cap. V - A economia internacional com determinantes étnicos. AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 3.

qual pretendia submeter "[...] às provas difíceis de doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras [...]."73 Não cremos que tenha chegado a defendê-la.

Na década de quarenta escreve o romance inédito *Herança de Amarguras*.

Numa carta dactilografada de Virgílio Ferreira Marques para José de Macedo, datada de 13 de Novembro de 1945, fica patente o apoio explícito da Liga dos Direitos do Homem ao Movimento da União Democrática (MUD), agindo assim em conformidade com os seus estatutos (aprovados em 1926) "contra o abuso da autoridade, a ilegalidade, o arbítrio, a intolerância, o facciosismo e todos os atentados contra a Humanidade, tendo sempre como base que os direitos correspondem implicitamente a deveres"⁷⁴. Sublinha ainda a neutralidade política da Liga, em defesa apenas da dignidade humana.

Uma das facetas menos conhecidas de José de Macedo é a de empreendedor ousado. A documentação sobre o assunto versa essencialmente duas questões: a da constituição da Empresa de Economia Nacional (EEN, Lda.) e o lento processo de criação da Empresa de Peles e Curtumes, Lda., associada à EEN.

Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, José de Macedo já havia iniciado contactos no sentido de colher informações sobre a viabilidade de uma empresa de fomento nacional. Em um rascunho manuscrito, datado 16 de Março de 1935, lança as *Bases da obra a realizar*, as quais resumimos aqui: o empreendimento deveria partir do conhecimento metódico dos recursos do País, para então se estabelecer um plano geral, a cumprir de modo gradual; o capital a empregar não deveria visar unicamente o lucro, antes, "deve ser considerado de clara utilidade para a obra colectiva da nação [...]". Isso implicaria, segundo o autor, um conhecimento dos problemas, "das particularidades regionais e do abandono dos processos técnicos antiquados de base empírica". A observância destes aspectos traria prosperidade económica ao país e bem-estar social⁷⁵.

⁷³ Ver Preâmbulo, fl.3. AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 3.

⁷⁴ A carta e os apontamentos para a entrevista da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, em anexo, dão-nos informações sobre o momento nacional, pouco tempo depois da fundação do MUD em Outubro de 1945. Constituindo-se como força opositora ao regime fascista no poder, reclama a reposição da liberdade de reunião, de associação e de imprensa e justiça no processo eleitoral. Não só as suas reivindicações seriam rejeitadas como os seus membros iriam sofrer perseguição. Mas é fonte também para a história da Liga e da sua acção sob a vigência do Estado Novo, mostrando que, apesar de estar operando num período em que tinham sido "cerceadas as liberdades públicas" e de isso significar menor liberdade de acção, a Liga continuava resistindo ao poder instituído e trabalhando. AJM, cx. 5, pt. 10, doc. 17.

⁷⁵ AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 227.

O esquema da estrutura da EEN, Lda.⁷⁶ datado de 9 de Julho de 1944, coloca no centro o Organismo Central (constituído por 3, 4 ou 5 sócios no máximo, entrando cada um com uma cota), de onde derivariam todas as iniciativas da empresa e discrimina nove Serviços/Secções (a serem activados de modo gradual), que passamos a enumerar, pelo interesse que julgamos ter:

I – Organização-Publicidade-Pedagogia - Esta secção é considerada das mais importantes, se não a mais importante: “Com uma boa organização tudo se consegue. Com uma publicidade bem dirigida é meio caminho andado. Com o aspecto intelectual do problema é tudo.” A esta secção caberia, entre outras atribuições, a elaboração de estudos sobre as restantes secções, baseada em orçamento rigorosos;

II – Crédito Burocrático – Este organismo seria, nas palavras de Macedo, a base de toda a acção da EEN, Lda.;

III – Crédito Comercial – Estes serviços seriam “[...]baseados nos empréstimos, com letras aceites pelos comerciantes, a prazos de 90 dias, o máximo, mas nas restritas regras comerciais [...]”;

IV – Transferência de Fundos Internacionais – Macedo depositava uma grande expectativa no futuro desta secção, mas acrescentava que “[...] para isso devemos ter um crédito interno sólido. Devemos criar agências no Brasil, Inglaterra, América, etc. É muito demorada a sua organização. Só lá para o 5.º ou 6.º ano de actividade deverá começar a ter resultados [...]”;

V – Comércio – Indústria – Agricultura – “Esta secção deve começar-se desde já, com pequenos capitais e com efectiva intervenção muito atenta. Deve receber capitais particulares para administra-los e dar-lhes uma aplicação lucrativa”;

VI – Urbanismo e Turismo – Considera esta secção uma das mais interessantes a desenvolver em paralelo com outras entidades públicas ou privadas. Considerava que o projecto devia “[...] começar pela Nazaré, transformando-a numa praia moderna, higiénica e atraente. Tem grande futuro. Depois abrangerá outras terras”;

VII – Transportes – “Terrestres – Marítimos – Fluviais e Aéreos. Estes serviços deverão ter, depois da Guerra, aspectos inteiramente novos. Convém, desde já, atender a eles”;

VIII – Feiras – “As feiras são tradicionais entre nós, mas são mal exploradas. Convém aproveitá-las nos seus efeitos”;

⁷⁶ AJM, cx. 4, pt. 1, doc. 198.

IX – Pesca – Definida como uma actividade “tipicamente nacional”, mas pouco desenvolvida, caberia à EEN Lda. “dar-lhe um carácter científico”. Esta secção e a secção responsável pela área do comércio e da indústria.

Foram também definidas as relações entre a EEN e as organizações dela dependentes: a EEN estaria representada na gerência ou na direcção ou na administração, sendo o seu voto decisivo, mas teriam todas uma administração inteiramente autónoma, com escrituração distinta; os seus balanços seriam inteiramente independentes, mas teriam de ser visados e autenticados pela gerência da EEN, sem a qual não seriam confirmados⁷⁷; a publicidade de todas as organizações dela dependentes pertencia àquela exclusivamente⁷⁸.

O Crédito Burocrático seria, segundo José de Macedo, a base de toda a acção da empresa⁷⁹. A sociedade seria organizada com a garantia do vencimento dos funcionários públicos vitalícios. Expõe os moldes nos quais se concederiam os empréstimos, por fases, o n.º de funcionários envolvidos, o vencimento mensal e anual, as despesas e os lucros⁸⁰.

Se tinha o plano bem delineado a médio e longo prazo para os destinos da EEN, faltava-lhe o capital. A diferença de perspectiva em relação ao momento de avançar constituiu um dos embaraços que arrastou todo o processo e contaminou a expectativa da criação de uma empresa de peles e curtumes. Macedo escreve a um amigo lamentando a atitude de adiamento do Sr. Pereira Dias, que não se decidia em avançar com o projeto da EEN, Lda., esperando pelo fim da guerra para depois ver se investe ou não, ora, para Macedo, aí já seria tarde. Segundo o autor, os ingleses, americanos e até os próprios alemães já sabiam o que fazer. Começar já seria uma vantagem. Em dez anos a EEN tornar-se-ia:

[...] numa instituição com que nenhuma outra pode lutar. Abrangerá todo o país, as ilhas, as colónias e Brasil, com largo crédito em todo o mundo. Terá mais recursos e mais crédito que um Banco, porque o Banco faz desconto a juro limitado ao passo que a EEN, Lda. terá 10% de juros, superior a qualquer rendimento dos capitais das companhias⁸¹.

⁷⁷ AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 224.

⁷⁸ AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 223.

⁷⁹ AJM, cx. 4, pt. 1, doc. 198.

⁸⁰ AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 205.

⁸¹ AJM, cx. 4, pt. 5, doc. 233.

A profícua correspondência enviada por José de Macedo aos seus potenciais sócios sublinha a sua persistência, mas também a convicção na viabilidade do projecto por ele apresentado. Em um rascunho manuscrito de carta, datado de 9 de Janeiro de 1944, escreve ao Sr. Casais para, através de uma notícia publicada no *Diário de Notícias* nesse dia corroborar o que vinha dizendo há muito: a ideia do empréstimo burocrático era viável e alguém iria pô-la em prática: "Já há quem comece a fazer o que nós já devíamos ter começado a fazer, há muito - Empréstimos aos funcionários sem fiador. [...] Se tivéssemos a EEN, Lda. constituída, ninguém nos poderia bater (...)." Refere a importância da participação, no negócio, da esposa do Sr. Casais e outros elementos femininos, pois, segundo Macedo:

*As mulheres têm regras de vida que só a uma senhora dizem e que elas não revelam a um homem estranho. Ora há milhares de mulheres funcionárias bem colocadas, médicas, advogadas, professoras, enfermeiras, parteiras, etc. que podem ser belas clientes, se forem atendidas por uma gerente ilustre*⁸².

Expõe, com desânimo, os obstáculos que se opuseram à constituição da EEN: dificuldades em atrair os investidores; morosidade da consolidação da empresa e incerteza quanto à garantia de juros; falta de preparação do pessoal fabril e dos refinadores: o pequeno consumo encareceria os produtos. Analisa ainda algumas possibilidades de negócio na área da produção de arroz (a produção em Portugal era substancial, não sendo, segundo Macedo, possível alargá-la mais); de açúcar (o qual não poderia concorrer com o estrangeiro sem uma "diferenciação pautal"); e, por fim, propõe o alargamento da pesca de bacalhau, mas alerta para o facto dos pescadores não se disporem a ir procurá-lo⁸³.

Como já dissemos, todas as diligências foram vãs, nenhum dos projectos vingou, mas José de Macedo estava convicto da sua exequibilidade, em particular na vertente relacionada com o crédito. Isso mesmo se comprova pelo esboço de projecto para a constituição da Caixa Económica Familiar Macedo, datado de 10 de Dezembro de 1946. O fim último da constituição da entidade de crédito era "[...] conseguir que cada membro da Família Macedo viva confortavelmente, sem depender seja de quem for [...]"

⁸² AJM, cx. 4, pt. 2, doc. 263.

⁸³ AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 209.

e, nos momentos críticos, acuda aos seus membros, em nome da solidariedade a todos num vínculo eterno”⁸⁴.

O intelectual, professor, político, activista cívico, escritor e jornalista, viria a falecer aos setenta e dois anos, na Nazaré, em 31 Julho de 1948, vítima de doença súbita.

2. História custodial e arquivística

O espólio do Dr. José de Macedo é composto pela sua biblioteca privada⁸⁵, constituída por mais de 1469 monografias e por cerca de 256 títulos de periódicos (revistas e jornais), e pelo seu arquivo pessoal, distribuído por 15 caixas, contendo a documentação produzida/acumulada e utilizada pelo titular no desempenho das suas diversas actividades, no âmbito da docência, do jornalismo, da função pública, da política, da direcção de estabelecimentos de ensino privado, da intervenção enquanto membro de instituições/associações de cariz científico e cultural, filantrópico e de assistência social, de classe e de profissão, de divulgação dos direitos individuais e dos ideais republicanos, mas também resultante do seu relacionamento familiar e social e da sua produção intelectual.

Considerado como um todo, não foi, contudo, possível avançar com o tratamento bibliográfico dos espécimes que constituem a sua biblioteca particular. O nível de desorganização do espólio, em geral, e da documentação de arquivo, em particular, traduziu-se na necessidade de um ajustamento do projecto inicialmente apresentado. Optamos por priorizar o tratamento do arquivo pessoal e excluir, do âmbito da tese, a biblioteca privada.

Gostaríamos, no entanto, de deixar algumas notas sobre as potencialidades que o seu tratamento bibliográfico proporcionará:

- a) identificar os gostos, e as áreas de interesse do seu coleccionador;
- b) discernir as influências de correntes, movimentos e escolas sobre o pensamento e produção intelectual do adquiridor;
- c) arrolar os autores mais representativos⁸⁶;
- d) fazer um levantamento de marcas de posse (assinatura, carimbo);

⁸⁴ AJM, cx. 4, pt. 5, doc. 11.

⁸⁵ Uma biblioteca privada não é um acumular de livros em estantes. Existem subjacentes critérios de aquisição, de selecção, de organização e de arrumação que possibilitam ao estudioso a elaboração do perfil do seu possuidor.

⁸⁶ O estudo das ausências de determinados autores na sua biblioteca também será revelador.

- e) empreender o estudo da marginália (comentários, referências bibliográficas, etc.) e dos sinais de uso (sublinhados e junção de recortes de jornais sobre os assuntos abordados no livros⁸⁷, permitindo acompanhar o percurso do exemplar);
- f) favorecer o estudo da circulação dos livros nos circuitos da elite ilustrada local e como chegaram até nós;
- g) encetar estudos sobre livreiros e editores;
- h) inventariar e analisar das dedicatórias⁸⁸;
- i) reconstituir o método de organização aplicado (aferição da existência de etiquetas com cotas apostas; lacunas e saltos nas cotas que poderão apontar para períodos financeiros difíceis e para a necessidade de vender parte ou colecções específicas da sua biblioteca⁸⁹, e/ou dispersão, por outras vicissitudes da vida⁹⁰ ou, na maior parte dos casos, por opção dos herdeiros);
- j) assinalar a predominância de determinadas línguas no acervo;
- l) quantificar a proporção de livros antigos e recentes⁹¹.

Convém lembrar ainda o contributo de outras influências, para o seu pensamento e produção intelectual, através do acesso a obras e fontes documentais que não possuía na sua biblioteca privada⁹².

⁸⁷ Sobre este último aspecto, aprez referir que não foi ainda possível efectuar uma análise desses apensos, pelo que permanecem junto aos livros. O facto de parte dos livros ainda estarem acondicionados em caixas num espaço exíguo explica a circunstância. À medida que os livros forem sendo arrumados nas estantes, os apensos serão verificados, analisadas as possíveis associações estabelecidas por José de Macedo entre os documentos reunidos, elaboradas sínteses de conteúdo e feitas anotações no registo bibliográfico da obra, antes dos apensos serem retirados e agregados aos conjuntos documentais compostos por recortes de jornais.

⁸⁸ Esse levantamento permitirá efectuar o mapeamento do círculo intelectual em que José de Macedo se movia e o prestígio que gozava, uma vez que as dedicatórias constituíam um sinal de apreço, admiração e de amizade.

⁸⁹ Ilustramos com o caso apresentado por Manuela Delille na sua comunicação intitulada *A biblioteca particular de Carolina Michaëlis e de Joaquim de Vasconcelos*, apresentada no colóquio *Tratar, estudar, disponibilizar: um futuro para as bibliotecas particulares*, a qual decorreu nos dias 1 e 2 de Março de 2012. Segundo a autora, Joaquim de Vasconcelos, para pagar dívidas de família e porque, segundo a sua esposa Carolina Michaëlis, gastara demasiado com as obras da casa de campo em Águas Santas, viu-se obrigado a vender a sua colecção de música a um coleccionador berlinense e depois outras vendas se sucederam desfalcando a biblioteca particular do casal (informação verbal).

⁹⁰ Já referimos anteriormente a detenção de José de Macedo na sequência da publicação do artigo "Morte de um rei" no jornal *A Lucta*, contexto de produção do depoimento que escreve em sua defesa. Nesse mesmo documento, no Ponto II, refere a busca que fora feita em sua casa e a apreensão de diversos volumes, cujos títulos vai listando, sobre o anarquismo ou escrito por anarquistas para mostrar que não é possível daí concluir-se a sua filiação ao anarquismo. Verificar a ausência desses títulos (através da catalogação) no seu legado bibliográfico confirmaria, por exemplo, o facto narrado e a não devolução dos mesmos. *AJM*, cx. 3, pt. 18, doc. 1, p. 21-32.

⁹¹ Uma presença substancial dos primeiros poderia sugerir tratar-se, por exemplo, de obras herdadas do pai e que não haviam contribuído para a sua erudição.

A acrescentar aos elementos já apontados, o estudo das bibliotecas particulares permite ainda encetar vários projectos de investigação no âmbito da história do pensamento e da cultura.

Um dos grandes problemas que se coloca em relação a estas bibliotecas é o destino que lhes é dado após a morte dos seus possuidores, em particular, o desmembramento e a deterioração provocada pelo encaixotamento e abandono em sótãos em más condições de acondicionamento e ambientais. Sobre o primeiro factor não nos podemos ainda pronunciar uma vez que o processo de catalogação está ainda na sua fase inicial. O segundo é visível na deterioração das encadernações, nas manchas de veículo aquoso, nos focos de fungos, no *foxing*⁹³, sinais da acção de bibliófagos, etc.

Apresentamos, contudo, os resultados do trabalho já efectuado nessa parte do espólio:

- a) divisão entre monografias e periódicos;
- b) separação das publicações periódicas por título;
- c) reunião e ordenação dos exemplares de cada periódico;
- d) listagem dos títulos dos periódicos (com indicação das respectivas existências, isto é, dos números editados). A sua enumeração facultou dados relevantes sobre as áreas temáticas abrangidas: economia; política; ciência; actualidades; cinema; literatura e crítica; bibliografias; geografia; estatísticas; comércio e indústria; importação-exportação; ensino; agricultura; política e economia colonial; instrução comercial; turismo; administração colonial⁹⁴;
- e) levantamento⁹⁵ de parte das monografias (o material bibliográfico de algumas caixas já havia sido listado pela Dra. Cátia Costa e uma bibliotecária aquando das suas

⁹² Muitos dos aspectos potencializadores das bibliotecas particulares enumerados foram analisados e debatidos, sempre a partir de casos práticos, no já citado colóquio *Tratar, estudar, disponibilizar: um futuro para as bibliotecas particulares*, organizado pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, em 2012, em parceria com o Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (UNL), o Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e a Academia das Ciências de Lisboa (ACL); e, com o apoio do Centro de História do Banco Espírito Santo (BES).

⁹³ Termo utilizado para designar manchas amarelas provocadas, em geral, pelo processo de acidificação do papel ou pela sujidade acumulada.

⁹⁴ A título de curiosidade, o *Almanak Popular* é o periódico que tem o exemplar mais antigo, com data de 1851 (anterior ao nascimento de José de Macedo) e o mais recente é a *Indústria Portuguesa*, com data de 1946.

⁹⁵ Esse primeiro levantamento revelou interesses muito heterogéneos e abrangentes que vão desde a política; a economia; a história; o ensino técnico e industrial; a cultura literária, científica e artística; o colonialismo; estatísticas diversas (demográfica, financeira, comercial, etc.); legislação colonial; sociologia; etnografia; direito; geografia física, humana, política e económica; religião e moral; ciência e maçonaria. De entre os itens bibliográficos listados e os já catalogados podemos avançar que apenas alguns dos espécimes listados datam do século XVIII (1711, 1788 e 1797), e que as obras publicadas no

primeiras visitas ao espólio em Tavira). Com a documentação já no AHU, acondicionada ainda dentro de caixas, mas já separada, demos continuidade a essa descrição preliminar, mas sem a concluir. Uma vez que a catalogação⁹⁶ ainda não havia sido iniciada, a investigadora queria ter uma ideia dos géneros existentes, dos autores e correntes que teriam influenciado o pensamento de José de Macedo, temáticas recorrentes ou inusitadas, entre outros indicadores;

f) análise e definição da modalidade da cota a atribuir aos espécimes bibliográficos. A reflexão sobre este aspecto reveste-se de uma importância substancial, na medida em que está directamente ligada com a política de integração do material bibliográfico no acervo geral do AHU.

Antes de tomar uma posição coligimos informação sobre a temática e solicitamos o parecer da Dra. Leonor Carneiro, da biblioteca da Torre do Tombo, e da Dra. Lígia Martins, da Biblioteca Nacional, que prontamente disponibilizaram informações sobre as várias modalidades praticadas em cada uma das instituições, tendo em consideração as diversas particularidades dos acervos à sua guarda. Todos os aspectos salientados foram posteriormente discutidos com a Doutora Ana Canas, directora do AHU, chegando-se às seguintes determinações: após a análise das diversas alternativas apresentadas e tendo em consideração a gestão do espaço disponível nos depósitos, o sistema de cotas existente e a salvaguarda da unidade do acervo que constitui a biblioteca particular do Dr. José de Macedo, optou-se por atribuir uma cota autónoma, contendo os seguintes elementos: sigla da entidade detentora, seguida pelo nível bibliográfico (livro, neste caso), espaço, número sequencial atribuído ao documento, a começar no n.º 1, seguido das iniciais do primeiro e último nome do antigo possuidor: AHUL 1JM. O mesmo se aplica aos periódicos;

g) verificação e disponibilização do espaço em estante para a instalação desse material bibliográfico. Parte do material bibliográfico já foi retirado das caixas e instalado no depósito da biblioteca do AHU. A necessidade de uma acção de conservação preventiva

século XIX (entre 1814 e 1899) e no século XX (entre 1900 e 1946) têm maior representatividade. Todavia, só no final do processo de catalogação se poderá, com rigor, facultar dados estatísticos.

Um aspecto interessante a sublinhar é que, com excepção de dois exemplares impressos da sua mais conhecida obra de José de Macedo, *Autonomia de Angola*, não foram encontrados, até agora, nenhum exemplar das suas restantes obras publicadas.

⁹⁶ O termo designa o processo técnico através do qual se descreve de forma normalizada um documento visando a sua identificação bibliográfica e se estabelece os pontos de acesso (autor, assunto, título, colecção, ano de edição, entre outros), os quais facilitarão a recuperação desse documento através das pesquisas efectuadas pelos utilizadores no catálogo em linha da instituição, neste caso, no do IICT.

(colocação de fita de nastro nos volumes cujas encadernações se encontravam soltas ou deterioradas ou cujos cadernos do corpo de texto estavam a descoser-se, ou ainda com as capas e contracapas soltas) torna a operação mais morosa. À medida que a higienização for sendo efectuada, a documentação vai sendo arrumada no depósito;

h) catalogação de monografias no sistema integrado de processamento e gestão bibliográfica Bibliobase (foram catalogadas 85 monografias⁹⁷ do acervo bibliográfico).

O que falta ainda fazer, ou está em curso, em relação à biblioteca particular de José de Macedo:

1) acção de higienização e preparação das monografias e periódicos (intervenção preventiva);

2) instalação dos documentos de biblioteca nas estantes metálicas amovíveis do depósito da biblioteca do AHU;

3) catalogação no programa de descrição bibliográfica (operação que inclui, para além da já referida descrição dos elementos bibliográficos numa determinada ordem:

a) a aplicação da CDU (Classificação Decimal Universal⁹⁸) enquanto ferramenta de classificação dos documentos catalogados, tendo em vista quer a determinação da temática central dos documentos e a área do conhecimento no âmbito do qual essa temática foi desenvolvida (campo 675), quer a posterior exportação dos registos e sua integração no catálogo bibliográfico nacional, PORBASE, criado e actualizado pela Biblioteca Nacional (o IICT assinou o protocolo com a BN, por forma a fazer parte da Rede de Bibliotecas Cooperantes, daí também a necessidade de uniformizar os procedimentos inerentes ao processamento bibliográfico);

b) a elaboração de pontos de acesso através da selecção de descritores, também denominados termos preferenciais, os quais integram uma lista de termos controlados (tesauro⁹⁹), expressão que remete para a isenção de ambiguidade e subjectividade que

⁹⁷ Para ter acesso ao boletim bibliográfico com os itens já descritos, ver Apêndice 1: Boletim Bibliográfico.

⁹⁸ Trata-se de um esquema de classificação uniformizado e normalizado, amplamente usado nacional e internacionalmente, que visa cobrir e organizar a totalidade do conhecimento humano.

⁹⁹ Os tesouros a utilizar serão os adoptados pelo grupo de bolseiros a laborar na área de bibliotecas do IICT, convergindo assim para o objectivo de uniformização de procedimentos: o EUROVOC, tesauro multilíngue e multidisciplinar que comporta a terminologia dos domínios de actividade da União Europeia, com especial relevo para a actividade do Parlamento, está disponível em <http://eurovoc.europa.eu/drupal/?q=pt/nodeo>; o tesauro da UNESCO, disponibilizado nas versões em inglês, francês, espanhol e russo, integra e disponibiliza uma lista estruturada e controlada de termos relativos às áreas da educação, da cultura, das ciências naturais, das ciências sociais e humanas, e da comunicação e informação, encontra-se disponível em <http://databases.unesco.org/thesaurus/>; por fim, o AGROVOC, tesauro multilíngue e multidisciplinar que integra vocabulário controlado abrangendo toda

caracteriza a linguagem natural, e que causa ruído na recuperação da informação pesquisada. Este processo designa-se por indexação e consiste no levantamento e análise do conteúdo dos documentos, pela leitura da informação constante nas capas, prefácios, títulos, índices, etc., para a determinação dos descritores que melhor se adequam à descrição dos assuntos tratados e às áreas específicas do conhecimento a que reportam, através da consulta *online* de tesauros. A sua aplicação favorece a uniformização do vocabulário através do controlo vocabular. A sua inclusão no registo bibliográfico (no campo 606) potencia a recuperação dos documentos através das pesquisas efectuadas pelos utilizadores no catálogo em linha;

4) elaboração das cotas e dos códigos de barra. A formulação da cota alfanumérica consiste na sigla do Arquivo a que pertence o acervo, seguida da letra L (para os livros) e P (para os periódicos), permitindo a identificação do nível bibliográfico do documento catalogado, depois a numeração sequencial atribuída aos documentos aquando da sua entrada na biblioteca do Arquivo (a qual consta dos livros de registo de entrada), e por fim, no caso concreto do espólio de José de Macedo, as iniciais do primeiro e último nome, salvaguardando assim a proveniência. A cota direcciona, antes de mais, para a localização física do item no depósito. A aposição do código de barras aponta para a antecipação de uma eventual activação do serviço de empréstimos domiciliários¹⁰⁰.

5) etiquetagem e arrumação dos livros nas estantes, sendo que a cota é, sempre que totalmente legível, colocada na lombada dos documentos, na parte inferior, a 2 cm da base e a etiqueta com o código de barras na contracapa à mesma altura. A arrumação dos mesmos é feita de acordo com o número sequencial dos documentos e em observância às regras instituídas pelas normas internacionais de acondicionamento, manuseamento e conservação de documentos.

Feito o ponto de situação do tratamento do acervo bibliográfico, iremos deter-nos sobre o arquivo pessoal, objecto privilegiado desta dissertação, expondo todas as fases e

as áreas de intervenção da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), nomeadamente alimentação, nutrição, pesca, florestas e ambiente, pode aceder-se em <http://aims.fao.org/standards/agrovoc/about>.

¹⁰⁰ O IICT dispõe de três serviços abertos ao público, o Jardim Botânico Tropical, o Centro de Documentação e Informação (CDI) e o AHU. Os dois últimos disponibilizam o acesso à documentação através da consulta presencial. Sem acesso livre às estantes, os utilizadores, após efectuarem a pesquisa na base de dados, solicitam ao funcionário da sala de leitura os itens que pretendem consultar. A reprodução de documentos é feita em conformidade com a legislação relativa aos direitos de autor.

acções desenvolvidas para a sua organização e tratamento arquivístico, começando pela sua história custodial e arquivística.

O interesse pela vida e obra de José de Macedo conduziram a Dra. Cátia Miriam Costa¹⁰¹ - doutoranda da Universidade de Évora em Ciências Humanas e Sociais com o tema *Utopias Coloniais* e investigadora do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa -, a estabelecer contacto, em 2009, com o único filho vivo de José de Macedo, Dr. Marcelino de Macedo, obtendo deste autorização para fazer o reconhecimento do espólio.

Desconhece-se para onde o espólio terá sido transportado quando deslocado da casa alugada onde José de Macedo e a família viveram durante muito tempo, mesmo após a morte daquele em 1948, na Rua das Trinas, 24-3º, Lisboa, antes denominada R. Sara de Matos. Sabemos, porém que, por fim, teria sido levado de barco para Tavira, onde permaneceu, numa casa que não era pertença da família.

O primeiro contacto da Dra. Cátia Costa com a documentação revelava as precárias condições em que se encontrava acondicionada, em uma arrecadação com pouca luz e muita humidade, dentro de antigos baús de madeira e em caixas grandes de papelão. As fechaduras dos baús tiveram de ser partidas pois já não eram abertas há cerca de cinquenta anos. A análise do conteúdo dos baús e das caixas expuseram a existência não só da biblioteca particular de José de Macedo, constituída por muitos títulos estrangeiros, sobretudo em francês e por alguns livros datados do século XVIII e do início do século XIX, mas também correspondência, obras manuscritas e um conjunto razoável de outros documentos de arquivo avulsos, sem qualquer ordem.

Não obstante a falta de condições no local para efectuar uma pesquisa mais aturada, a investigadora pôde coligir informações relevantes para a sua dissertação (na qual, um dos autores estudados é José de Macedo).

Preocupada com a falta de condições físicas de instalação e de acondicionamento do acervo; convicta da necessidade de uma intervenção técnica ao nível do seu tratamento bibliográfico e arquivístico; do potencial do espólio para ser depois aberto à comunidade académica enquanto repositório de fontes primárias (mas não só) e suporte de diversas iniciativas culturais (publicação de manuscritos, exposições, congressos, etc.), procurou convencer o Dr. Marcelino de Macedo a doar o espólio a uma instituição

¹⁰¹ Todas as informações relativas ao percurso da documentação que antecedem o contacto com o IICT foram-nos gentilmente cedidas por esta investigadora.

que respondesse a todas as necessidades de conservação, tratamento documental e de divulgação da documentação, salvaguardando a sua integridade. Duas hipóteses se colocaram nesse sentido: a Fundação Mário Soares, que vinha recolhendo espólios similares e o IICT, com o qual já havia colaborado enquanto bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

O facto de ter encontrado no AHU documentação onde o nome de José de Macedo era referido, foi determinante para a investigadora ter contactado a Instituição, antecipando a possibilidade de encontrar no seu arquivo pessoal de José de Macedo documentos que complementassem os pesquisados no AHU.

Ficou então acordado com o herdeiro que o espólio seria doado¹⁰² ao IICT, permanecendo a Dra. Cátia Costa como representante da família em todo o processo. A 8 de Março de 2010 ocorria a primeira reunião entre a Dra. Cátia Costa, os responsáveis daquela instituição e os colaboradores desta a desempenhar funções na área do tratamento e disponibilização do património bibliográfico e arquivístico do IICT. A investigadora facultou aos presentes informações gerais sobre a localização, as condições de acondicionamento e o tipo de material integrante do acervo. Foi agendada uma data para uma deslocação a Tavira e definidos os objectivos da mesma:

- a) levantamento não exaustivo da documentação de arquivo existente e do material de biblioteca (verificação da existência de primeiras edições de livros, de edições assinadas ou com dedicatórias, livros do séc. XVIII);
- b) aferição da acção e/ou existência de bibliófagos (insectos e roedores), fungos, com o intuito de fundamentar a necessidade de submeter, ou não, a massa documental acumulada e os espécimes bibliográficos a uma acção de desinfestação;
- c) registo fotográfico do local e da documentação.

Foi ainda estabelecido, nessa mesma reunião, como prioritária, a higienização, digitalização e transcrição do manuscrito inédito *Etnografia e Economia*¹⁰³, que José de

¹⁰² Existem várias modalidades de aquisição da unidade de descrição (compra, dação, doação, depósito, incorporação, legado, permuta, reintegração e transferência) (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 78). No caso presente, ainda não foi assinado o protocolo de doação, pelo que, o espólio permanece sob a guarda física do AHU, ou seja, em depósito, mas sem que o Arquivo seja, formalmente, o seu detentor.

¹⁰³ Partes do referido manuscrito integrariam a exposição organizada pelo IICT, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, inaugurada a 16 de Novembro de 2010, inserida nas *Comemorações do Centenário da República '100 anos de República, 100 anos de Ciência'*. A exposição reuniu colecções das diversas áreas científicas representadas no Instituto, mas foi também espaço para o contributo de autores que nos deixaram um legado importante no que concerne ao pensamento colonial português, à educação nos trópicos e ao republicanismo, como é o caso do Dr. José de Macedo. A valia das colecções

Macedo teria apresentado na década de trinta para obtenção do grau de Doutor em Ciências Económicas e Financeiras, como afirma o próprio no preâmbulo¹⁰⁴ do citado manuscrito.

A ida a Tavira ocorreu no dia 18 de Março de 2010. Foi efectuado um breve levantamento das condições ambientais (a casa encontrava-se em obras, as paredes apresentavam indícios de humidade, de pouca luminosidade e ventilação, e sem qualquer tipo de controlo ambiental) e de acondicionamento (a biblioteca privada estava instalada e distribuída por 3 baús com periódicos e 15 caixas grandes de papelão com monografias, manuscritos e periódicos. Três caixas mais pequenas continham a massa documental acumulada pelo produtor/acumulador do arquivo).



Fig. 4



Fig. 5

Não foi identificado qualquer tipo de equipamento de detecção ou de combate a incêndio. Também não foi possível aferir a existência de pragas, mas várias monografias e periódicos apresentavam sinais da acção de bibliófagos e de fungos, propiciada pela humidade e infiltrações. O acervo não havia sido submetido a nenhuma acção de higienização ou de desinfestação no decorrer dos anos.

O facto de o espaço ser exíguo e estar atulhado com o espólio e algum material de construção civil, tornou inexecutável uma caracterização mais aprofundada da documentação de arquivo. Contudo, a abertura e manuseamento de pequenos conjuntos documentais indicavam, tal como já havia sido referido pela Dra. Cátia Costa, a inexistência de uma ordem lógica.

históricas e científicas do IICT está patente no catálogo que tem o mesmo título que encabeçava a já referida exposição.

¹⁰⁴ AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 3.



Fig.6

Não foram eliminados, nem antes e nem durante o processo de deslocação das espécies bibliográficas e documentais, quaisquer itens que integravam o espólio.

O espólio foi transportado da casa de Tavira para as instalações do IICT, no

n.º 86, 1.º, da Rua da Junqueira, em Lisboa, em 28 de Abril de 2010, onde foi submetido a um processo de desinfestação, por um método não tóxico, seguro para a documentação e para as pessoas. Os processos com base em atmosferas modificadas, neste caso com baixo teor de oxigénio (anóxia), têm-se mostrado eficazes no tratamento de material bibliográfico onde foi identificada a acção de agentes de deterioração (insectos e fungos). A bolha foi instalada durante o mês de Junho de 2010.

Em Julho desse mesmo ano o espólio foi removido para o AHU onde foi reacondicionado em caixas de arquivo *acid free* e parcialmente higienizado (o processo tem sido efectuado gradualmente pelas bolseiras da área de Conservação e Restauro de documentos gráficos). Dez monografias foram retiradas do acervo por manifestarem focos de micro-organismos activos (fungos), cujo contacto directo poderia ser nefasto à saúde dos funcionários e também seria um foco de contaminação para a restante documentação. Foi ainda efectuada uma intervenção de restauro num desenho a carvão de autoria de José de Macedo.



Fig. 7

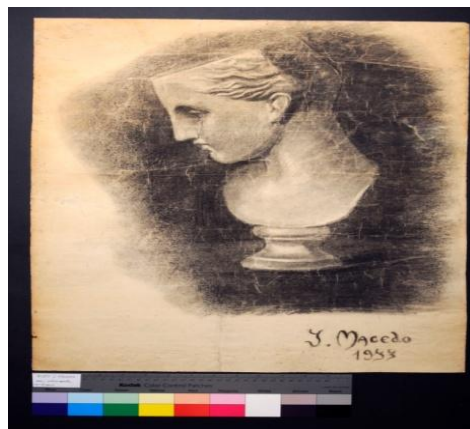


Fig. 8

3. Tratamento arquivístico da documentação

O arquivo pessoal é constituído por 8 caixas de papelão *acid free* com documentação de arquivo, 5 caixas grandes com recortes de jornais e analíticos de revistas e por 2 caixas pequenas contendo recortes de jornais (num total de 3,64 metros lineares).

O fundo encontrava-se completamente desorganizado. Não foi identificado qualquer instrumento de controlo ou descrição da documentação que permitisse reconstruir a lógica original de acumulação da unidade de descrição atribuída pelo produtor.



Fig. 9



Fig. 10

A intervenção na documentação de arquivo tem consistido na(o):

- a) análise dos documentos e identificação das tipologias e dos assuntos tratados;
- b) separação da documentação por áreas de acção que configuram os campos de actividades do titular: Vida pessoal e familiar; Vida social; Vida profissional; Vida política e intervenção cívica, Vida Intelectual e cultural;
- c) levantamento preliminar de alguns conjuntos documentais através de uma folha de recolha de dados (FRD);
- d) digitalização e transcrição de documentos seleccionados;
- e) pesquisa em *sites* sobre organização de arquivos privados pessoais;
- f) estudo do contexto de produção documental;

- g) definição das secções, subsecções e das séries documentais;
- h) elaboração do quadro de classificação;
- i) criação de uma Folha de Recolha de Dados em Excel, contendo os campos essenciais previstos na *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* - ISAD(G)¹⁰⁵ e descrição de conjuntos documentais seleccionados.

3.1. Levantamento da documentação

O desmantelamento da organização original da documentação e a ausência de instrumentos de acesso ou de controlo tornou a organização da massa documental acumulada morosa e difícil. Poucos eram os documentos que se encontravam acondicionados numa unidade de acondicionamento (neste caso equivale a dizer folha lisa ou pautada A3 ou A4 dobrada ao meio, com ou sem qualquer inscrição). O grosso dos documentos parece ter sido directamente retirado de gavetas e colocados, sem qualquer ordem, dentro de caixas. Daqui se infere que não foi possível efectuar um levantamento preliminar por unidade de acondicionamento. Esse levantamento teria permitido identificar os critérios definidos pelo produtor para a criação das séries documentais, facilitando-nos a tarefa de reunir os documentos de conteúdo semelhante, formando, deste modo, conjuntos documentais decorrentes do desempenho de uma determinada função/actividade (INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS, 1999, p. 127).

Observar o princípio basilar da disciplina arquivística da manutenção ou reconstituição da ordem original, não foi, no estudo de caso presente, aplicável. Circunstância que teria sido deveras facilitadora de todo o processo de organização, pois a lógica de acumulação diz muito sobre a forma como os documentos foram criados e usados pelo seu produtor.

¹⁰⁵ Emanada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e baseada em princípios teóricos arquivísticos aceites pela comunidade arquivística internacional, como o *princípio da proveniência*, esta norma comporta um conjunto de regras gerais para a descrição arquivística de um fundo e das suas partes visando, entre outros objectivos, a consistência e normalização dessas descrições. Desenvolveremos este assunto mais adiante, ao abordar o tratamento documental aplicado ao fundo pessoal do Dr. José de Macedo.

Complementar à análise da documentação foi o estudo do contexto de produção documental, para o qual concorreu a pesquisa bibliográfica em diversos catálogos *online* e *sites* de inúmeras instituições. Procedemos ao levantamento de:

- a) obras do autor. A leitura de parte das suas obras favoreceu a familiarização com o estilo de escrita; o tipo de terminologia utilizada; a grafia do autor; a ortografia da época; a identificação das teses defendidas por José de Macedo em relação aos assuntos desenvolvidos nas suas obras e dos recursos bibliográficos e documentais por ele utilizados (remetendo-nos para as influências que recebeu de outros autores); e, potenciou a identificação de versões preparatórias desses trabalhos no arquivo pessoal;
- b) bibliografia sobre a História de Portugal, em particular os volumes que versam sobre os acontecimentos que espoletaram o *Ultimatum* inglês (1890), a influência da Maçonaria¹⁰⁶ Portuguesa no 5 de Outubro de 1910, a Primeira República (a movimentação política; as cisões partidárias; a rotatividade dos partidos no poder; os partidos e os seus programas; os actos eleitorais; o 28 de Maio de 1926, etc.); a evolução e o papel da imprensa nesse período¹⁰⁷; biografias de ou remissões para a de José de Macedo ou verbetes sobre coetâneos seus ou temas onde o seu nome pudesse surgir, perseguindo elementos sobre a sua trajectória de vida e sobre o seu legado nas diversas dimensões do seu agir (impacto entre os seus pares, repercussões das suas obras, de quem sofreu influência, etc.);
- c) história de algumas instituições de ensino técnico onde o titular do arquivo havia leccionado, tais como a Escola de Construções, Indústria e Comércio, o Instituto

¹⁰⁶ Era importante tomar contacto com a sua história, a sua estrutura e funcionamento e participação nos eventos históricos anteriores e posteriores à proclamação da República. A nível da história biográfica do produtor, esse conhecimento era importante, a fim de poder discernir nas posições adoptadas por José de Macedo a influência dos ideais maçónicos (liberdade, igualdade, fraternidade; valorização da instrução como factor fundamental do progresso dos povos; enaltecimento da razão e do conhecimento erigido segundo o método científico (positivismo); defesa dos Direitos do Homem, solidariedade, etc.). Contributo importante para o estudo desta faceta da sua identidade foram os trabalhos do historiador A. H. de Oliveira Marques. Encontramos também informações no *site* generalista sobre a Maçonaria portuguesa <http://www.maconariaportugal.com/a-maconaria>, e no do Grande Oriente Lusitano <http://www.gremiolusitano.pt/>.

¹⁰⁷ Proudhon, anarquista e socialista francês do século XIX influenciou o pensamento de José de Macedo e de grande parte dos maçons fazendo a apologia de que o periódico era a “literatura mais adaptada ao homem do seu tempo”, ou seja, que a imprensa era o veículo mais adequado à difusão de ideias (COSTA, 2010, p. 36). Conscientes da colaboração regular e profícua em inúmeros periódicos ao longo da sua vida e orientados, num primeiro momento, por uma lista criada pelo próprio José de Macedo (consultar o já referido Anexo 1) e depois por informações extraídas do próprio fundo documental, exploramos os *sites* da Hemeroteca Municipal de Lisboa <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> e o da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional (BNP) <http://www.bnportugal.pt/>. O propósito foi verificar a existência em depósito das publicações periódicas em que Macedo foi colaborador e/ou director, aferir da sua disponibilidade para a consulta presencial ou se, melhor ainda, os respectivos números se encontravam digitalizados e acessíveis *online*. A diligência não colheu resultados satisfatórios.

Industrial de Lisboa, a Academia de Comércio de Exportação e o Instituto Comercial de Lisboa. Este levantamento surgiu-nos como de evidente relevância, uma vez que a documentação relativa à actividade docente¹⁰⁸ é a que tem maior representatividade no acervo documental, em particular a que associa Macedo ao Instituto Comercial de Lisboa;

d) informações do *site* da SGL¹⁰⁹, entidade de cariz científico e cultural a que José de Macedo esteve ligado por mais de quarenta anos. A pesquisa visava não só o conhecimento da instituição e sua história, mas também a confirmação da disponibilização da base de dados bibliográfica *online* e condições de acesso à documentação, em concreto, ao Boletim da Sociedade. A catalogação de analíticos possibilitaria o rápido acesso aos artigos aí publicados por Macedo.

Nessa busca pelo contexto de produção documental (e durante todo o processo de organização do acervo) recorreremos ainda:

e) ao testemunho informal da Dra. Cátia Costa, que acabou por ser particularmente proveitoso para a tarefa inicial de definição das principais áreas de actuação do produtor/acumulador, para a posterior separação da massa documental acumulada nessas áreas de intervenção e para a elaboração da história custodial. A permuta de informações e o diálogo estabelecido trouxe benefícios a ambas as partes;

¹⁰⁸ A constatação, no acervo, de documentação relativa a instituições de ensino com designações similares e com datas referentes a períodos coincidentes, urgia tornar claro se se tratavam de diferentes entidades ou se de uma instituição sofrendo alterações ao nível da designação ao longo da sua história, e se isso se traduzia ou não em alguma mudança a nível curricular. A dispersão era tal que optámos por reunir primeiro toda a documentação concernente a cada um dos estabelecimentos de ensino para depois agrupar os conjuntos documentais de conteúdo uniforme (séries dentro da actividade docente). Foram consultados vários *sites* e artigos com informação sobre a história dessas instituições de ensino e artigos. Sobre este assunto consultar MARQUES, Luís Alberto (2010) - Os professores e o ensino industrial (último quartel do século XIX a meados do século XX). **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. Lisboa. ISSN 1646-4990. N.º 11 (Jan.-Abr.), p. 35-44. [Consult. 23 jan. 2012]. Disponível em <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%2011%20PT%20d4.pdf>.

¹⁰⁹ No seu trabalho não publicado, datado de 1925, intitulado *A Sociedade de Geografia – As suas origens e a sua obra de 50 anos (1875-1925)*, António Ferrão afirma que a SGL foi fundada em 1875 com o objectivo de promover o desenvolvimento das colónias e contribuir para o avanço das ciências geográficas, através da cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras (FERRÃO *apud* INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 1983, p. 17). A sua biblioteca integra um vasto acervo bibliográfico que foca sobretudo a temática dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, mas também Geografia, História e Etnografia dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A consulta dos documentos é apenas presencial. O processo de informatização da biblioteca está em decurso, encontrando-se já disponível a documentação entrada desde 2001. Para mais informações consultar o *site* <http://www.socgeografialisboa.pt/>. A SGL tem ainda à sua guarda diversos espólios pessoais e institucionais (por exemplo, o espólio Marques Pereira, colecções dos cadernos de viagens de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens ou ainda de Gago Coutinho).

f) entrevista semi-directiva¹¹⁰ efectuada ao Dr. José Brissos¹¹¹, legatário do espólio do Professor Jorge Borges de Macedo¹¹², filho de José de Macedo. Pretendíamos, através da realização de entrevistas junto a familiares ou outras fontes próximas do autor, coligir elementos necessários à elaboração da sua biografia, facilitadora da correspondência entre as diversas actividades e funções desempenhadas pelo titular ao longo da sua vida e a respectiva documentação produzida/acumulada existente no acervo, mas também à história custodial do acervo;

g) a análise dos documentos de arquivo constituíram uma fonte primária de suma importância para a identificação do contexto de produção, dada a ausência de dados biográficos na maior parte da bibliografia encontrada. Esta operação permitiu obter um conhecimento mais aprofundado das relações entre os documentos; familiarizarmo-nos com a difícil caligrafia do produtor do arquivo, o vocabulário e ortografia da época; verificar os assuntos recorrentes abordados nos documentos; as suas preocupações e os interesses do titular; especificar que tipos de documentos foram criados para responder às demandas dessas funções; tomar consciência da consistência das relações entre os documentos, ainda que identificando, em simultâneo, as lacunas, os saltos cronológicos, que cabe ao arquivista também relatar e, se em posse de dados plausíveis, avançar hipóteses que expliquem esses hiatos. Alguns encontram explicação na própria documentação, outros no trabalho de contextualização do seu autor no seu tempo e no seu percurso de vida. Dados biográficos confirmados permitem-nos especular que, aquando da sua partida para Angola, José de Macedo terá procedido a uma “avaliação” da documentação que levaria consigo e da que eliminaria ou enviaria para uma

¹¹⁰ Este tipo de entrevista caracteriza-se, em traços gerais, pela existência de um roteiro que orienta o desenvolvimento da entrevista, sem no entanto implicar uma rigidez quanto à ordem das perguntas e permitindo uma flexibilidade por parte do entrevistado, ao qual se permite o aprofundamento de algumas temáticas e a colocação de novas questões entretanto surgidas no decurso da conversa. Para consultar o roteiro da entrevista, ver Apêndice 2.

¹¹¹ É investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde 1990. Antigo assistente do Professor Jorge Borges de Macedo na Faculdade de Letras de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa e legatário do seu espólio, desempenha a função de orientador científico do projecto de ordenação, inventário e valorização do citado espólio, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Estudioso da obra do mestre, encontra-se actualmente a preparar uma edição crítica da obra de Jorge Borges de Macedo. Informações coligidas no site do Centro de História <http://www.centrodehistoria-flul.com/joseacute-brissos.html>.

¹¹² Foi professor catedrático de História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e emérito historiador. Entre 1990 e 1996 assumiu a direcção do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Doou o seu espólio à Faculdade de Letras de Lisboa, sendo que a sua vasta biblioteca já se encontra informatizada, estando na base da publicação, em 2005, pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de um catálogo, em dois volumes, intitulado *Professor Doutor Jorge Borges de Macedo: legado bibliográfico*.

arrecadação em casa dos pais, em Gaia. Lembrando a sua intervenção na política nacional, conhecendo a sua oposição ao regime vigente tornada pública pela sua profícua produção jornalística e o “interesse” por parte da polícia política, pensamos que a “avaliação” fosse um procedimento mais regular do que supúnhamos.

A sua ida para Luanda não significou um abrandamento da supervisão das suas actividades pela polícia política, o que fica provado pela sua segunda detenção. Com excepção da questão dos contratos dos serviçais, não encontramos documentação substancial sobre a sua passagem pela direcção do jornal *A Defesa de Angola*, e muito menos sobre o programa pedagógico do Colégio Progresso, que fundou em Luanda e do qual foi director. Acreditamos que o seu regresso a Portugal possa servir de explicação aceitável para essas ausências no fundo.

Depois de analisados, reunimos alguns conjuntos de documentos respeitantes a algumas áreas de acção, ainda que de forma provisória, pois não estavam ainda criadas as séries, atribuímos-lhes um número também transitório e descrevemo-los, utilizando, para o efeito, uma folha e recolha de dados (FRD¹¹³) em Excel, contendo um número de elementos de descrição seleccionados prescritos pela ISAD(G). Foram descritos 409 documentos que abordam questões relacionadas com a Maçonaria, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a produção intelectual de José de Macedo (por exemplo, correspondência trocada com editores), projectos empresariais e a docência. Os critérios subjacentes à escolha dos grupos de documentos prendem-se com o volume da documentação (como é o caso da relativa à leccionação); a relevância concedida pelo próprio produtor (é curioso constatar que, depois da docência, e talvez da sua produção intelectual, a documentação com maior enfoque no fundo é a que diz respeito ao projecto de constituição da Empresa de Economia Nacional, Lta. (EEN, Lta.) e a sua participação na constituição da Empresa de Peles e Curtumes, Lda.); e curiosidade nossa quanto a sua “identidade” maçónica.

¹¹³ Consultar Apêndice 3 – Levantamento preliminar de documentos seleccionados.

3.2. Arranjo

Todos os expedientes anteriormente enumerados cooperaram para a fase de construção do quadro de classificação, que se ia desenvolvendo em paralelo.

O dicionário de terminologia arquivística define a classificação como uma operação intelectual dentro da organização, reflectindo tanto o processo de elaboração do plano/quadro de classificação como a sua aplicação à documentação produzida, recebida e/ou acumulada (ALVES *et al.*, 1993, p. 20). O quadro de classificação deve reflectir a lógica de organização dada à documentação pela entidade produtora, observando os princípios essenciais da disciplina arquivística: o princípio da proveniência e o da ordem original (ALVES *et al.*, 1993, p. 81). Se o primeiro não nos levantou dificuldades, o segundo, como acontece com a maior parte dos fundos pessoais, nem sempre é aplicável.

O princípio da proveniência garante que os documentos produzidos, acumulados, conservados e utilizados por uma entidade (seja pessoa colectiva, família ou pessoa singular) no decurso da sua actividade não sejam misturados com os de outra, mantendo-se assim a relação entre o produtor e os documentos de arquivo que constituem o seu fundo. Mas falar do princípio de proveniência não é apenas remeter para a noção de pertença, é também apontar a base para a identificação das actividades e funções das quais resulta a produção documental. O princípio da ordem original, por sua vez, remete-nos para a organicidade, para a dependência e inter-relação entre os documentos (uma das características distintivas dos documentos de arquivo), para a relação entre os documentos e as actividades e funções que lhes deram origem.

No caso em análise, apesar de se tratar de um arquivo pequeno, como já referimos, a desorganização intelectual e física da documentação, tornou a sua organização num processo desafiante, moroso e complexo. Enumeramos as principais causas:

- a) dispersão da maior parte dos documentos simples e compostos, pela ausência de instrumentos de preensão e de unidades de instalação;
- b) existência de várias versões preparatórias de um mesmo documento;
- c) atribuição de mais do que uma numeração (renumeração) das páginas/folhas;
- d) aproveitamento de todos os pedaços de papel para a redacção de um texto, carta, etc., agregando diferentes formatos, gramagem e texturas, dificultando o reagrupamento dos documentos;

- e) reaproveitamento do verso de folhas escritas ou de envelopes com apontamentos ou rascunhos de outros documentos, versando, não raras vezes, sobre assuntos diversos, enquadráveis em áreas de acção distintas, também contribuiu para a dificuldade em reunir as unidades de descrição;
- f) caligrafia difícil do produtor/acumulador do arquivo;
- g) correcções, acrescentos e sobreposição da escrita, orientada quer na horizontal, quer na perpendicular tornando muitas vezes ilegível/ininteligível o que está por baixo;
- h) a perda da posição original dos documentos dentro da estrutura hierárquica e na sua relação com os outros documentos dificultaram a sua integração nas diversas área de intervenção do titular. José de Macedo era especialista em áreas como economia política, política colonial e nacional, geografia política e colonial. Ora, estes assuntos poderiam ser desenvolvidos sob a forma de textos académicos, locuções a apresentar em eventos académicos ou de agremiações a que pertencia, artigos para revistas e jornais, apontamentos ou programas das cadeiras que leccionava, surgindo como um desafio a identificação do contexto de produção dos mesmos;
- i) ainda na sequência do ponto anterior, a sua vida jornalística entrecruza-se com a sua actividade política e com a sua intervenção, enquanto maçom, na vida profana. O jornal *Diário do Povo*¹¹⁴, do qual Macedo foi director, por exemplo, tinha a sua linha editorial comprometida partidariamente, como estava quase toda a imprensa à época, com excepção do *Diário de Notícias* e do jornal *O Século*, assumida a direcção por Silva Graça em 1896 (RAMOS, 1994, p. 50, 52);
- j) inúmeras notas avulsas e apontamentos sobre variados assuntos (etnografia; política; geografia económica; citações extraídas de monografias e de artigos de seriados; referências bibliográficas; etc.) que poderiam, por exemplo, estar na base da produção de documentos associados ao desempenho de actividades distintas;
- l) rascunhos autógrafos sem indicação explícita do destinatário – “Ilustre amigo”; “Exmo. Colega”; “Exmo. Mestre”; “Meu bom amigo”, entre outras formas cordiais de tratamento; sem data; e o assunto tratado encontra-se, por vezes, implícito (em certos casos deliberadamente).

Era necessário criar uma nova estrutura organizativa e optámos por elaborar um esquema de classificação da documentação tendo por base o critério funcional de

¹¹⁴ O jornal inicia a sua publicação a partir de 13 de Março de 1925 (BRANDÃO, 2011, p. 598), constituindo-se como órgão de propagação dos interesses e das orientações programáticas do Partido Republicano Radical.

produção e de acumulação dos documentos, bem como as funções e as características dos documentos.



Fig. 11



Fig. 12

O quadro de classificação deve ser uma representação adequada da disposição hierárquica que as unidades de descrição¹¹⁵ assumem, bem como da sua inter-relação com outras unidades arquivísticas que integram o fundo.

O quadro de classificação que agora apresentamos, não está ainda fechado, isto é, não é ainda definitivo. A descrição ao nível dos documentos simples e compostos que temos vindo a empreender, mas que está ainda numa fase inicial, conduzirá certamente à revisão de algumas séries e à consequente deslocação e renumeração de alguns documentos. Após essa tarefa, procederemos então à actualização do quadro de classificação e só nessa altura a sua estrutura será fixada.

A estrutura da documentação que constitui o arquivo pessoal do Dr. José de Macedo aparece sistematizada no quadro de classificação segundo os diferentes níveis de descrição¹¹⁶: Fundo (F); Secções¹¹⁷ (SC); Subsecções¹¹⁸ (SSC) e Séries¹¹⁹ (SR). A

¹¹⁵ Diz-se de um documento ou de um conjunto de documentos, considerado como um todo, a partir do qual a descrição singular é efectuada (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 307).

¹¹⁶ Definido como a posição que uma unidade de descrição ocupa na hierarquia de um fundo (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 55). Os níveis de descrição tornam claras as relações entre cada uma das unidades de descrição e as restantes, de acordo com as regras de descrição multinível, as quais prevêem que a descrição seja feita do geral para o particular, tornando patente o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e das suas partes; a disponibilização apenas da informação pertinente para cada nível de descrição, favorecendo uma representação precisa do contexto e do conteúdo da unidade de descrição; a ligação entre as descrições, localizando a unidade de descrição na estrutura hierárquica; e a não repetição de informação em descrições de unidades de descrição hierarquicamente relacionadas (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 20).

estrutura que estabelecemos é um pouco extensa para um acervo pequeno, mas possível pelo mesmo factor. Assim, o quadro de classificação¹²⁰ é constituído por 5 Secções; 13 Subsecções e 179 Séries.

A ordenação é a operação que consiste na atribuição de uma ordem (cronológica, numérica, alfabética, temática, hierárquica, etc., os quais podem ser aplicados isoladamente ou articulados) aos documentos que constituem uma determinada série documental, para efeitos de arquivagem, de registo ou de descrição (ALVES *et al.*, 1993, p. 70). É uma das operações que se integra na expressão mais ampla que designamos por organização, a qual inclui a classificação, a ordenação física dos documentos e a cotação.

A ordenação sucede sempre à classificação. Distingui-as, entre outros aspectos, o facto de a segunda se aplicar à totalidade do fundo ou às suas secções e de a primeira se aplicar aos conjuntos documentais que formam as séries (GOMES; PEREIRA; E ANDRADE, 2001, p. 71).

Foi necessário definir um conjunto de opções de ordenação, tendo em vista a preservação dos itens documentais, a facilidade no seu manuseio, a redução da possibilidade de erro na numeração dos documentos, e, em caso de erro, limitar a correcção a um determinado conjunto de documentos.

A documentação pertencente a cada uma das séries está acondicionada em pastas, contendo um máximo de 50 documentos. Uma série pode estar distribuída por várias pastas consoante o volume de documentos que integra. Quando se passa da pasta 1 para a pasta 2, dentro da mesma série, a numeração atribuída aos documentos inicia no n.º 1, para fins de cotação.

A ordenação facilita a localização dos documentos dentro das séries, mas é a cota atribuída a cada documento ou unidade de instalação que permite a rápida identificação e recuperação dos documentos instalados nos depósitos. Este é a última etapa do

¹¹⁷ A secção é entendida como uma subdivisão do fundo ou do subfundo, correspondendo a subdivisões orgânicas não autónomas da entidade produtora, ou podendo ainda corresponder a uma divisão geográfica, cronológica, funcional (como é o nosso caso), temática, a rubricas ou classes de um plano/quadro de classificação (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 55).

¹¹⁸ Definida na terminologia arquivística como uma subdivisão da secção (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 55).

¹¹⁹ A série é definida como um conjunto de documentos tomados como uma unidade, em virtude de resultarem de um mesmo processo de acumulação, referirem-se a uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 55).

¹²⁰ Para consultar o Quadro de Classificação ver Apêndice 4.

processo de organização. A cota pode consistir num código numérico, alfabético ou alfanumérico. A cota adoptada para o fundo Dr. José de Macedo é um sistema combinado, ou seja, alfanumérico: AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 1.

Sempre que possível, isto é, quando existia espaço no documento, a cota foi colocada na íntegra no canto superior direito da peça, mas se estivesse ocupado por informação, era aposta no canto oposto. Se também este estivesse indisponível, usamos o canto inferior direito. Se também não fosse viável, a cota era inscrita no canto superior direito do verso. Este procedimento evita a desorganização irremediável da documentação no caso de esta ser levada à consulta presencial e os investigadores cederem à tentação de reunir os documentos de acordo com os objectivos da sua investigação, alterando a organização arquivística atribuída.

Apresentamos, de seguida, alguns conjuntos documentais seleccionados, ilustrados por conteúdos informacionais que julgamos chamar a atenção para as potencialidades do acervo documental:

Documentação relativa à **actividade docente** desenvolvida em diversas instituições de ensino médio técnico (secundário) público: Real Instituto de Lisboa; Instituto Industrial de Lisboa; Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; Escola de Construções, Indústria e Comércio; Academia de Comércio de Exportação; e, Instituto Comercial de Lisboa. Integra espécies documentais diversas, entre as quais, ofícios, circulares, convocatórias, memorandos, avisos, recibos, cartas, apontamentos e notas avulsas, planos curriculares (Economia Política e Geografia Económica), cadernetas de assiduidade, enunciados de testes e testes de alunos, horários dos cursos, pautas de exames e classificações, resumos das aulas (elaborados pelos alunos), oração de sapiência, comunicações, alocução. A documentação versa, sobretudo, assuntos relacionados com a prossecução de actividades inerentes ao processo administrativo-pedagógico. Destacamos a correspondência estabelecida entre José de Macedo e outras instituições de ensino congéneres europeias a quem José de Macedo solicitou informações diversas sobre a estruturação do ensino comercial e industrial e a documentação visando o processo disciplinar levantado a Macedo pelos alunos do Instituto Comercial de Lisboa. Este acontecimento remete para a temática da indisciplina, a qual encontramos tratada, de modo não sistemático, na correspondência com alguns dos seus colegas, com o director do Instituto e num conjunto de notas avulsas e apontamentos. O tema é recorrente, na correspondência entre José de Macedo

e o amigo Alfredo H. da Silva, aquele relata os acontecimentos que o envolveram numa situação similar, a qual não teve, contudo, o mesmo desfecho, devido ao apoio manifestado pela Direcção. Salientamos também os apontamentos e notas avulsas sobre o processo de reforma do ensino técnico.

No âmbito da **actividade jornalística** encontramos, entre outros, cartões de acreditação, recibos, cartas, cartões-de-visita, telegramas, notas avulsas, apontamentos, artigos, comunicados, facturas, memorandos, requerimento.

A documentação faz prova da actividade desenvolvida por José de Macedo enquanto jornalista e director de periódicos. Faculta informações sobre o funcionamento dos jornais: a angariação de assinantes; a ligação com os jornais da metrópole, os correspondentes e o serviço telegráfico; como os periódicos da Metrópole chegavam às colónias, como chegavam as notícias do estrangeiro; como as notícias se desenvolviam, como se processavam as investigações, a obtenção dos documentos de prova, quem eram os informantes; as relações entre a imprensa escrita, o poder instituído e a militância política.

Entre a correspondência recebida salientamos a que nos dá conhecimento das reacções de leitores e figuras ilustres do seu tempo, tal como Bernardino Machado, às denúncias e a alguns dos artigos publicados por José de Macedo, bem como as suas repercussões destes a nível pessoal. A defesa frontal e pública dos ideais republicanos e da melhoria das condições de vida dos povos colonizados (batendo-se sobretudo pelo fim da escravatura dissimulada, pela educação e pela autonomia gradual das colónias) renderam-lhe, já o dissemos, perseguições, prisões, inimigos e vinganças.

Importante também para a história do jornalismo nas colónias (Moçambique, em particular), a correspondência trocada com José Maria de Araújo Freire de Andrade.

Enquanto colaborador de inúmeros jornais e revistas, a correspondência e outros documentos (os cartões de acreditação e de livre trânsito, por exemplo), não só fazem prova dessa relação como também nos facultam informações sobre o seu perfil enquanto jornalista, como é o caso da correspondência com Canhão Bernardes, director da revista *Vida Económica*. Indícios relativos à gestão dos jornais *Diário do Povo* e *A Defesa de Angola* podem ser coligidos quer da correspondência enviada pelos assinantes, reclamando, regra geral, dos atrasos ou não recepção dos exemplares (levantando as hipóteses de falhas/atrasos do jornal nos envios via CTT ou no mau funcionamento dos mesmos). Comprovativos dos pagamentos das assinaturas do *Diário*

do Povo permitem também aferir, entre outros indicadores, como era feito o seu controlo, o número de leitores fidelizados e o alcance geográfico do jornal. Integra ainda um rascunho manuscrito autógrafo de um projecto editorial que consistia na publicação de uma colecção de 14 volumes sobre a vida portuguesa. O projecto seria uma parceria/sociedade entre Macedo e uma Editora. A revista teria a designação *Vida Portuguesa*¹²¹: *revista de estudo e inquérito a todas as questões nacionais*. O indigitado para o cargo de director seria Magalhães Lima.

No campo de acção concernente à **actividade política**, encontramos, entre outros, alvarás, certidões, comunicações, editais, ofícios, circulares, cartas, listas, actas, exposições, panfletos. Reúne documentação sobre a participação activa de José de Macedo no Partido Republicano Português e no Partido Republicano Radical. Quanto a este último, fazem disso prova não só as actas sobre a fundação do PRR e as exposições relatando diversos eventos que expõem a vida interna do Partido, mas também a correspondência trocada entre José de Macedo e as diversas comissões políticas (distritais, municipais e de freguesia), bem como com militantes e ainda a documentação relativa ao acto eleitoral de 22 de Novembro de 1925. Para além deste, existe também documentação relativa às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (28 de Maio de 1911), nas quais concorre como candidato a deputado pelo círculo de Gaia, pelo Partido Republicano Português; ao acto eleitoral de 21 de Novembro de 1915, onde Macedo surge como presidente da mesa da assembleia eleitoral à Lapa, secção de voto n.º 3; e ao acto eleitoral de 21 de Abril de 1918. Elencamos de seguida algumas tipologias documentais inerentes às referidas eleições: alvarás de nomeação; certidão de eleitor; ofícios trocados entre o Directório e as Comissões Distritais; comunicação da Vara Cível de Lisboa sobre o resultado do sorteio

¹²¹ É de lamentar a ausência de uma data no projecto, uma vez que, em 1912, Jaime Cortesão publicava, através da Renascença Portuguesa, um quinzenário com a mesma designação e com os mesmos objectivos. Os n.ºs publicados entre 1912 e 1915 (de 1 a 39) estão disponíveis *online* através da Biblioteca Nacional Digital em <http://purl.pt/284/3/#/0>. Uma pesquisa efectuada aos exemplares digitalizados não evidencia qualquer envolvimento de Macedo neste projecto. De salientar que esta questão dos inquéritos era muito cara a José de Macedo. Logo após a proclamação da República, apresenta ao Dr. Barros de Castro, da Loja Solidarieidade, à qual pertencia, datada de 3 de Dezembro de 1910, uma proposta que abrangia todas as estruturas da sociedade portuguesa e cuja "ampla reforma nacional" implicava uma sinergia só possível se uma série de medidas (as quais enumera) fossem implementadas, mas era necessário, sobretudo, afirma peremptório no ponto 9.º: "[...] realizar um grande inquérito nacional, em todas as manifestações da vida portuguesa, sem o qual é impossível obter um grande e fecundo plano de Governo", porque no seu entender "[...] sobre ele é que deverão assentar as bases da reorganização nacional, sob todos os pontos de vista [...]" (MACEDO, José, 1913, p. 6). Este documento seria depois integrado na tese que apresentaria ao Congresso maçónico de 1913 sob o título *Meios de desenvolver a riqueza pública no Portugal continental, Açores e Madeira*.

para presidentes de mesas eleitorais; listas de nomes para integrarem as Comissões Municipais e Distritais (candidatos efectivos e substitutos); listas de candidatos para vereadores e para deputados; nomeações de delegados de mesas; diversos editais contendo, por exemplo, a indicação dos vogais da mesa da assembleia eleitoral (secretários, escrutinadores e suplentes); os nomes dos candidatos a deputados e respectivos votos obtidos; o n.º total de votos registados; etc.; relação dos papéis remetidos aos cidadãos presidentes das assembleias eleitorais; esclarecimentos para o preenchimento da acta de eleição; correspondência recebida sobre a data dos actos eleitorais e outras informações sobre a organização do referido acto; relação nominal dos deputados eleitos à Assembleia Nacional Constituinte pelo continente e ilhas adjacentes, com indicação das respectivas profissões. Importa dizer que a ausência de elementos essenciais como a data e a designação do partido, dificultaram a organização da documentação, reflectindo-se na resolução de organizar os documentos por acto eleitoral e por ano e não pelo partido.

Do campo de acção respeitante à **vida intelectual e cultural** do produtor do arquivo enfatizamos primeiramente a documentação respeitante à sua produção intelectual. Curiosamente constatamos que é mais representativa a presença de documentos inerentes à aquisição ou ao acesso a fontes primárias e secundárias que serviram de matéria-prima à sua produção intelectual (designadamente listas de obras que lhe foram cedidas através de empréstimo bibliotecário; colecção de referências bibliográficas recortadas de jornais, revistas, livros ou passadas manualmente por José de Macedo para pedaços de papel; recolha de citações e de trechos de textos em português e francês, na sua maioria, com as respectivas referências e páginas de onde foram retiradas; notas de encomendas de livros; subscrições de publicações periódicas; folhetos de divulgação de obras publicadas por editoras; notas avulsas e apontamentos sobre diversos temas), do que os produtos do seu exercício intelectual, isto é, versões¹²² preparatórias e/ou finais de monografias, artigos, comunicações, etc. Evidenciamos, porém, alguns títulos de manuscritos¹²³ existentes: o conto [*Albertino e tripeiro*¹²⁴];

¹²² Estranhamos a ausência de versões preparatórias principalmente das suas obras publicadas. Esta ausência também se verificou em relação ao seu acervo bibliográfico, onde, com excepção de dois exemplares do *Autonomia de Angola*, não foram encontrados, outros títulos do autor.

¹²³ Cremos que se trata de manuscritos inéditos, todavia, as pesquisas efectuadas não permitem afirmá-lo de modo peremptório. Seria necessário um levantamento exaustivo e moroso que não nos foi possível efectuar.

¹²⁴ Trata-se de uma versão muito incompleta, uma vez que o documento é constituído por um esboço do conto e por notas dispersas dificultando, para além da difícil caligrafia de José de Macedo, a

*Erros teológicos*¹²⁵; *Etnografia e Economia*¹²⁶; *História colonial portuguesa*¹²⁷.

Comporta também artigos/comunicações, dentre os quais passamos a enumerar: “Colonização e exploração colonial¹²⁸”; “Diplomacia económica¹²⁹”; “Uma figura

determinação do enredo da narração, a qual parece apontar para a relação entre um rapaz e um cão. Inclui ainda o rascunho de uma carta manuscrita que o autor teria enviado à Embaixada da América pedindo informações sobre a veracidade dos factos descritos num artigo da revista *Science et Voyages*, sob o título *Un chien qui a sauvé une ville*. Nenhum dos rascunhos está datado e a ordenação imposta procurou seguir uma sequência lógica dos factos/acontecimentos narrados, mas as lacunas deram-lhe um carácter quase aleatório. AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 1.

¹²⁵ Manuscrito com data de 1901. José de Macedo dedica-o aos seus leais amigos João Fernandes de Oliveira e Luís Gonçalves de Oliveira. O seu conteúdo encontra-se assim esquematizado no índice: **Prefácio** (p. I a XXX); **Cap. I** - Ciência e Religião (p. 1 a 39); **Cap. II** - Origem das Religiões (p. 40 a ?). O respectivo corpo de texto não faz parte do manuscrito. **Cap. III** - A Bíblia (p. 90 a 166); **Cap. IV** - Cristianismo, Catolicismo e Socialismo (p. 168 a 211) e o **Cap. V** - Moral Religiosa e Moral Social. O corpo de texto relativo a este capítulo também não faz parte do manuscrito. AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 2.

¹²⁶ Tese a apresentar para obtenção do grau de Doutor em Ciências Económicas e Financeiras. AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 3.

¹²⁷ O documento está muito incompleto, contendo apenas alguns cadernos (isto é, folhas brancas A4 dobradas ao meio, às quais foram intercaladas outras folhas avulsas) que correspondem a diversas Secções (História Colonial Portuguesa - Prolegómenos. História Colonial Portuguesa - África. Administração Civil. Secção I e II. Parte Doutrinal. Secção I - Ideias Gerais sobre Direito; a) Direito Natural e Positivo; b) Direito Privado e Público; c) Direito Político e Nacional; d) Suas definições, subdivisões, fins e relações entre si. II Secção: Noções sobre a História do Direito Administrativo Português durante o Período Constitucional. Todos os Códigos Administrativos desde 1836. Secção III - Parte da Organização Administrativa: Organização Administrativa do Ultramar e Organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar: a) noções históricas sobre essas organizações durante o período constitucional. Sua comparação com o adoptado pelos países estrangeiros; b) código administrativo em vigor e leis orgânicas das províncias ultramarinas: seu exame e estudo minucioso. Secção IV - Parte da Fazenda. Ponto I - Administração Fazendeira - a) lei orgânica e regulamento; b) contabilidade ultramarina; c) tabelas orçamentais: sua organização e valor legislativo; d) a Inspeção Geral da Fazenda do Ultramar. Comércio Colonial (nesta Secção enquadra o programa da cadeira de Comércio Colonial professado na Escola Colonial (39 fls.). História Colonial Portuguesa - Brasil. As Secções subdividem-se em diversos pontos, os quais não transcrevemos por uma questão de economia. Dentro dos diversos cadernos encontramos dispostos os tópicos a abordar; referências bibliográficas de obras/artigos a utilizar (maioritariamente em francês), citações e alguns recortes de jornais. Alguns dos pontos foram desenvolvidos. A ordenação dos cadernos e documentos integrantes, apresenta lacunas, justificadas pela ausência de um índice geral da obra; de uma numeração sequencial facilitadora; mas, sobretudo, pela dispersão resultante da inexistência de instrumentos de preensão, invólucro ou fita de nastro que mantivessem os documentos na ordem originalmente atribuída e unidos. A título de curiosidade partilhamos a seguinte "descoberta": a Secção III da parte referente ao Comércio Colonial nas Colónias portuguesas em África (outras partes tratam das possessões na Ásia e no Brasil) tem como ponto a) - "Usos, costumes e especialidades locais do comércio em cada província e seus distritos e nos mercados de consumo dos seus produtos," e dá-se o caso de termos identificado, aquando da ordenação, na massa documental, um inquérito e algumas cartas de resposta a esse inquérito, os quais parecem ir ao encontro do conteúdo que José de Macedo pretendia incluir no referido ponto. Relembremos que o inquérito era um instrumento considerado, por José de Macedo, essencial para qualquer estudo de base científica, como fica também patente no seu artigo "A função construtiva dos Inquéritos Nacionais", a que faremos menção mais adiante. A versão que aqui damos a conhecer indicia um projecto longo e ambicioso que não chegaria a concluir. AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 1.

¹²⁸ Rascunho de manuscrito sobre os movimentos de colonos portugueses para as possessões em África. Articula as interações entre o meio ambiente que se encontra e as características biológicas e culturais de quem vai, traduzindo-se numa transformação de ambos. Segundo José de Macedo, é visível uma mudança no colono no seu modo de ser social, económico, político e religioso (fl. 1). Uma das características inalteráveis que o autor aponta ao colono português, independentemente do país para onde se desloque, é a sentimentalidade, entenda-se, a ideia sempre presente de voltar à sua terra de origem (fl. 3-4). Afirma que apesar das críticas recebidas, o colono português é considerado, a par do italiano e do judeu, o melhor

dominante¹³⁰”; “A função construtiva dos Inquéritos Nacionais¹³¹” e “[Portugal, sob o ponto de vista dos seus recursos económicos¹³²”].

Ainda dentro da área da actividade intelectual e cultural destacamos ainda os **documentos inerentes à organização de eventos culturais**¹³³. Agrega toda a documentação relativa ao conturbado projecto de organização do *I Congresso de*

colono (fl. 7), servindo-se, para ilustrar, do exemplo de alguns negociantes e industriais, de trato afável com os autóctones, com os quais privou. Apresenta, por fim, um traçado geral sobre a exploração colonial portuguesa. AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 2, [S.d.], 17 fls.

¹²⁹ Rascunho de manuscrito onde discorre sobre o carácter das relações internacionais. Partindo da premissa de que o seu aspecto difere pois “corresponde a feições particulares duma época [...]” (fl.1), identifica diferentes momentos nas relações entre as nações: num os conflitos e as relações (debates parlamentares, conferências internacionais, discussão jornalística e publicação de livros) giravam em torno de um mesmo denominador comum: a questão colonial; depois, num outro momento, no sentido económico. Aclara as motivações das potências europeias e a situação em que se encontrava Portugal culminando na Conferência de Berlim (1884-85). O documento parece completo. AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 3, [S.d.], 9 fls.

¹³⁰ Rascunho manuscrito sobre o “Grupo Jantante - Vencidos da Vida,” acentuando o grande contributo da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (que assinava os seus artigos nos periódicos sob o pseudónimo Valentina de Lucena) para o sucesso dos “Vencidos da Vida”. O documento parece completo. AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 5, [S.d.], 12 fls.

¹³¹ Documento composto que integra um rascunho manuscrito autógrafo com correcções e acrescentos (16 fls.) e uma versão datiloscrita (9 fls.), também com correcções e acrescentos, assinada por José de Macedo, depois rasurado com um traço e a caneta preta assina com o pseudónimo “Fidelis”. Apresentada a “obra” da República, José de Macedo aponta uma das suas principais fragilidades: “a insuficiência de dados para as reformas a realizar, por falta de inquéritos metódicos e regulares, em todas as actividades portuguesas, no ensino, na indústria, nos impostos, no regime bancário, nas reformas sociais [...]”, em suma, um Inquérito à Vida Portuguesa. Evoca um conjunto de entidades e seus ilustres intervenientes, sobretudo ligadas à Educação, mas não só (Liga de Educação Nacional, Liga de Instrução Nacional, Academia de Estudos Livres, Academia de Comércio de exportação; União Nacional, Instituto de estudos Políticos e Económicos e Coloniais, fundado em 1912 com o propósito de elaborar as “bases dum inquérito nacional”, Liga Económica Portuguesa, nascida do Congresso Económico de 1915) e inúmeras iniciativas, entre as quais, o Grande Congresso Nacional de Lisboa; Série de conferências ministradas pelo Dr. Adolfo Coelho; Congresso Económico - pelo grupo que reunia no Ateneu Comercial, do qual fazia parte -, para o qual fora nomeado relator da tese “Inquérito nacional”. Todas convergiam para um mesmo objectivo: um estudo rigoroso sobre os moldes em que o referido inquérito devia ser elaborado, aplicado e avaliados os seus resultados para depois, e só depois, se implementar uma ampla reforma estrutural. Todavia, não passariam de propostas. Segundo José de Macedo, “a falta dum plano construtivo das instituições nascentes explica-nos, por consequência, duma forma precisa, que a obra a realizar não foi amplamente encarada”, detalha acrescentando que “algumas leis, valiosas, aliás, do novo regime, não foram orientadas com a clareza que se requeria e tinham o inconveniente das improvisações mal detalhadas e sem unidade coordenadora”, para em seguida concluir: “carecíamos, de origem, dum inquérito que esclarecesse a situação e lhe desse uma sistematização harmónica” (fl. 5). Faz um breve périplo por alguns momentos da história nacional para, por um lado, distinguir grandes reformadores (D. Dinis, marquês de Pombal, Emídio Navarro, António Augusto de Aguiar, Andrade Corvo e Fontes Pereira de Melo), e por outro, diagnosticar que diversas crises que assolaram o solo pátrio se deviam a ausência de um método positivo, rigoroso, de bases científicas, a partir do qual se fizesse uma leitura adequada das causas e dos efeitos. Demonstra-o analisando a crise de 1891 sob essa perspectiva. AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 6.

¹³² Versão dactilografada com correcções e acrescentos de José de Macedo. O documento parece estar incompleto, pois inicia no Ponto III, correspondente à zona de Trás-os-Montes e Beira Norte Interior, terminando no Algarve. Depois de um breve enquadramento geográfico, José de Macedo caracteriza cada uma das zonas do país sob o ponto de vista dos seus recursos, das suas produções e avança directrizes para o seu desenvolvimento económico. Contém representações geográficas das zonas descritas. AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 7. 24 fls.

¹³³ AJM, cx. 7, pt. 4, 183 fls.

Estudos Históricos de Lisboa. Da tipologia documental identificada fazem parte: notas avulsas sobre a elaboração da proposta apresentada por José de Macedo ao Grémio Lisbonense; diversas versões, manuscritas e dactiloscritas, da citada proposta; os estatutos do Grémio Lisbonense; correspondência expedida e recebida; um rascunho e uma minuta manuscritas da exposição enviada por José de Macedo ao presidente do Sindicato dos Jornalistas de Lisboa, onde se defende das acusações de plágio em relação à ideia da organização do congresso, em reacção à notícia publicada no *Diário Popular*; um recorte do jornal *República*.

Explanamos seguidamente os factos da polémica: na sequência de uma notícia publicada no *Diário Popular* dando conta de outro congresso sobre o mesmo tema, o que teria na altura, segundo José de Macedo, causado celeuma, escreve uma exposição, datada de 29 de Junho de 1944, um dia após a notícia esclarecedora publicada no jornal *República*¹³⁴, onde expõe todo o percurso do projecto de organização do supracitado Congresso (contactos havidos, nomeadamente com o director do *Diário Popular*, a quem enviou por correio a proposta, mas que não a chegara a receber. José de Macedo mostrou-lhe, posteriormente, uma cópia que tinha consigo e o responsável pelo jornal mostrou-se interessado. Contactou depois o Grémio Lisbonense mas, apesar do interesse demonstrado, disseram-lhe que as suas instalações seriam insuficientes e sugeriram que enviasse a proposta ao Ateneu Comercial de Lisboa. Assim fez. Como não era sócio do Ateneu, pediu ao seu amigo Américo Marinho, antigo discípulo, actual colega no Instituto Comercial de Lisboa e vice-presidente do dito grémio que a apresentasse. A proposta foi bem recebida pelo Ateneu, sendo dactilografada e deu-se início à organização do Congresso. Já iam, segundo José de Macedo, adiantados os trabalhos quando soube, pela notícia publicada no *Diário Popular*, da existência de um outro congresso sobre o mesmo tema. Recusa a acusação de plágio e no ponto 5.º da sua exposição (fl. 13) diz que iria juntar à exposição todos os documentos em seu poder que provavam a originalidade da iniciativa: a) a proposta na sua fase genética; b) a proposta na sua evolução; c) a proposta na sua redacção definitiva patrocinada pelo Ateneu Comercial de Lisboa. Em carta de 21 de Agosto de 1944, enviada pelo Ateneu, lê-se que por motivo das férias, os trabalhos relativos ao Congresso só retomariam no início

¹³⁴ Na sua publicação de 28 de Junho de 1944, um pequeno texto, não assinado, dava conta de "aparentes divergências" referidas numa carta de Vasco Ribeiro, alegadamente enviada ao jornal. Esclarece o mesmo texto que se tratava, afinal, de dois congressos: O *I Congresso de Lisboa* (sugestão do Sr. Luiz Teixeira, para comemorar o centenário da tomada de Lisboa, em 1947) e a proposta do Ateneu Comercial *Congresso dos Estudos Históricos de Lisboa*, em 1944 e 1945.

de Outubro. A inexistência de documentação posterior a essa data levam a crer que os trabalhos não tenham tido continuidade.

Detemo-nos agora, de modo sucinto, sobre o conteúdo da Proposta (16 fls.): a Direcção do Grémio Lisbonense devia nomear uma Comissão Organizadora que realizaria em Lisboa (nos dias 1 a 3 de Dezembro de 1944) e no Porto (4 de Março de 1945, assinalando o aniversário do Infante Dom Henrique) o *I Congresso*. Os sucessivos congressos realizar-se-iam de dois em dois anos. José de Macedo insistiu diversas vezes com o seu "ilustre amigo" almirante Gago Coutinho para que aceitasse a presidência da Comissão Organizadora, mas em conformidade com carta datiloscrita enviada ao presidente do Ateneu, datada de 24 de Julho de 1944, José de Macedo revela os motivos da sua recusa: havia sido primeiramente convidado para assumir a presidência da Cruz Vermelha Portuguesa e recusara alegando que não o seria de nenhuma instituição e agora não podia, por uma questão de princípio, voltar atrás. Avança então o nome do reconhecido jornalista, fundador e director do jornal *O Século* e presidente honorário do Ateneu Comercial: João Pereira da Rosa. José de Macedo surgia, por sua vez, como Secretário-Geral da Comissão Organizadora. As entidades e individualidades que fariam parte dessa Comissão e da Comissão Executiva encontram-se também listadas, bem como o modo de financiamento das despesas dos congressos. Os assuntos a tratar no Congresso são enumerados em vinte e dois pontos, que vão desde a história das origens de Lisboa; os seus aspectos nas várias fases dos descobrimentos e da expansão colonial; a Lisboa pombalina, na sua construção e na sua feição social; a sua evolução no século XIX; a influência do porto de Lisboa e dos transportes; o Tejo na expansão de Lisboa; a expansão de Lisboa para a Margem Sul; os regimes aduaneiro e pautal, na evolução económica da capital, em relação com resto do país; o espírito associativo de Lisboa das várias classes, desde a Casa dos 24; relações entre Lisboa e Porto sob todos os aspectos; Lisboa, cidade cosmopolita do futuro.

3.3. Descrição

A *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G)* – define a descrição arquivística como a operação através da qual o arquivista analisa o fundo e a forma como os conjuntos documentais estão organizados e se relacionam entre si de

forma natural ou artificial, procurando elaborar uma representação exacta que facilite a identificação, a localização, a gestão e a explicação do conteúdo da documentação de arquivo e do seu contexto de produção (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, p. 13).

A adopção de normas de descrição a aplicar aos documentos de arquivo, independentemente da natureza ou dimensão da unidade de descrição visa: a) produzir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; b) promover a recuperação e a permuta de informação sobre documentos de arquivo; c) partilhar de dados de autoridade; d) possibilitar a integração de descrições provenientes de entidades detentoras num sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, p. 10).

A norma apresenta vinte e seis elementos que podem ser combinados para constituir a descrição de uma unidade de descrição.

A descrição normalizada abrange também as entidades produtoras (pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias). O seu conhecimento é fonte relevante para a compreensão e recuperação da informação através do contexto de produção (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 15). Para esse efeito, o Comité para as Normas de Descrição do ICA preparou a norma para a descrição de autoridades arquivísticas, a qual surge em 2002, sob a designação *ISAAR(CPF): International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families*.

Estas normas podem e devem ser conjugadas com normas nacionais aplicáveis, no nosso caso, as *Orientações para a descrição arquivística* pelo Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo, ou ainda, servir de directrizes para a definição de políticas de descrição, desde que se respeite a tradição arquivística.

Tratando-se de um fundo pequeno, optámos por descrevê-lo ao nível do documento (simples e composto)¹³⁵. Não iremos, no entanto, no âmbito da presente dissertação, apresentar uma descrição cabal do acervo, contendo todos os níveis de descrição desde o fundo ao documento, mas apenas a de alguns conjuntos seleccionados de documentos.

O tratamento arquivístico continuará para além deste projecto, prevendo-se a conclusão da organização dos acervos arquivístico e bibliográfico. O que nos leva a

¹³⁵ Entendido como a mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 301). Por exemplo, uma carta, um artigo de jornal, um desenho a carvão.

Após a leitura e análise dos elementos que integram cada uma das sete zonas de descrição estabelecidas na norma geral *ISAD*, introduzimos na tabela¹³⁶ os seguintes elementos: Código de referência; título; datas; local de origem (separamos os elementos cronológicos dos elementos tópicos que fizemos figurar com esta designação); nível de descrição; dimensão; produtor; âmbito e conteúdo; idioma; características físicas/estado de conservação; e notas. Acrescentamos dois elementos: autor¹³⁷ (pessoa singular ou colectiva) e cota.

Catálogo_AJPM2_Alentejo_17Dez13 [Modo de Compatibilidade] - Microsoft Excel

Base

Inserir

Esquema de Página

Fórmulas

Dados

Rever

Ver

Times New Rom - 12

A

A

A

Colar

Cortar

Copiar

Formatar

Formatação condicional

Formular

Estilos de Célula

Estilos

Inserir

Eliminar

Formatar

Geral

Formatação condicional

Formular

Estilos de Célula

Estilos

Inserir

Eliminar

Formatar

Σ

AutoAtômica

Preenchimento

Limp

Ordenar

Localizar e Filtrar

Selecionar

Edição

Área de Transferência

A2

Código de Referência

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
	Código de Referência	Nível de Descrição	Título	Datas	Dimensão ou Local de Origem	Aut. Pessoa Singular	Aut. Pessoa Coletiva	Âmbito e Conteúdo	Sistema de	Idioma	Estado de	Notas	
14		Documento simples	Carta de M. Dias Nunes para José de Macedo	25.04.1900	1 fl.	Silva	Nunes, M. Dias	Redação da Revista mensal de Geografia portuguesa, "Revista" "A Tradição". Directores: Lúdvig Figueira e M. Dias Nunes	Per.	R		O director da revista geográfica portuguesa "A Tradição" congratula-se pelo "bom campo de acção" do parecer dos periódicos nacionais. Dadas estas de propriedade ao seu jornal "A Lusa". "Este primeiro nº" já viria à 1ª edição, por motivos profissionais, o seguinte: que Macedo (segundo director), lhe tenha autorizado para os colaboradores.	
15		Documento simples	Cartão-de-visita de remetente com assinatura ilegível para Rangel de Lima	1900?	1 fl.	Illegível	Anónimo/Illegível	O remetente recomenda o portador do seu cartão-de-visita, o amigo José de Macedo, que estava da partida para Angola, pedindo-lhe que o visitasse a visita a uma rua (não especifica de que local) em Lisboa.	Per.	R		O jornal foi encontrado após a publicação dos seus 5 números e o seu director, José de Macedo, foi preso, acusado de assassinato. Colaborava-se e não por os Boletins e a falta de que Macedo foi para Luanda por dirigir o jornal "A Lusa". Deixou de Análise a que contém conteúdo científico.	
16		Documento simples	Carta de António Custódio da Silva para José de Macedo	1900?	2 fls.	Illegível?	Silva, António Custódio da	O signatário inicia a miséria descrevendo que José de Macedo trouxe tudo uma "alta miséria". Informa-lhe que enviou 20 artigos para diversos jornais e conta segurar ainda mais assinaturas para o jornal, que tinha sido revisto, lido em seguida um conjunto de artigos e merced de posterior assinatura (dado da zona Norte, de P. de F.). Podia que Macedo iniciasse o processo reatando os respectivos artigos. Pode o envio do signatário completo dos Estatutos para o estabelecimento dos códigos. Refere a questão de cortejo de vado do jornal "A Lusa", do desapareço de alguns artigos e referências a "Actas de reunião de P. de F."	Per.	R		A referência ao jornal "A Lusa" foi o critério para obter o documento do qual se usou de 1900, uma vez que o periódico foi publicado apenas entre 1 de Maio de 1900 e 24 de Junho de 1900.	
17		Documento simples	Carta de José de Macedo para destinatário não identificado	1900?	2 fls.	Illegível?	Macedo, José de	O signatário inicia o recibo manuscrito de miséria dando conta de terem obtido que assinaturas nos periódicos para Luanda para 21 de Fevereiro (de 1900). Vê a sua vida como um "mundo". E, finalmente, pelo levantamento social desta período, que, principalmente, agora, após um contrato que poderá ser benéfico ou prejudicial, conforme se estabelecerem os colóquios portugueses... "Tive considerações desfavoráveis aos interesses brasileiros e malvada a intenção de ceper no jornal que lhe dirige "A Defesa de Angola" e, por isso, portador de Contrato Villares". In: "Apreensão decretada para a prisão em Portugal deve tomar a sua parte preservação dos seus interesses ultramarinos perante os interesses de países particular coloniais. A última parte da carta aponta-se reatando de um jornal diário em circulação no Brasil."	Per.	R		Procedimento de Villares - assinado a 24 de Junho de 1900, concedendo-se um selo genérico bilíngue Robert Villares e deita colóquio de concretizar e replicar uma lista final ligada a parte do Letho à fronteira de Angola com a Katanga. A assinatura de concessão foi recebida com duas críticas por quem todos se queriam de insinuação portuguesa, sendo julgados resultados por causa do Ultramar de 1900. O jornal de Macedo teve o primeiro assinatura de contrato como "A Lusa".	
18		Documento simples	Cartão-de-visita de João da Silva Ribeiro para José de Macedo	20.03.1903	2 fls.	Illegível	Ribeiro, João da Silva	O signatário (informado) manifestou o seu voto de propriedade ao jornal de José de Macedo "A Tradição principal" e lamenta não se poder fazer assinaturas por estar em Portugal e o assinante tornaria no jornal, não define a nome, interessando-se para o estabelecimento do jornal.	Per.	R		O remetente recomenda ao jornal "A Lusa" do qual José de Macedo era director.	
19		Documento simples	Carta de Marques Ribeiro para José de Macedo	15.11.1903	4 fls.	Illegível	Ribeiro, Marques	Carta manuscrita em que o remetente pede a José de Macedo que lhe dê o seu parecer sobre "algumas" que envio a ele por a publicação no jornal "A Defesa de Angola", onde o nome está. Marques defendendo publicamente da correspondência do local do interior ao jornal de dar o seu voto o mesmo pelo qual ainda não estava autorizado.	Per.	R			
20		Documento simples	Cartão-de-visita de José Luís de Freitas Ribeiro para José de Macedo	13.12.1903	1 fl.	Illegível	Ribeiro, José Luís de Freitas	Informa sobre o envio de cópia de material importante para "A Defesa de Angola". Temia confundir José de Macedo para um amigo, no da realidade, no manuscrito assinado pelo signatário.	Per.	R		A miséria abonda a questão do colaboração do remetente ao jornal "A Defesa de Angola" e a sua solidificação no mesmo. Ciente em Luanda, mas não sendo a que assinaturas de cartas. Sinais a crítica de um Contrato.	

Catálogo

Folha2

Relatório de Compatibilidade

Folha3

Relatório de Compatibilidade (1)

Pronto

Contar: 15

60%

00:03

O instrumento de descrição que apresentamos tem por base a *ISAD(G)* e as *Orientações para a descrição Arquivística (ODA)* e para a determinação de pontos de acesso normalizados de nomes de pessoas colectivas e singulares, observamos as directrizes constantes na parte III das ODA – *Escolha e construção de pontos de acesso*

¹³⁷ Designa o responsável pelo conteúdo intelectual de um documento. Não é sinónimo de produtor. O móbil para a decisão de integrar esse elemento prende-se com o objectivo de criar um índice onomástico que permita mapear a rede de contactos de José de Macedo.

normalizados, no nosso caso, aplicadas não à categoria de produtores, mas à de autores de documentos simples. Os elementos de descrição correspondem ao nível de descrição em causa. Não apresentamos a descrição das unidades de instalação (neste caso, das pastas) porque a descrição ao nível do documento dispensa essa operação, fazemos, no entanto, menção na grelha de descrição, a fim de situar o utilizador e separar os diversos conjuntos documentais.

A relevância dos instrumentos de descrição prende-se com as questões da normalização, da recuperação e da permuta de informação arquivística e de dados de autoridades entre diferentes serviços de arquivo.

Segundo o relatório do Sub-comité sobre os Instrumentos de Descrição, do Conselho Internacional de Arquivos, sobre as "*Orientações para a preparação e apresentação de instrumentos de descrição*", os níveis de descrição incluídos no instrumento de descrição integram-no numa de três classes: o guia, o inventário e o catálogo (s.d., p. [4]).

O que propomos, para o contexto desta dissertação, para os grupos de documentos escolhidos, é uma descrição que inclui a descrição de documentos de modo isolado, isto é, sem o contexto hierárquico a que pertence (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, s.d., p. [5]).

Como já referimos anteriormente, contamos concluir a organização de todo o espólio de José de Macedo, o que implicará a conclusão da catalogação do material bibliográfico e a descrição documental do acervo desde o nível do fundo até ao nível do documento.

Criámos, para efeitos de descrição, uma folha em *Excel* na qual fizemos constar os elementos de descrição essenciais e os facultativos que adicionámos.

Explicitamos, em seguida, os procedimentos adoptados na descrição.

1 - Elementos relativos à *Zona de Identificação*¹³⁸:

a) Código de referência – Identifica de modo unívoco a unidade de descrição e estabelece uma relação com a descrição que a representa. A sua inclusão é obrigatória em todos os níveis de descrição. É um elemento essencial para a troca de informação internacional (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 24).

¹³⁸ A informação recolhida em cada um dos elementos obrigatórios que a compõem permite a identificação da unidade de descrição (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 24).

Constituído por três códigos (do país; da entidade detentora e da unidade de descrição) encadeados numa ordem predefinida toma, no presente caso, a seguinte forma: PT/AHU/AJPM/D/A/4/1. Sendo que PT corresponde ao código do país; AHU, à sigla da entidade detentora; AJM, o nome do fundo, constituído pela designação Arquivo e as iniciais do primeiro nome e do apelido do produtor/acumulador; a letra D representa a Secção (SC) Vida Política e Intervenção Cívica; a letra A a Subsecção (SSC) Actividade Política; o código numérico 4 equivale à Série (SR) Correspondência, e por fim o código numérico 1 que corresponde ao documento.

b) Título – “a palavra, frase, carácter ou grupo de caracteres que designa uma unidade de descrição” (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 32).

A norma sugere o uso de aspas (“...”) para identificar os títulos formais¹³⁹ e o uso de parênteses rectos ([...]) para os títulos atribuídos¹⁴⁰. Uma vez que a maior parte dos títulos dos documentos simples e compostos descritos são atribuídos, optamos por fazer figurar entre aspas os títulos formais e não utilizar nenhum sinal ortográfico no caso dos primeiros.

A elaboração dos títulos atribuídos incluiu, na maior parte dos casos, a menção da tipologia, seguida da menção dos nomes do autor e do destinatário ou do assunto tratado no documento. Exemplos:

- 1) Carta de Bernardino Machado para [José de Macedo];
- 2) Depoimento de defesa contra as acusações feitas ao autor do artigo *Morte de um rei*.

A actualização da grafia é uma opção que foi aplicada a todas as zonas. Nas notas, quando pertinente, ou seja, nos casos em que a diferença na grafia é significativa, transcrevemos a frase, palavra ou expressão na grafia antiga, garantindo que nenhuma informação se perde, e facilitando, pela grafia actual, a pesquisa em texto livre.

A introdução dos parênteses rectos no título ou em outro campo da grelha de descrição indica o acréscimo, por parte da arquivista, de informações não contidas na unidade de descrição.

¹³⁹ Designa o nome oficial ou legal que surge escrito na unidade de descrição. Sempre que coerente, completo e adequado à unidade de descrição, o título formal deve ser considerado preferencial (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 33).

¹⁴⁰ Cabe ao arquivista a atribuição de um título na ausência de um ou se o título formal não se mostrar adequado.

c) Datas – o elemento cronológico permite-nos situar no tempo a unidade de descrição. Para a unidade de instalação usamos as datas de produção extremas¹⁴¹ dos documentos que a integram, para os documentos compostos, as datas exactas extremas. Para os documentos simples a data exacta¹⁴², mas se incompleta, facultamos a data singular¹⁴³. Quando ausente, procuramos deduzi-la a partir do conteúdo da unidade de descrição. As datas inferidas figuram entre parênteses rectos e podem implicar o uso do ponto de interrogação.

A apresentação das datas segue a ordem dos elementos prevista na norma *NP EN 28601: 1996, Dados e formatos de troca. Troca de informação: representação de datas e horas*, AAAA-MM-DD.

d) Nível de descrição – indica “a posição de uma unidade de descrição na hierarquia de um fundo” (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 55).

Como vimos anteriormente, quando abordámos a questão da classificação, o Arquivo Dr. José de Macedo, está intelectualmente estruturado em diversos níveis de descrição: Fundo, Secção, Subsecção, Série, Documento composto e Documento simples.

Para o âmbito desta dissertação foi necessário, pela impossibilidade de apresentar o catálogo integral no tempo de que dispomos para cumprir compromissos académicos, relacionados com a data de entrega, seleccionarmos alguns conjuntos documentais e descrevemo-los ao nível do catálogo, isto é, do documento.

e) Dimensão e suporte – identifica “a dimensão física ou lógica e o suporte da unidade de descrição” (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 59). A dimensão lógica dos documentos de arquivo descritos (compostos ou simples) foi quantificada através do número de folhas (corresponde a duas páginas). Sendo a totalidade do acervo em suporte de papel, ainda que de diversos formatos e qualidades, entendemos não colocar esta informação. O fundo é constituído fundamentalmente por documentos textuais e por uma quantidade muito reduzida de documentos iconográficos (um desenho a carvão e duas fotografias).

¹⁴¹ São assim designados os dois elementos cronológicos que delimitam no tempo a unidade de descrição (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 48).

¹⁴² O termo designa a data que inclui o ano, o mês e o dia (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 48).

¹⁴³ A data integra, neste caso, apenas um elemento cronológico, normalmente o ano (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 48).

2 - Elemento seleccionado relativo à *Zona do Contexto*¹⁴⁴:

a) Nome do produtor – identifica a pessoa singular, neste caso, Macedo, José de. 1876-1948, comercialista, professor, jornalista¹⁴⁵. Optámos pelo nome consagrado pelo uso. Raramente assinava com o seu nome completo - José Pinto de Macedo.

Com a finalidade de criarmos, posteriormente, um índice onomástico dos autores dos documentos simples, a fim de mapear as redes de contactos intelectuais, políticos, sociais e familiares, introduzimos na grelha de descrição dois elementos que facultarão pontos de acesso normalizados para nomes de pessoas colectivas e singulares. Sempre que possível, recorremos a fontes externas para complementar informações, tais como a confirmação das datas de nascimento e morte ou de criação e extinção, no caso das pessoas colectivas; o nome formal e os nomes consagrados pelo uso. A apresentação dos elementos segue as determinações constantes na III Parte das *Orientações para a Descrição Arquivística*, relativa à determinação de pontos de acesso normalizados.

3 - Elemento seleccionado relativo *Zona do Conteúdo e Estrutura*¹⁴⁶:

a) Âmbito e conteúdo – registamos aqui informação relativa a períodos cronológicos e áreas geográficas e topónimos, tipologias documentais, assuntos predominantes, eventos e intervenientes.

A exaustividade da informação apresentada prende-se sobretudo com as dificuldades de que se reveste a documentação manuscrita, no presente caso, quer pelos muitos rascunhos autógrafos existentes, quer pela caligrafia do produtor do arquivo ou de autores de documentos simples e ainda pela ortografia da época. Pensamos que este procedimento facilitará uma abordagem posterior aos documentos por parte dos utilizadores.

A informação está registada em texto narrativo. Exemplos: a) Considerações sobre o processo de organização da Comissão Distrital da Guarda do Partido

¹⁴⁴ Contém informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 65).

¹⁴⁵ A criação e apresentação dos elementos deste ponto de acesso seguem as orientações para a normalização das autoridades arquivísticas, através da definição de formas unívocas dos nomes de produtores singulares, previstas na *ISAAR(CPF)* e na II Parte das *Orientações*.

Salientamos a este respeito a construção do FNAA (Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas) de iniciativa da Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ). As mais-valias deste projecto consistem na criação e manutenção de registos de autoridade dos produtores, detentores e funções de todos os integrantes da Rede Portuguesa de Arquivos (RPA); o acesso a registos patrimoniais de bens arquivísticos classificados; o acesso e divulgação de conteúdos de arquivo; a disponibilização de designações normalizadas de entidades públicas. O FNAA está acessível em <http://autoridades.arquivos.pt/simpleSearch.do>.

¹⁴⁶ Os elementos que constituem esta zona contêm informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 82).

Republicano Radical. O signatário apresenta as razões da morosidade e as estratégias para levar a cabo o propósito citado. Informa sobre a suspensão do jornal, por "falta de assistência na sua administração", mas não identifica o periódico nem a sua função. Critica a acção do Directório do Partido na imprensa da capital, onde a propaganda sobre o congresso e os "preparativos do novo 'Partido'" seria quase nula¹⁴⁷.

b) Informações sobre a gravidade da situação no sul de Angola, após a derrota dos portugueses no Cunene, a qual, segundo o remetente, só poderia ser resolvida pelo uso da força. Pede a José de Macedo que não refira nada no jornal *A Defesa de Angola*. Tece considerações negativas acerca das acções do major Inácio da Fonseca no decurso dos citados acontecimentos, às quais acrescenta outras sobre a administração da província. Informa que envia em anexo uma carta sobre "o desastre do Cunene", de um cidadão sério¹⁴⁸.

4 - Elementos seleccionados relativos à *Zona das Condições de Acesso e Utilização*¹⁴⁹:

a) Idioma / Escrita – a existência de alguma documentação em francês justifica a integração deste elemento na grelha de descrição.

b) Características físicas e requisitos técnicos – este elemento figura na grelha de descrição sob a designação Estado de Conservação. O documento é classificado segundo um dos critérios qualitativos: Bom (B), Razoável (R) e Mau (M).

Sempre que pertinente, complementamos essa avaliação com o registo, no campo das Notas, da existência de qualquer característica física ou condição que prejudique, limite, dificulte ou impossibilite o uso da unidade de descrição (como por exemplo, papel quebradiço por acidificação; acção de bibliófagos, microorganismos, insectos e roedores; rasgos e falhas de papel).

5 - *Zona das Notas*¹⁵⁰: é constituída por um único elemento de informação – Notas -permite adicionar informação relevante relativa a todos os elementos de descrição das diversas zonas. Registamos nas notas, sobretudo, informações aprofundadas ou adicionais referentes, principalmente, ao estado de conservação dos documentos e ao âmbito e conteúdo.

¹⁴⁷ AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 18.

¹⁴⁸ AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 19.

¹⁴⁹ Esta zona contém informação sobre as condições de comunicabilidade e de acessibilidade da unidade de descrição (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 97).

¹⁵⁰ Este elemento de descrição, apesar de opcional, contém informação especializada ou de outra natureza não incluída em nenhuma das outras zonas (DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS, 2007, p. 120).

Os níveis de descrição identificam o nível de organização da unidade de descrição e tornam claras as relações dos documentos entre si e a sua relação hierárquica com níveis de descrição superiores e inferiores.

Quando falamos da elaboração do quadro de classificação, não quisemos deixar de distinguir, para algumas das áreas de acção do produtor, tipologias documentais e conteúdos informacionais associados. Agora, aumentamos o nível de exaustividade e de profundidade, o mesmo é dizer, que descemos ao nível da descrição do item documental.

Escolhemos uma pequena amostra de três conjuntos documentais para descrever: as séries Correspondência e Escritos relativos à subsecção Actividade Jornalística, e as séries Constituição e Regulamentação e Correspondência da subsecção Actividade Política, num total de 202 documentos (simples e compostos). O objectivo foi essencialmente "testar" a adequabilidade da ISAD(G) e das ODA à documentação e disponibilizar informação normalizada sobre os documentos que integram as séries acima mencionadas. Lembramos, no entanto, que o que pretendemos no final do projecto é disponibilizar um instrumento de descrição normalizado que torne clara a estrutura de todo o fundo e das relações das suas partes.

O levantamento bibliográfico e a análise documental deixaram claro que as facetas acima apontadas (jornalismo e acção política) foram aquelas em José de Macedo obteve maior notoriedade e impacto, em virtude da sua exposição pública.

Da correspondência jornalística gostaríamos de salientar alguns documentos, por exemplo, a carta que o major Manuel Maria Coelho, então governador-geral de Angola, escreveu para José de Macedo, com data de 8 de Dezembro de 1910¹⁵¹, a qual se encontra transcrita na p. 243 do livro *Autonomia de Angola*. A carta pretende ser um esclarecimento sobre um suposto equívoco levantado por uma afirmação que Manuel Coelho teria feito numa carta publicada no jornal *O Século*, de 5 de Dezembro de 1910. O contexto é o da polémica questão “do recrutamento, tratamento e repatriação de serviçais” e a possível anexação de S. Tomé à província de Angola, a questão levantada pelo governador-geral de Angola numa entrevista concedida a José de Macedo, na qualidade de redactor do *Economista Português*, na qual afirmara que “[...] a província de S. Tomé viria a constituir um governo subalterno dependente do governador-geral de Angola” (MACEDO, José, 1988, p. 242).

¹⁵¹ AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 4.

De interesse é também a breve missiva, datada de 3 de Março de 1904, que Bernardino Machado envia, felicitando José de Macedo pela sua “campanha liberal e patriótica” levada a cabo através do jornal *Defesa de Angola*, e acrescenta: “que tenho lido com o maior interesse e simpatia”¹⁵².

Para além da questão da erradicação da escravatura, muito cara à Maçonaria portuguesa, vemos outras temáticas serem abordadas tais como a situação económica de Angola e a proposta para a sua autonomia; as repercussões da derrota das tropas portuguesas no Cunene; cartas de leitores¹⁵³ reagindo a artigos de José de Macedo, em particular o publicado no jornal *O Século*, de 23 de Outubro de 1914, sob a epígrafe *Monárquicos e Republicanos*. Em geral, as três cartas recebidas são de republicanos, decepcionados com a República, que se revêem nos argumentos apresentados no artigo e que se poderia resumir na “escandalosa protecção que a República estava dando aos ‘talassas’”. Todos relatavam casos de perseguição e clima de ameaças sofridos na pele ou por terceiros. Esta temática era recorrente, pois José de Macedo já havia publicado no ano anterior, no *Diário de Notícias*, um artigo sobre a “situação burocrática e política” do país. O leitor, signatário da carta, um desenhador da 1.ª Direcção de Obras

¹⁵² AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 8. A fim de confirmarmos se a caligrafia pertencia efectivamente a Bernardino Machado, comparámos a carta que integra o acervo pessoal de José de Macedo com as de um outro acervo. Neste caso, com os documentos digitalizados e disponibilizados *online* do Fundo: BG – Documentos Bernardino Machado, pelo projecto Casa Comum desenvolvido pela Fundação Mário Soares.

Disponível em http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=%3A*&facetFilterType=Documentos&facetFilterFundo=1197. O portal <http://casacomum.org/cc/arquivos>, apresentado a 11 de Janeiro de 2013, dá acesso imediato aos conteúdos informacionais e respectivos objectos digitais, concernentes à história de diversos países da CPLP, constituindo uma plataforma de acesso à Memória e à Cultura em língua portuguesa. Algumas pesquisas permitiram localizar um artigo que José de Macedo escreveu para *O Século*, de 3 de Outubro de 1913, comemorativo do 5 de Outubro de 1910. Fundo: DCD – Documentos Carvalho Duarte/Simões. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08164.143>. Ainda do mesmo fundo, encontramos um aviso da Loja Solidariedade n.º 270, com data de 1 de Março, sobre a realização do funeral da esposa de José de Macedo no dia 2 de Março de 1913: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04504.004.015>. Ou ainda a circular da Loja Solidariedade, (também existente no arquivo José de Macedo) a todos os maçons, datada de 3 de Dezembro de 1910, comunicando a votação de propostas apresentadas por José de Macedo e Barros Castro, sobre a posição da Maçonaria face à situação do país: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04504.001.070#12>. O mesmo fundo contém um exemplar da Tese apresentada por Macedo ao Congresso Maçónico Nacional de 1913, intitulada “Meios de desenvolver a riqueza pública no Portugal continental, Açores e Madeira”: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04504.004.020#13>. Estamos certos de que uma pesquisa aturada resultasse em muitos mais pontos de contacto entre o fundo documental de José de Macedo e o de outros coetâneos seus, membros da Maçonaria, correligionários, colegas de jornalismo, professores, intelectuais, etc. depositados em diversas instituições. Seria um projecto ambicioso e moroso, mas muito aliciante. Por vezes os espólios são espartilhados por diversas entidades, por exemplo, para além da Fundação Mário Soares, o Museu Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão, tem à sua guarda grande parte do espólio constituído por material bibliográfico, objectos pessoais, vestuário, fundo documental, mobiliário, etc. Informações disponíveis em http://www.imc-ip.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm/admin_local/ContentDetail.aspx?id=1218.

¹⁵³ AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 47a, doc. 47b e doc. 47c.

Públicas de Lisboa, corroborava as afirmações constantes no artigo, dizendo-se perseguido no seu local de trabalho pelos “reaccionários”, com a agravante de os republicanos nada fazerem. Diz ter procurado o Dr. Manuel Brito Camacho na redacção do jornal *A Luta*, mas que este havia mandado dizer que não estava, havendo encontrado “justiça” apenas em Correia de Melo. Pede a Macedo que não faça uso das informações ali veiculadas por medo de ver complicada a sua situação.

Encontramos correspondência trocada entre Macedo e vários redactores e directores de jornais e revistas sobre as condições da sua colaboração, mas também em relação ao tamanho e abordagem dos temas nos artigos enviados para publicação. Entre estas sublinhamos a correspondência entre o produtor do arquivo e Canhão Bernardes, um antigo aluno do Instituto Comercial de Lisboa que diz nunca ter deixado de “admirar a profundidade e a segurança do seu saber”, reforça o cumprimento com a asserção: “A prova apresento-a hoje, rogando o favor de colaborar na minha revista *Vida Económica*¹⁵⁴”. Várias cartas se seguiram tornando claras algumas divergências entre as opções editoriais do director da revista e a visão de José de Macedo sobre a orientação que os seus artigos deveriam ter. Aquele aponta ao seu colaborador uma tendência para politizar as questões económicas contrária à natureza neutral do periódico¹⁵⁵; questões sobre o carácter extenso e introdutório do artigo “O urbanismo e seus problemas” justificado por José de Macedo como seguindo um “plano doutrinário” que não podia alterar, sob o risco de diminuir o interesse que as questões económicas pudessem ter. Aponta a vantagem de uma abordagem lógica e científica das questões económicas, as quais seriam depois aplicadas à economia nacional¹⁵⁶. Insiste que os seus artigos seguem um plano que, se seguido com regularidade pela revista, faria dela “o periódico mais necessário para todos os que, em terras onde vivam portugueses, o mais lido e o mais necessário¹⁵⁷”.

Da correspondência jornalística fazem ainda parte várias missivas de assinantes do órgão partidário do Partido Republicano Radical *Diário do Povo* dando-nos conta das reclamações¹⁵⁸ que acusam um mau serviço de distribuição e desabafos de decepção sobre o que a “República” se havia tornado: “Desculpe-me pois a minha exaltação, por

¹⁵⁴ AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 18.

¹⁵⁵ AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 19.

¹⁵⁶ AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 25b.

¹⁵⁷ AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 24.

¹⁵⁸ AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 4 a 11.

que nunca sonhei com uma república, tal qual está, é uma república de perseguições e nada mais¹⁵⁹».

Da série Escritos, também dentro do âmbito da actividade jornalística, ressaltamos o rascunho manuscrito, datado de 6 de Agosto de 1900, do depoimento de defesa¹⁶⁰ elaborado na prisão, contra as acusações feitas a José de Macedo, pela publicação do artigo "Morte de um rei" no jornal *A Lucta* e que lhe valeu o encerramento do jornal e o encarceramento na esquadra do Rato por quatro meses. Num discurso estruturado, mostra como o artigo não viola nenhuma da legislação vigente (Código Penal, Lei da Imprensa e a Lei de 13 de Fevereiro de 1896); afirma não ser anarquista e reprovar o que aconteceu, ainda que defenda que o atentado ao rei de Itália não foi um acto anarquista. As opiniões que escreve sobre o rei dizem respeito apenas aos seus actos políticos. Enumera alguns títulos de livros anarquistas e de outros que expunham doutrina anarquista que haviam sido apreendidos em sua casa e defende-se dizendo que “[...] nenhuma lei proíbe que se possa comprar os livros que ali se encontram à vista de todos, nas vitrinas dos livreiros.”. Acrescenta que a leitura desses livros não significa adesão às ideias neles expostas e por isso não poder ser rotulado pelos livros que possuía. Lista um conjunto de outros livros também da sua biblioteca que refutam as doutrinas anarquistas e outros que tratam de assuntos diversos. Revela um amplo conhecimento dos volumes que integravam a sua biblioteca e dos seus conteúdos. Assevera que as ideias e doutrinas que defende são socialistas e diz-se seguidor de Benoît Malon. Cita nomes de algumas figuras ilustres nacionais que se assumem como socialistas (conselheiro Augusto Fuschini; Dr. Miguel Bombarda; visconde de Ouguela; Oliveira Martins; Antero de Quental; Abel de Andrade). Termina fazendo um resumo de todos os argumentos apresentados em sua defesa.

Pareceu-nos pertinente a inserção nesta série, de um documento composto¹⁶¹ que integra documentação produzida e reunida por José de Macedo relativa à questão dos serviçais que eram enviados de Angola para as roças de cacau de S. Tomé, num regime de escravatura dissimulado: transcrição incompleta de um ofício, abaixo-assinado contra os contratos de serviçais, relação nominal das fazendas agrícolas existentes no concelho de Novo Redondo, apontamentos e notas avulsas, material impresso publicado, recortes de diversos jornais sobre o assunto, exemplar do n.º 236 do jornal *A*

¹⁵⁹ AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 7.

¹⁶⁰ AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 1.

¹⁶¹ AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 3.

Defesa de Angola, de 13 de Setembro de 1906, contendo um artigo sobre a questão do projecto de regulamentação do trabalho indígena pela Comissão de Angola e legislação relativa ao trabalho indígena.

A documentação enumerada corresponde a um período que vai de 1883 a 1909. Tudo indica tratar-se de material diverso preparatório para a elaboração de um artigo, manifesto ou outro documento. Como já foi referido anteriormente, José de Macedo empreendeu uma forte campanha, a partir do jornal *A Defesa de Angola*, mas não só, para erradicar a situação e para que houvesse legislação a regulamentar o trabalho indígena.

O último documento que iremos destacar é também composto e reúne quatro versões manuscritas autógrafas, corrigidas e acrescentadas do artigo que José de Macedo pretendia ver publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro*, intitulado "O Porto e Fontes Pereira de Melo"¹⁶². Duas das versões estão completas. O autor procede à determinação do “vulto excepcional” de António Maria Fontes Pereira de Melo caracterizando-o sob diversos aspectos: estadista emérito, espírito liberal, conciliador de facções políticas em momentos de grande agitação política, etc. Articula a visão e a acção de Fontes Pereira de Melo com a do rei D. Dinis e o marquês de Pombal, mas expõe também os pontos em que o primeiro se distingue.

A série Constituição e Regulamentação, integrada na subsecção Actividade Política, respeitante à área de acção que designamos por Vida Política e Intervenção Cívica (secção) contém material que pode ser de grande interesse para a história dos partidos da Primeira República, uma vez que comporta algumas das actas de sessões do Directório do Partido Republicano Radical¹⁶³ e outros documentos sobre a vida interna do partido e considerações sobre a política nacional em geral. Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de que não dispomos de informação que nos permita asseverar que os conteúdos informacionais nelas contidas são inéditos.

O documento composto¹⁶⁴ incorpora a minuta da sessão de 10 de Fevereiro de 1925, que teve lugar no Hotel de L'Europe, tinha como ordem de trabalho a eleição da Comissão Executiva. A escolha recaiu em Veiga Simões para presidente, em Martins Júnior para vogal, em José de Macedo para secretário. Para tesoureiro foi nomeado Pitta Simões. Após troca de impressões sobre a “marcha política” ficou decidido a publicação

¹⁶² AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 7. O documento não tem data.

¹⁶³ O partido tinha a sua sede na Rua Voz do Operário, 64, 1.º, Lisboa.

¹⁶⁴ AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 2.

de uma nota oficiosa. Inclui a minuta da acta da sessão de 14 de Fevereiro, na qual se trataram questões como: o anúncio da recepção da Comissão Executiva do Directório pelo Presidente da República Bernardino Machado; a decisão por uma firme oposição, tendo em consideração de que “o novo Ministério é constituído por criaturas inteiramente reconhecidas como incapazes de interpretar a opinião republicana [...]”; a crise política e a atitude do senador César Procópio de Freitas o qual, tendo-se avistado com o Presidente da República, não dera ao Directório as explicações sobre os assuntos tratados, faltando aos seus compromissos enquanto parlamentar do Partido; o pedido de desvinculação do Partido por parte de Pitta Simões, em consequência da campanha em decurso contra ele. O directório recusaria a sua demissão, concedendo-lhe a sua solidariedade; o pedido de ajuda de um correligionário de Évora que “sendo perseguido apela para o Partido”; o apoio à manifestação esquerdista; a elaboração de um inquérito, por José de Freitas, “em Famalicão sobre a política radical do concelho; o estudo das bases de um jornal órgão do Partido e a sua articulação com o jornal partidário *Popular*.”

Na minuta da acta da sessão de 19 de Março de 1925, a qual também teve lugar no Hotel de L'Europe, consta que foram apresentados e discutidos os seguintes assuntos: a solução para o conflito do Porto, com a leitura de dois telegramas, da Comissão Distrital do Porto, declarando que não acataria as resoluções do Directório e outro em que se felicitava o Directório. Foi encarregado um dos membros do Directório de assumir as funções da Comissão Distrital do Porto até esta ser eleita; pedido de aumento de ordenado de um funcionário do Partido e adiamento para mais tarde por inexistência de fundos que permitisse aumentar a despesa; solicitação à Comissão política do Porto para que procedesse à regularização do envio das percentagens que competiam ao Directório, com o intuito de aumentar a receita; lançamento em acta de um voto de louvor às comissões de Ovar e Funchal por cumprirem fielmente com esse dever. Tanto o primeiro como este documento tinham a assinatura de José de Macedo, na qualidade de secretário do Directório.

Um testemunho importante da vida conturbada do Partido é-nos apresentado através do rascunho manuscrito de uma exposição¹⁶⁵ com data de 20 de Março de 1926, elaborada por José de Macedo, em nome do directório, dirigida aos correligionários, onde o autor narra a vida interna do Partido, em particular as acções e resoluções do

¹⁶⁵ AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 7.

Directório eleito no Congresso de Coimbra em face dos diversos acontecimentos e ocorrências: a) conflitos entre grupos antagónicos de correligionários de diversas zonas do País; b) a organização e acções de propaganda; c) as eleições. Identifica as relações do Partido Radical com outros partidos republicanos de direita e de esquerda, as dificuldades do processo eleitoral, e a posição de cada uma das forças políticas nacionais na corrida às urnas.

No rascunho manuscrito a que atribuímos o título *O Partido Republicano Radical e os partidos republicanos*¹⁶⁶, José de Macedo enumera, sem aprofundar, algumas das particularidades que distinguiam o PRR dos outros partidos republicanos; os motivos dos fracos resultados alcançados no último acto eleitoral, sem indicar o ano; o desempenho das diversas comissões políticas, das alianças estabelecidas, da posição do partido após as eleições, do seu empenho no partido. Refere a organização e expectativas em relação ao Congresso de Évora¹⁶⁷.

A circular¹⁶⁸ que o Directório do PRR enviou às diversas comissões distritais (de Lisboa, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Bragança, Santarém, Braga e Faro), datada de 25 de Novembro de 1925, apresenta a posição da direcção do Partido em face dos resultados obtidos nas legislativas de 8 de Novembro desse mesmo ano: faz um balanço positivo das eleições considerando, no entanto, necessária a prossecução de três pontos essenciais para o triunfo eleitoral do partido num próximo sufrágio: um

¹⁶⁶ AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 8. O documento está incompleto e não está datado.

¹⁶⁷ De acordo com o conteúdo da moção apresentada pelo directório do partido aos filiados, com data de 26 de Janeiro de 1926, o congresso estaria agendado para o dia 3 de Maio de 1926. AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 9. O ofício n.º 391-C, enviado pelo secretário do directório, José de Macedo, a Pitta Simões, membro do directório, vem confirmar a informação antes veiculada, de que o directório aprovou que se convocassem os congressos extraordinário e 4º ordinário para os dias 20, 21 e 22 de Março de 1926 (Lisboa) e os dias 1, 2 e 3 de Maio (Évora), respectivamente. O PRR organizou quatro congressos: 1923, 1924, 1925 e 1926. O artigo "Nacionalismo e federalismo. Tópico de pensamento político português e europeu (1901-1926)", de Ernesto Castro Leal, contém informações sobre os programas apresentados pelo Partido, permanências e alterações de direcção nos mencionados congressos. Introduzimos este aparte para lembrar a importância que a cidade de Évora gozava no final da 1.ª República em razão da convergência de um conjunto de factores dos seus diversos equipamentos culturais; órgãos de informação de qualidade; a sua densidade demográfica justificada pelo seu dinamismo económico (tanto a nível agrícola, como comercial, industrial e financeiro), associada à sua privilegiada localização geográfica (relativamente perto de Lisboa e "no eixo de ligação entre Lisboa e Madrid"; a fixação de uma elite endinheirada, sobretudo, de possuidores de terras; a concentração de uma quantidade significativa de serviços públicos e, por consequência, de funcionários públicos. Não admira, portanto, que fosse também muito politizada, assim, contava com o Partido Republicano Nacionalista, o Centro Republicano Nacionalista Eborense, e ainda com sete estruturas partidárias activas e três centros políticos, entre os quais, o Centro Republicano Radical (BAIÔA, 2006, p. 101-102).

¹⁶⁸ AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 41. O documento é constituído por várias cópias da circular acima descrita. O PRR não conseguiu eleger nenhum dos seus candidatos, frustrando assim as expectativas do próprio José de Macedo manifestadas no periódico *O Radical*, de 21 de Janeiro de 1925, p. 1 (QUEIROZ, 2010, p. 77).

recenseamento eleitoral devidamente organizado; a criação de um diário, órgão do Partido, que fizesse uma propaganda intensa; e a existência de um cofre de propaganda partidário. Dá orientações em relação às eleições das comissões distritais, municipais e de freguesia.

Na documentação produzida no âmbito da actividade política, no cumprimento do cargo de secretário do PRR encontramos, para além da já citada, correspondência entre o directório e diversas comissões distritais, municipais e políticas sobre as eleições das ditas comissões; questões relacionadas com a organização das comissões políticas pelo país; organização das Federações Académicas Radicais de Lisboa, Porto e Coimbra; cartas de demissão de membros do partido e devolução dos respectivos cartões; credenciais para acreditação dos nomeados pelas comissões partidárias ou conferindo poderes para a organização do Partido na Guiné portuguesa; organização de congressos; adesões de novos correligionários; convites de comissões do PRR ao directório, assim como de outras entidades, por exemplo, da parte da Comissão de Restauração e Transferência do Monumento em Monsanto ao alferes Martins, para participar na comemoração da “gloriosa Jornada de Monsanto” e à “consagração do valoroso feito do desditoso oficial” Martins no dia 24 de Janeiro de 1926¹⁶⁹.

Espírito crítico e atento em relação à sua realidade envolvente, informado não apenas pela experiência empírica, mas sustentado pelo estudo e análise de dados credíveis, obtidos segundo um método científico, José de Macedo procurou colocar o seu saber ao serviço do desenvolvimento do seu país, das condições de vida e da elevação moral do seu povo. A sua intervenção cívica revestia-se de um carácter político na medida em que o seu objectivo final era a legislação ou alteração de alguma lei. É neste âmbito que se insere a correspondência que endereçou ao Dr. Oliveira Salazar. O documento composto¹⁷⁰ reúne a resposta recebida a 29 de Janeiro de 1937, assinada pelo chefe do gabinete da Presidência do Conselho, Antero A. Leal Marques - acusando, antes de mais, a recepção de três cartas datadas de 11, 18 e 25 de Dezembro de 1937 para o presidente do Conselho -, versando sobre a proposta de José de Macedo de adiantar seis meses de ordenado aos funcionários públicos com filhos a estudar e em dificuldades financeiras. Avança em seguida o parecer de que “[...] a sugestão apresentada iria agravar ainda mais a situação em que se encontram os funcionários” em

¹⁶⁹ AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 8.

¹⁷⁰ AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 22.

dificuldades, por causa dos juros e amortizações dos empréstimos, para além do prémio de risco. O documento integra ainda: duas versões manuscritas da resposta à referida carta, nas quais José de Macedo expõe a sua tese, a qual livraria muitos funcionários públicos dos agiotas, da miséria e da desonra; mais quatro rascunhos de cartas dirigidas também a Leal Marques sobre o mesmo assunto contendo, algumas delas, diversos exemplos reais de famílias em situação “angustiosa”; e um último rascunho manuscrito autógrafo em que pede desculpa a Leal Marques pela insistência, mas o seu conhecimento de causa - propiciado por anos de estudo e pela aplicação de um inquérito¹⁷¹ à vida familiar portuguesa - permite-lhe falar com autoridade sobre diversos exemplos de tragédias familiares que passa a descrever.

Num rascunho autógrafo de carta¹⁷² dirigida ao Dr. Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, membro da Comissão relativa ao inquilinato e habitação, com data de 1 de Março de 1948, e após várias considerações sobre o assunto, Macedo avança, em seis alíneas, medidas que tornariam a nova *Lei do inquilinato* mais justa, evitando-se “graves catástrofes domésticas, num momento crítico do mundo”. Inclui um rascunho manuscrito de carta, a qual parece incompleta, a um destinatário não identificado. O teor do documento prende-se com a promulgação da nova *Lei do Inquilinato*, a qual, segundo o signatário “não ficou mazinha”. Sugere que fosse aproveitada como “base duma Carta Orgânica do Urbanismo Português”, a fim de pôr “na ordem essa desordenada urbanização de Lisboa. Termina com a sugestão de que se devia criar uma Junta Geral de Urbanismo “para dar as linhas mestres a todo o país”.

3.4. Comunicação e difusão

Falar de comunicação¹⁷³ é, antes de mais, justificar todo o processo de organização, descrição e de elaboração de instrumentos de descrição. Falamos, portanto, do acesso intelectual e físico à informação, mas a questão seria insuficientemente

¹⁷² AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 25. Trata-se de um documento composto.

¹⁷³ O *Dicionário de terminologia arquivística* define a comunicação como a função primordial do arquivo, que consiste em disponibilizar aos utilizadores, quaisquer que eles sejam, informações, referências e documentos que integrem o seu acervo documental e sobre os quais não pese qualquer cláusula de restrição de comunicabilidade (ALVES *et al.*, 1993, p. 23) imposta por lei ou pela vontade expressa do doador, por exemplo, no contrato de doação.

tratada se não abordássemos aqui a questão do acesso jurídico à informação, fundado no direito à informação. A Lei prevê um conjunto de disposições que regulamentam o direito à informação¹⁷⁴, e a dificuldade está, muitas vezes, em harmonizar direitos que parecem, em muitas situações excludentes, por exemplo, o direito à informação e a protecção da vida privada, ou ainda, o direito à informação e à preservação dos documentos.

A propósito do primeiro item, Clara Rosa Costa dá um claro contributo, ao facultar aos arquivistas e documentalistas uma síntese panorâmica das determinações jurídicas em vigor acerca da comunicação de documentos preservados em arquivos públicos, quanto aos conteúdos focando a intimidade da vida privada e familiar de outrem. Reúne nos artigos *Divulgação de documentos referentes à intimidade da vida privada e familiar de outrem: responsabilidade civil*¹⁷⁵ e *Aspectos legais do acesso aos arquivos privados*¹⁷⁶ todas as disposições legais que as entidades detentoras de carácter público devem fazer cumprir, bem como as leis aplicáveis aos arquivos históricos, uma vez que constituem uma excepção em relação a outros arquivos públicos que integram, por sua vez, documentação corrente e intermédia, regendo-se por legislação própria, mais concretamente, pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro¹⁷⁷, alterado pela Lei n.º 14/94¹⁷⁸, de 11 de Maio e pela Lei n.º 107/2001¹⁷⁹, de 8 de Setembro.

A *Constituição da República Portuguesa* advoga no seu artigo 26.º, n.º 1 (Direitos, Liberdades e garantias. Outros direitos pessoais) o direito "[...] ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar [...]" (PORTUGAL. Constituição, 2005, p. 4645)¹⁸⁰. Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, que estabelece o Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico, no seu n.º 2 do art.º 17, sobre a comunicação do património arquivístico

¹⁷⁴ A Lei garante a todos os cidadãos o acesso livre e gratuito à documentação que os vise directamente ou não, desde que não interfira com a aplicação de outras leis que incidem sobre direitos como, por exemplo, sobre a propriedade intelectual e sobre a privacidade da intimidade da vida privada e familiar.

¹⁷⁵ Disponível em http://www.apbad.pt/Downloads/GT_Downloads/documento.pdf.

¹⁷⁶ Disponível em <http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/59>.

¹⁷⁷ Diploma que define o regime geral dos arquivos e do património arquivístico. Disponível em http://www.fct.pt/arquivo/docs/DecretoLei16_93.pdf.

¹⁷⁸ A alteração consiste na eliminação do n.º 2 do artigo 1.º que exclui os arquivos audiovisuais do âmbito de aplicação do diploma e acrescenta informação à definição dos documentos que constituem o património arquivístico protegido, artigo 6.º do Decreto-Lei de 16/93. Disponível em https://www.fct.pt/arquivo/docs/Lei14_94.pdf.

¹⁷⁹ Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>.

¹⁸⁰ O diploma legal consultado foi a Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, disponível em <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>.

sob a custódia de um arquivo histórico, que é o nosso caso, define as restrições ao acesso a documentos que contenham dados pessoais de carácter judicial, policial ou clínico, ou outros que vindos à público ponham em causa a segurança, a honra, a imagem ou a intimidade da vida privada e familiar das pessoas a que respeitam os documentos, a menos que seja possível expurgar esses dados dos documentos que serão dados à consulta. As restrições de comunicação são levantadas após 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que se refere a documentação. O desconhecimento dessa data torna válido o critério de restrição ao acesso até que sejam decorridos 75 anos sobre a data dos documentos. O n.º 4 do mesmo artigo remete para as eventuais restrições constantes no instrumento de transferência acordadas entre o doador ou proprietário do fundo privado e a instituição arquivística que passará a detentora ou depositária. O n.º 1 do mesmo artigo 17º aponta ainda como restrição ao acesso os imperativos de conservação das espécies.

Fizemos anteriormente alusão à alteração ao Decreto-Lei 16/93, de 23 de Junho pela Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e referimo-lo agora para introduzir um aspecto inovador em relação ao anterior diploma legal. O n.º 4 do seu artigo 73.º dispõe que as restrições legais de comunicabilidade de documentação integral do património cultural caducam após 100 anos da data de produção dos documentos, ou seja, tudo se torna comunicável.

O conjunto documental aqui em análise enquadra-se na designação de arquivo privado de pessoa singular em depósito numa entidade pública¹⁸¹.

Já dissemos antes que o contrato de doação não foi ainda firmado entre as partes interessadas, pelo que, apesar de avançarmos com aquela que seria a orientação mais provável, o contrato de doação poderá enveredar por um caminho que mantenha o estatuto legal de arquivo privado e que contenha medidas de restrição ao acesso, as quais prevalecerão sobre a regulamentação observada pela entidade detentora (PEIXOTO, 2000, p. 65).

No caso presente, se o mencionado contrato de doação não imponha nenhum limite ao acesso, uma vez que já são decorridos 66 anos sobre a data da morte do seu produtor/acumulador, a consulta da documentação do arquivo Dr. José de Macedo é lícita estando, no entanto, o investigador sujeito às directrizes consignadas no

¹⁸¹ As categorias dos arquivos encontram-se expressas no art.º 81.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, p. 5822, a qual estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

documento *Regras e política de acesso às colecções históricas e científicas (CH&C) do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)*. Apontamos a título de ilustração algumas das normas gerais e outras a aplicar aos materiais de arquivo: o Instituto reserva-se o direito de impor restrições de acesso por questões legais, condições de conservação, de segurança e de disponibilidade do pessoal; antes de qualquer contacto com os acervos é necessário o preenchimento da “Ficha de registo do investigador”; a consulta é sempre presencial, não existindo serviço de empréstimo; não é permitido o uso de digitalizadores, fotocopiadoras portáteis e máquinas fotográficas com *flash* e/ou tripé; o investigador pode recorrer aos serviços de reprografia e digitalização; a autorização de obtenção de uma cópia para fins académicos não é válida para outros fins (publicação, exposição, produção de outros documentos, por exemplo), exigindo um pedido por escrito; o manuseamento dos documentos de arquivo deve ter em consideração a preservação da ordem original, proibindo-se qualquer acção de reordenação dos mesmos ou qualquer acção de conservação preventiva ou restauro (INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL, 2013, p. 1-4).

Não obstante a inexistência legal desse documento de transferência de propriedade, foi-nos transmitida, pela representante do doador, Dra. Cátia Costa, a vontade expressa do ainda detentor do acervo documental, Dr. Marcelino de Macedo, não de restringir sob alguma medida, mas de ver devolvidos todos os documentos que tornassem públicas questões financeiras ou familiares sensíveis. Serão devolvidas: sete capilhas contendo documentos referente a correspondência trocada entre José de Macedo e familiares e entre familiares entre si (a maior parte desta já após a sua morte), e entre o produtor e amigos, conhecidos, colegas, etc. Contém também muitos rascunhos de cartas escritas por Macedo os quais terão sido mantidos para servir de contraprova.

Juntamente com os itens documentais que preenchem os requisitos observados pelo doador, serão também devolvidos, por não fazer sentido a sua manutenção: uma capilha contendo folhas de rascunho, entre bocados de papel de diversos tipos e formatos; bocados de folhas de papel contendo na frente partes de diversos tipos de documentos, maioritariamente extractos de aulas feitos por alunos, e no verso, rascunhos de cartas, de apontamentos, de artigos do punho de José de Macedo; uma capilha contendo envelopes vazios (todos os invólucros que continham documentos foram mantidos anexos aos mesmos. Muitas vezes o envelope é fonte de informações

relevantes: moradas (possibilita o mapeamento do percurso/circuito espacial feito pelo produtor do espólio, identificar os meios em que se movia - cidade, campo, estrangeiro, etc.), raridades filatélicas ou apenas de interesse, identificação de remetentes e destinatários, carimbos de correios que substituem a ausência de datas nos documentos, e ainda notas e apontamentos, notas avulsas ou rascunhos de resposta muitas vezes anotados pelo destinatário. Temos algumas reservas em relação à devolução de uma pequena colecção de 13 postais não utilizados, representando temáticas diversas: imagens de cidades europeias (ruas e praças célebres) e monumentos arquitectónicos edificadas (catedrais, pontes), desenhos e retratos de personalidades, pranchas satíricas retiradas de jornais sobre a 2.^a Guerra (*Daily Mail* e *Daily Mirror* de Londres), temática política - alusiva à proclamação da República com os seus heróis e aos símbolos nacionais, um com a transcrição do *Inno di Garibaldi* e ainda um com uma cena romântica entre um casal. Não estamos certos da sua raridade.

A reprodução de documentos estará dependente das restrições que possam ser contempladas no contrato de doação, do estado de conservação dos mesmos, da inexistência de cópias digitalizadas, fotografadas ou microfilmadas dos mesmos e do fim a que se destina a reprodução.

A divulgação do acervo documental será feita por diversos canais disponibilizados pelo IICT, nomeadamente, através do Arquivo Científico Tropical Digital (ACTD), plataforma informática que reúne diversas colecções que integram o património científico, histórico, bibliográfico, arquivístico e museológico do Instituto, tornando acessível aos utilizadores o quadro de classificação e o catálogo; a própria página da instituição possibilita a colocação de um vídeo breve onde figurará uma nota biobibliográfica de José de Macedo e uma caracterização sumária do espólio bibliográfico e arquivístico, ilustrados com alguns documentos seleccionados e indicações sobre as condições de acesso e o *link* para os instrumentos de descrição existentes no repositório institucional (ACTD). Outras iniciativas poderão também vir a ser desenvolvidas, tais como a organização de mostras bibliográficas e documentais; elaboração de boletins contendo informações sobre o fundo documental e o seu produtor, a descrição de documentos seleccionados e respectivos objectos digitais que seriam enviados para uma *mailing list* (para os utilizadores do arquivo; universidades, etc.); conferências onde se apresentem comunicações focadas no estudo do espólio

documental e bibliográfico do autor; projectos editoriais, por exemplo, publicação de uma antologia de textos/documentos inéditos.

CONCLUSÃO

O foco da presente dissertação consistiu na descrição do processo de organização da documentação que integra o espólio arquivístico do Dr. José de Macedo.

O tratamento documental da massa acumulada teve como suporte o corpo teórico que os arquivistas foram formulando a partir da prática, num primeiro momento, contestando, adequando, uniformizando, reinventando ou recusando ao longo da história, sempre no intuito de harmonizar a Arquivística à realidade e às necessidades que a evolução das sociedades e das suas estruturas e principalmente, os avanços tecnológicos, têm suscitado.

Para além da questão em torno da distinção do documento, objecto da arquivística tradicional, segundo o seu valor primário e secundário ter conduzido a uma ruptura e à separação da profissão entre os arquivistas dos arquivos públicos, administrativos, que geriam os documentos com valor probatório, fiscal, jurídico, e os que tratavam dos documentos de valor informativo, histórico; ainda uma outra problemática se impunha: os documentos produzidos/recebidos e acumulados por pessoas singulares não eram “arquivos”, uma vez que o conceito de fundo estava directamente ligado ao de organicidade. Por consequência, o “lugar” desses “papéis” ou “coleções” não era nos arquivos, mas nas bibliotecas, museus, universidade ou instituições não governamentais. Ainda assim, esse destino estava reservado apenas às “coleções” de ilustres personalidades de determinados sectores da sociedade, sobretudo, da política, das artes e letras e das ciências.

A história cultural e a micro história contribuíram fortemente para a valorização do indivíduo e das fontes qualitativas, reflectindo-se num crescente interesse pelos arquivos privados de pessoas singulares. Não obstante, pouco tem sido feito em termos de legislação e da produção de bibliografia especializada sobre a metodologia a implementar no tratamento arquivístico deste tipo de fundos.

A patrimonialização dos fundos de pessoas singulares está associada ao valor que uma determinada instituição ou sociedade atribui aos seus constituidores, fazendo do seu legado individual um legado colectivo.

No caso de José de Macedo, a institucionalização do seu espólio apresenta uma trajectória interessante: é através de uma investigadora que o acervo bibliográfico e arquivístico, à guarda do seu único filho em vida, em condições de acondicionamento

pouco adequadas. A decisão de doação não foi pacífica. Tornar pública documentação privada tem subjacente questões complexas que se prendem com a existência de dados pessoais e de informações que podem macular a imagem dos seus produtores ou de terceiros sobre os quais os documentos versem. Acreditamos que esta seja uma das principais causas para que muitos espólios importantes para a pesquisa histórica e para a memória colectiva permaneçam no anonimato e acabem destruídos, deteriorados dentro de caixas e baús arrumados em sótãos escuros e húmidos. Seria importante uma campanha de sensibilização junto aos herdeiros e detentores deste tipo de espólio, no sentido de tornar conhecidas as medidas de restrição à comunicação existentes, garantir que os arquivistas estão preparados para as aplicar.

Um dos pedidos apresentados pelo Dr. Marcelino de Macedo é o de que todos os documentos sobre questões familiares e pessoais mais sensíveis lhe fossem devolvidos. Compreendemos, sem dúvida, a atitude proteccionista. Ao mencioná-la, não pretendemos, de modo algum, tecer juízos de valor, mas apenas chamar a atenção para as causas de perda de nexos entre conjuntos de documentos por esta espécie de “avaliação” que define o que é “digno” e “desejável” que faça parte do acervo. Relembramos, no entanto, que em determinadas instituições, o prestígio do titular de um determinado acervo, pode ditar prioridades de tratamento documental, em relação a outros produtores, definição de níveis de descrição diferentes.

Um arquivo pessoal nasce já na “terceira idade”. Em princípio, o que é entregue pelo doador não pode ser descartado. Pelas lacunas cronológicas identificadas e pela ausência de documentos que deveriam fazer parte dele, falamos neste caso, de versões preparatórias de algumas das suas obras publicadas e conhecidas, por exemplo, do *Autonomia de Angola*. Mudanças de moradas, de cidade e até de país (estada em Angola); perseguição política (por ser republicano, durante a monarquia e por ser maçom, durante o Estado Novo); selecção da documentação feita pela viúva e/ou pelos filhos após a sua morte ou aquando do envio do seu espólio, por barco, para Tavira. Ter-se-ão perdido algumas? Não o sabemos.

A organização arquivística do fundo em apreciação foi um processo complexo, moroso, difícil, mas muito desafiante.

O primeiro contacto com a massa documental foi intimidatório: à medida que ia retirando os documentos das caixas ia constatando que a contiguidade não significava uma ordem, um conjunto de documentos reunidos por dizerem respeito a um mesmo

assunto ou actividade. O facto de os documentos não estarem acondicionados em unidades de instalação também não ajudou. Foram pontuais os casos em que textos ou artigos se mantiveram reunidos. Não nos iremos alongar nas dificuldades encontradas na análise documental (procedemos, no entanto, ao levantamento dos assuntos principais abordados nos documentos; das tipologias documentais e do âmbito cronológico), pois estão bem detalhadas no desenvolvimento do texto. Nesta fase foi providencial a colaboração da Dra. Cátia Costa para a identificação das áreas de acção de José de Macedo e na separação, ainda pouco rigorosa, dos documentos pelas mesmas.

O levantamento preliminar de alguns documentos seleccionados referentes a assuntos como a maçonaria e o projecto de constituição de uma empresa foi muito profícuo no que tange, por exemplo, à familiarização com a difícil caligrafia do titular e com a ortografia da época e à forma como os documentos se relacionavam.

Era necessário identificar o contexto de produção. Sendo um arquivo pessoal os documentos estariam directamente relacionados com a vida, a obra e as actividades de José de Macedo. Pesquisa bibliográfica direccionada para as obras do titular e sobre o titular; para o período cronológico da história de Portugal que abrange a sua existência; mas também para outras áreas, tais como a Maçonaria e o ensino médio técnico. A entrevista efectuada ao Dr. José Brissos, legatário do espólio do Professor Borges de Macedo, não acrescentou informação relevante sobre o acervo de José de Macedo.

A quase inexistente bibliografia sobre a vida e a obra do titular tornou mais desafiante a tarefa de construir uma estrutura lógica interna da documentação. A biografia um pouco extensa que integra a presente dissertação foi elaborada a partir das informações sobre factos, eventos, e diversos aspectos da sua vida familiar, social, profissional e intelectual, extraídos do próprio fundo; da leitura e análise de algumas das suas obras; de bibliografia sobre o produtor (que o vinculam, quase sempre, à actividade política e/ou à jornalística) ou sobre história de Portugal, em particular desde os antecedentes do 5 de Outubro de 1910, a Primeira República e o Estado Novo (até 1948). A troca de impressões com a Dra. Cátia Costa foi também uma mais-valia.

A construção do quadro de classificação respeitou o princípio da proveniência, tendo por base as diversas áreas de acção, bem como as funções e as características dos documentos. A organização da documentação segue essa sua estrutura.

Nem sempre foi possível identificar a função que dera origem ao documento. A série *Outros Documentos* integra os documentos que mantêm uma relação com o seu produtor, enquanto produto de uma determinada actividade, mas que perderam o nexo, a relação com os outros documentos.

Não foi possível apresentar uma tabela com a descrição de todo o acervo. Foi necessário, por isso, seleccionar uma pequena amostra, constituída por algumas séries correspondentes à actividade política, jornalística e empresarial. O critério não foi aleatório. A escassa literatura encontrada sobre José de Macedo prende-se essencialmente com as duas primeiras facetas. Acreditamos que a documentação agora disponibilizada contém informações complementares, senão inéditas, sobre questões como a organização e questões internas do Partido Republicano Radical; o perfil de Macedo enquanto jornalista, o impacto dos seus artigos nos leitores e nos seus opositores, e a capacidade de organização e de argumentação, a convicção e tenacidade, a diplomacia e persistência na luta pela concretização dos seus objectivos.

A análise da documentação não revela qualquer consciência histórica por parte de José de Macedo, no sentido de “conservar para a posteridade”. Os documentos vão sendo criados no decurso das actividades que desenvolveu. Curioso é, no entanto, a existência de uma espécie de “copiador” da correspondência expedida. Encontrar várias versões de artigos, comunicações, capítulos de monografias, não é surpreendente, faz parte do processo criativo, da própria produção intelectual, mas manter vários rascunhos de cartas ou bilhetes-postais, no entanto, despertaram a nossa atenção. Serviriam de contraprova? Parece-nos o mais plausível.

Não encontrámos, ainda, versões preparatórias de nenhuma das suas obras publicadas (no entanto, a reutilização de frentes e versos ou de bocados de papel para a realizar outros trabalhos ou artigos, também não tem facilitado essa identificação) mas pensamos que diversos dos manuscritos que integram o espólio são inéditos e de interesse para futuros projectos de publicação e investigação.

Um dos “perigos” para quem trata de arquivos pessoais é o do vínculo emocional que se estabelece com o seu titular. Não temos qualquer intenção de o monumentalizar, mas não pudemos deixar de nos impressionar com a sua personalidade empreendedora, ousada, persistente, organizada, analítica, reflexiva e crítica; com a frontalidade na defesa pública das suas convicções, muitas vezes contrárias à maioria, e com consequências sérias; com a fidelidade aos seus princípios; com a sua

solidariedade; a defesa dos direitos dos oprimidos; a convicção na razão e na instrução como fundamentos essenciais do progresso da humanidade; a apologia da igualdade entre os homens, desde que em circunstância análogas; entre outros aspectos da sua personalidade que os seus documentos encerram, ou melhor, descerram.

Muito ficou por fazer, muitos aspectos por aprofundar, mas acreditamos que o trabalho já efectuado permitirá um novo olhar sobre o legado de José de Macedo, sobre as repercussões e o impacto das suas ideias e posições relativas a eventos políticos, históricos ou culturais importantes da nossa história contidos nos seus documentos.

O tratamento do espólio arquivístico de José de Macedo faculta matéria-prima, fontes primárias que permitirão encetar novas linhas de investigação, em particular, no âmbito da História Lusófona e da História do Pensamento e da Cultura.

A prossecução e conclusão do tratamento arquivístico e bibliográfico do espólio de José de Macedo poderá constituir-se no objecto de um futuro projecto de doutoramento.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino

Arquivo Dr. José de Macedo

AJM, cx. 2, pt. 2, doc. 11, fl.3.

Ministério do Comércio e Comunicações. Folha dos vencimentos liquidados
1927.07.[--?]

AJM, cx. 2, pt. 6, doc. 3

Carta de José de Macedo a um destinatário não identificado
[S.d.]

AJM, cx. 2, pt. 6, doc. 4

Carta de José de Macedo para o Ministro da Marinha e Ultramar
[S.d.]

AJM, cx. 2, pt. 11, doc. 47

"Clamando justiça"
1919-1921

AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 4.

Carta de Marques Ribeiro para José de Macedo.
1903.11.15

AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 8

Carta de Bernadino Machado para [José de Macedo]
1904.03.03

AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 19.

Carta de remetente com assinatura ilegível para José de Macedo

1904.12.27

AJM, cx. 3, pt. 12, 47a

Carta de José Martins [Ferreira?] para José de Macedo

1914.10.24

AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 47b

Carta de Alfredo Lucas dos Santos para José de Macedo

1914.10.24

AJM, cx. 3, pt. 12, doc. 47c

Carta de Arnaldo José Miranda de Barros para José de Macedo

1914.10.26

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 4

Carta de José Joaquim Gonçalves [Camilo?] para José de Macedo

1925.07.24

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 5

Carta de António Figueiredo Batalha para [José de Macedo]

1925.07.29

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 6

Carta de José Peres Carvalho para [José de Macedo]

1925.08.02

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 7

Carta de Manuel Borges de Moura para [José de Macedo]

1925.08.06

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 8

Carta de Frederico José Torres Moura para [José de Macedo]

1925.08.16

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 9

Carta de José Batista para [José de Macedo]

1925.08.18

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 9a

Carta de Manuel Borges de Moura para José de Macedo

1925.08.19

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 10

Carta de José Batista para [José de Macedo]

1925.08.26

AJM, cx. 3, pt. 13, docs. 11

Carta de António Dias Ferreira para [José de Macedo]

1925.09.14

AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 18

Carta de Canhão Bernardes para José de Macedo

1946.04.04

AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 19.

Carta de Canhão Bernardes para José de Macedo

1946.04.12

AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 24

[Bilhete postal] de José de Macedo para [Canhão Bernardes]

1946.06.18

AJM, cx. 3, pt. 13, doc. 25b.

Carta de José de Macedo para [Canhão Bernardes]

[1946].[09].[-- ?]

AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 1.

*Depoimento de defesa de José de Macedo contra as acusações feitas ao seu artigo
"Morte de um rei"*

1900.08.06

AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 3

Trabalho indígena e transacções de serviços

1883-1909

AJM, cx. 3, pt. 18, doc. 7

"O Porto e Fontes Pereira de Melo"

[S.d.]

AJM, cx. 4, pt. 1, doc. 198

Organograma da Empresa Económica Nacional, Lda.

[1944?].07.09

AJM, cx. 4, pt. 2, doc. 263

Carta de Macedo a Manuel Casais

1944.01.09

AJM, cx. 4, pt. 5, doc. 11

Esboço do projecto de constituição da Caixa Económica Familiar Macedo

1946.12.10

AJM, cx. 4, pt. 5, doc. 233

Carta de José de Macedo para destinatário não identificado

AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 209.

Carta de Macedo sobre o projecto da Empresa de Economia Nacional, Lda. (EEN, Lda.)

[194- ?].[-- ?].[-- ?]

AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 223 e 224

Notas sobre a Empresa de Economia Nacional, Lda. quanto à sua relação com as organizações que estão na sua dependência.

[194- ?].[-- ?].[-- ?]

AJM, cx. 4, pt. 7, doc. 227

Empresa Economia Nacional, Limitada. Bases da obra a realizar

1935.03.16

AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 2

Actas de sessões do Directório do Partido Republicano Radical

1925.02.10-1925.02.26

AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 3

Acta de sessão do Directório do Partido Republicano Radical

1925.03.19

AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 6

Exposição de António da Rocha Nunes relativa aos principais factos ocorridos em Braga desde 18 de Abril de 1925 a 19 de Março de 1926.

1926.03.19

AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 7

Exposição das acções do Directório do Partido Republicano Radical eleito no Congresso de Coimbra diante dos conflitos internos e outros acontecimentos da vida política nacional

1926.03.20

AJM, cx. 4, pt. 11, doc. 8

O Partido Republicano Radical e os partidos republicanos

[S.d.]

AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 8

Processo de nomeação de José de Macedo para o cargo de secretário-geral de Moçambique

1911.03.10-1911.[-- ?].[-- ?]

AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 17

Circular do Centro Republicano Radical para as diversas comissões

1922.05.22

AJM, cx. 4, pt. 14, doc. 18

Carta de [A. Fernando Borba?] para José de Macedo

1923.05.27

AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 8

Carta do secretário da Comissão de Restauração e Transferência do monumento em Monsanto ao alferes Martins, para o [Directório do Partido Republicano Radical]

1926.01.20

AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 20

Carta de António da Rocha Nunes para José de Macedo

1926.03.02

AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 22

Campanha a favor do adiantamento de seis meses de ordenado aos funcionários públicos com filhos a estudar

1937.01.29-1937.[04?].[--?]

AJM, cx. 4, pt. 15, doc. 25

Carta de José de Macedo para Albino [Soares Pinto] dos Reis [Júnior]

1948.03.01

AJM, cx. 4, pt. 16, doc. 1

Programa eleitoral do candidato a deputado, José de Macedo, pelo Partido Republicano Português (PRP) ao círculo de Gaia.

1911.05.18

AJM, cx. 5, pt. 5, doc. 8

Boletim de adesão à Liga Portuguesa dos Direitos do Homem

AJM, cx. 5, pt. 5, doc. 9

Estatutos da Organização Republicana do Silêncio - Res non verba - Independência-República-Vitória

1940-1943

AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 1

Albertino e tripeiro

[S.d.]

AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 2

“Erros teológicos”

1901

AJM, cx. 5, pt. 8, doc. 3

“Etnografia e Economia”

[193-?]

AJM, cx. 5, pt. 10, doc. 17

Carta de Virgílio Ferreira Marques para José de Macedo

1945.11.13

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 1

“História colonial portuguesa”

[S.d.]

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 2

"Colonização e exploração colonial”

[S.d.]

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 3

"Diplomacia económica”

[S.d.]

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 4

"Explicação"

Apresentação de trabalho sobre colonização.

1905.[--?]-[--?]

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 5

"Uma figura dominante”

[S.d.]

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 6

"A função construtiva dos Inquéritos Nacionais”

AJM, cx. 6, pt. 1, doc. 7.

Portugal, sob o ponto de vista dos seus recursos económicos

AJM, cx. 6, pt. 12, doc. 146

Lista autógrafa das obras publicadas e em preparação e dos periódicos onde colaborou

[S.d.]

AJM, cx. 7, pt. 4

Projecto de organização do I Congresso de Estudos Históricos de Lisboa

1944

AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 34

Eleição para representante da Grande Dieta. (Bénoit Malon, grau 18.º)

1911.03.18

AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 35.

Apostila do grau 20.º, Mestre ad Vitam, atribuída a José de Macedo

1925.08.12

AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 36

Apostila do grau 25.º, Cavaleiro da Serpente de Bronze, atribuída a José de Macedo

1926.06.04

AJM, cx. 8, pt. 4, doc. 37

Apostila do grau 29.º, Grau Escocês de S. André da Escócia, atribuída a José de Macedo

1930.02.10

AJM, cx. 8, pt. 7, doc. 113

Carta de José de Macedo para o coronel Lopes Galvão

FONTES IMPRESSAS E ELECTRÓNICAS

DECRETO-LEI n.º 19 869. **Diário do Governo I Série**. N.º 133 (1931-06-09) 1080-1081.

DECRETO-LEI n.º 583/73. **Diário da República I Série**. N.º 259 (1973-11-06) 2106-2118.

DECRETO-LEI n.º 105/82. **Diário da República I Série**. N.º 82 (1982-04-08) 843-845.

DECRETO-LEI n.º 16/93. **Diário da República I Série-A** [Em linha]. N.º 19 (23-01-1993) 264-270. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em http://www.fct.pt/arquivo/docs/DecretoLei16_93.pdf.

LEI n.º 14/94. **Diário da República I Série-A**. N.º 109 (1994-05-11) 2432. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em https://www.fct.pt/arquivo/docs/Lei14_94.pdf.

LEI n.º 67/98. **Diário da República I Série-A**. N.º 247 (1998-10-26) 5536-5546.

LEI n.º 107/2001. **Diário da República I Série-A**. N.º 209 (2001-09-08) 5808-5829. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>.

CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa: lei constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto. **Diário da República I Série-A**. N.º 155 (2005-08-12) 4642-4686. [Consult. 10 Jun. 2012]. Disponível em <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>.

LEI n.º 46/2007. **Diário da República I Série-A**. N.º 163 (2007-08-24) 5680-5687. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em http://alfa.fct.mctes.pt/arquivo/docs/Lei46_2007.pdf.

LEI n.º 16/2008. **Diário da República I Série**. N.º 64 (2008-04-01) 1894-1983.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ivone [et. al] (1993) – **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 257 p. ISBN 972-565-146-4.

ANDERSSON, Stellan (1999) - On the value of personal archives. **Nordeuropa Forum: Zeitschrift Fur Politik, Wirtschaft Und Kultur** [Em linha]. Vol. 1, p. 15-27. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em <http://edoc.hu-berlin.de/nordeuropaforum/1999-1/andersson-stellan-15/XML/>.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES (1973) – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. de Manuel Adolfo Wanderley. 2.^a ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional. 167 p.

BAIÔA, Manuel (2006) – O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935): ideologia, política regional, organização interna e elites. **Análise Social**. Lisboa : ICS/UL. ISSN 0003-2573. Vol. 41, n.º 178, p. 99-123.

BRANDÃO, Fernando de Castro (2011) - **1ª República Portuguesa: uma cronologia**. Macau : University of Saint Joseph. 737 p. ISBN 978-99937-734-4-3.

BELLOTTTO, Heloísa Liberali (1978) – Problemática actual dos arquivos particulares. **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro. ISSN 0100-2244. Vol. 6, n.º 1 (Jan.-Abr.), p. 5-9.

___ (1998) - Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. **Revista Estudos Históricos** [Em linha]. Rio de Janeiro. ISSN 0103-2186. Vol. 11, n.º 21, p. 201-207. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>.

___ (2006) – **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.^a ed. Rio de Janeiro : Editora FGV. 320 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (1998) - Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista de Estudos Históricos** [Em linha]. Rio de Janeiro. ISSN 0103-2186. Vol. 11, n.º 21, p. 169-175. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2065/1204>.

____ (2009) – Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. A. 45, n.º 2, (Jul.-Dez.), p. 26-39.

CANAS, Ana (2007) - Acesso à informação colonial: a missão do AHU, exigência de cidadania, dimensão de Estado. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9, Ponta Delgada, 2007 – **Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação**. Actas [Em linha]. Lisboa : BAD. 7 p. [Consult. 20 Out. 2013]. Disponível em <http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm#Tema3>.

CARONE, Edgard (2012) - **Propaganda pelo Facto**. p. 40-43. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/2031/1666>.

CATROGA, Fernando (1991) - **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. Coimbra : Faculdade de Letras, 1991. 2 vols. ISBN 972-9038-14-7.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS [2001?] – **Relatório do Sub-comité sobre os instrumentos de descrição: orientações para a preparação e apresentação de instrumentos de descrição** [Em linha]. Trad. de Joana Braga, Lucília Runa; rev. de Alexandre Arménio Tojal. [Consult. 23 Abr. 2012]. Disponível em http://dgarq.gov.pt/files/2008/09/preparacao_apresentacao_idd.pdf.

____ (2002) - **ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999** [Em linha]. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa : IAN/TT. 97 p. [Consult. 23 Abr. 2012]. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2004) - **ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias** [Em linha]. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa : Instituto dos Arquivos

Nacionais/Torre do Tombo. [Consult. 23 Abr. 2012]. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.

COOK, Terry (1998) - Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista de Estudos Históricos** [Em linha]. Rio de Janeiro. ISSN 0103-2186. Vol. 11, n.º 21, p. 129-149. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/.../1201.

____ (2001) – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**. Vol. 1, n.º 1, p. 3-24.

COSTA, Cátia Miriam (2008) – Aspectos inovadores na obra de José de Macedo. In RODRIGUES, Miguel Jasmins, org. – **Futuro e história da lusofonia global**. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. 387 p. ISBN 978-972-672-977-8. P. 325-334.

____ (2009) – J. Bravo Carbonel e José de Macedo: duas leituras coloniais dos trópicos [Em linha]. **Revista Crioula**. ISSN 1981-7169. N.º 6 (Nov.), 13 p. [Consult. 18 Mar. 2012]. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/54969/58615>.

____ (2010) – Pensamento republicano e africanismo: o caso de José de Macedo. In MARTINS, Ana Cristina; ALBINO, Teresa, coord. – **Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010**. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. 224 p. ISBN 978-972-672-988-4. P. 34-38.

CRUZ, Gleise Andrade (2008) - **De olho na eternidade: a construção do arquivo privado de Antonio Carlos Jobim** [Em linha]. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2008. 133 p. [Consult. 11 Out. 2011]. Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) para obtenção do grau de Mestre. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2153/CPDOC2008GleiseAndradeCruz.pdf?sequence=1>.

CRUZ MUNDET, José Ramón (2001) – **Manual de archivística**. Ed. corregida y actualizada. Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez. ISBN 84-89384-31-2. 413 p.

DUCHEIN, Michel (1982) – O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivos e Administração**. Rio de Janeiro. (Abril), p. 14-33.

DURANTI, Luciana (1994) – The concept of appraisal and archival theory. **American Archivist**. Vol. 57 (Spring), p. 328-344.

HEYMANN, Luciana (2007) – Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC: alguns comentários. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS PESSOAIS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS: CURODARIA E TRATAMENTO TÉCNICO, Rio de Janeiro, 2007.

____ (2009) – O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo público Mineiro**. A. 45, n.º 2, (Jul.-Dez.), p. 40-57.

HOBBS, Catherine (2001) - The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria** [Em linha]. Vol. 52 (Fall), p. 126-135. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817/14027>.

LEAL, Ernesto Castro (2006) – **A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)** [Em linha]. [Consult. 20 Mar. 2012]. Disponível em <http://lagosdarepublica.wikidot.com/a-ideia-federal-no-republicanismo-portugues-1910-1926>.

LEAL, Ernesto Castro (2008) – **Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)**. Coimbra : Imprensa da Universidade. 360 p. ISBN 978-989-8074-48-5.

___ [2010?] – **O campo político dos partidos republicanos portugueses (1910-1926)** [Em linha]. [Consult. 20 Mar. 2012]. Disponível em <http://lagosdarepublica.wikidot.com/o-campo-politico-dos-partidos-republicanos-portugueses-1910>.

LIMA, Luís (2012) – **Catálogo do Arquivo Professor António Lino Neto** [Em linha]. Lisboa : Centro de Estudos de História Religiosa. 648 p. (Instrumentos de Descrição Documental; 1). [Consult. 10 Jan. 2013]. Disponível em http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1118&lang=1&artigoID=509. ISBN 978-972-8361-43-3.

LOBATO, Manuel (2010) – A Comissão de Cartographia e a produção científica colonial portuguesa da monarquia constitucional à I República. In MARTINS, Ana Cristina; ALBINO, Teresa, coord. – **Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010**. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. 224 p. ISBN 978-972-672-988-4. P. 13-18.

LOPEZ, André Porto Ancona (2003) - Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**. Niterói. ISSN 1413-9073. N.º 154, (2.º sem.), p. 1-140.

MACEDO, José de (1898a) – **O cooperativismo**. Lisboa : Companhia Nacional Editora. 64 p. (O Ideal Moderno. Bibliotheca de Orientação Socialista).

___ (1898b) – **A socialização do ensino**. Lisboa : Companhia Nacional Editora. 62 p. (O Ideal Moderno. Bibliotheca de Orientação Socialista).

___ (1899) – Comércio com as colónias. **Revista Portuguesa Colonial e Marítima**. Lisboa : Livraria Ferin. Ano 3, n.º 5 (Jan.-Jun.), p. 284-297.

___ [1900] – **O poderio da Inglaterra**. Lisboa : Guimarães Editores. 77 p. (Colecção do Povo: Científica, Artística, Industrial e Agrícola; 4).

___ (1901) – A educação do negro. **Revista Portuguesa Colonial e Marítima**. Lisboa : Livraria Ferin. A. 4, n.º 7 (Jan.-Jun.), p. 287-297.

___ (1910) – **Autonomia de Angola: estudo de administração colonial**. Lisboa : Tip. Leiria. (ed. utilizada: **Autonomia de Angola**. Pref. Jorge Borges de Macedo. 2.^a ed. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Sócio Economia, 1988. 278 p.).

___ (1913) – **Meios de desenvolver a riqueza pública no Portugal continental, Açores e Madeira**. Lisboa : Tip. Bayard. Tese apresentada ao Congresso Maçónico de 1913.

MACNEIL, Heather (1994) – Archival studies in the canadian grain: the search for a canadian archival tradition. **Archivaria**. ISSN 1923-6409. N.º 37, (Spring), p. 134-149.

MARQUES, A. H. de Oliveira [1970] - **A primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural**. Lisboa : Livros Horizonte. 204 p.

___ (1975) – **A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo**. Lisboa : Dom Quixote. 336 p. (Participar; 5).

___, dir. [1978] – **História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base**. Lisboa : Iniciativas Editoriais. P. 534-651.

___ (1981) – **Guia de História da 1ª República Portuguesa**. Lisboa : Editorial Estampa. P. 115-136.

___ (1988) – **Ensaio de História da I República Portuguesa**. Lisboa : Livros Horizonte. 324 p. (Horizonte histórico; 11).

___, coord. (1991) - **Portugal da Monarquia para a República**. Lisboa : Editorial Presença. 839 p. vol. 11.

MARQUES, João Pedro (1995) - **Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa : Colibri. 388 p. ISBN 972-8047-75-4.

MARQUES, Luís Alberto (2010) - Os professores e o ensino industrial (último quartel do século XIX a meados do século XX). **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**.

Lisboa. ISSN 1646-4990. N.º 11 (Jan.-Abr.), p. 35-44. [Consult. 23 Jan. 2012]. Disponível em <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%2011%20PT%20d4.pdf>.

MCKEMMISH, Sue (1996) – Evidence of me. **Archives and Manuscripts** [Em linha]. Vol. 24 (May), p. 28-45. [Consult. 10 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.mybestdocs.com/mckemmish-s-evidofme-ch10.htm>.

MOLINA, Talita dos Santos (2011) - Concepções do património documental brasileiro: um histórico da legislação arquivística brasileira – O Conselho Nacional de Arquivologia/CONARQ. **Anais do V Congresso Internacional de História** [Em linha]. ISSN 2175-4446. [Consult. 18 Jan. 2012]. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/156.pdf>.

MONTEIRO, José Luís Cavaco (2009) - **Federalismo, regionalismo e municipalismo em Portugal: 1920-1922**. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado em História Contemporânea.

MOURA, Maria Lúcia de Brito (2004) - **A guerra religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias**. Lisboa : Editorial Notícias. 532 p. ISBN 972-46-1562-6.

NP 405 – 1. 1994, Informação e Documentação – **Referências bibliográficas: Documentos impressos**. Lisboa : IPQ. 49 p.

NP 405 – 3. 2000, Informação e Documentação – **Referências bibliográficas: Documentos não publicados**. Lisboa : IPQ. 15 p.

NP 405 – 4. 2002, Informação e Documentação – **Referências bibliográficas: Documentos electrónicos**. Lisboa : IPQ. 26 p.

NP 4041. 2005, Informação e documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa : IPQ.

OLIVEIRA, Adriana Xavier Gouveia de (1998) - Organizar acervos particulares: tarefa nada fácil: arquivo Jacques Danon, um estudo de caso. **Arquivo e Administração** [Em linha]. Rio de Janeiro. Vol. 1, n.º 2 (Jul.-Dez.), p. 5-16. [Consult. 10 Jan. 2012]. Disponível em www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=11737.

PAÇO, António Simões do, coord. (2004) – **Factos desconhecidos da história de Portugal**. Lisboa : Selecções dos Reader's Digest. 366 p. a 2 colns. ISBN 972-609-416-X.

PEIXOTO, Pedro de Abreu (2000) – A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**. Lisboa : Gabinete de Estudos a&b. ISSN 0873-5670. N.º 4, p. 55-77.

PIMENTEL, Maria do Rosário (1996) - **Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna**. Lisboa : Colibri. 388 p. ISBN 972-8047-75-4.

PORTUGAL. Direcção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (2011) – **Orientações para a descrição arquivística** [Em linha]. 3.ª ed. Lisboa : DGARQ. 392 p. [Consult. 23 Abr. 2012]. Disponível em http://dgarq.gov.pt/files/2008/08/ODA_v_3_0-12.pdf.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (1999) – **Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada**. Lisboa : IAN/TT. 63 p. ISBN 972-8107-48-X.

PORTUGAL. Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) - **Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 anos de história**. Lisboa : IICT. 480 p.

____ (2008-) - **Arquivo Científico Tropical Digital (ACTD)** [Em linha]. Lisboa : IICT. [Consult. 9 Nov. 2013]. Disponível em <http://www2.iict.pt/>.

____ [2012]- **Relatório de atividades 2012**[Em linha]. Lisboa : IICT. [Consult. 9 Mar. 2012]. Disponível em http://www2.iict.pt/archive/doc/IICT_RelatorioActividades2012_Final_imagens.pdf.

___ (2013a) – **Plano de actividades 2013** [Em linha]. Lisboa : IICT. [Consult. 9 Nov. 2013]. Disponível em

http://www2.iict.pt/archive/doc/IICT_PlanoActividades23Abril2013_VersaoFinal.pdf.

___ (2013b) - **Regras e política de acesso às colecções históricas e científicas (CH&C) do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)** [Em linha]. Lisboa : IICT. [Consult. 17 Dez. 2013]. Disponível em http://www2.iict.pt/archive/doc/PoliticaAcesso_IICT_15out2013.pdf.

PROCHASSON, Christophe (1998) - Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC. ISSN 0103 - 2186. Vol. 11, n.º 21, p. 105-119.

QUEIRÓZ, António José (2010) - As eleições legislativas de 1925 [Em linha]. **Revista da Faculdade de Letras: História**. Porto. Série 3, Vol. 11, p. 63-94. [Consult. 10 Ago. 2013]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9007.pdf>.

RAMALHO, António Jorge Serafim (2011) – **Do papel para a mão: gestão dos arquivos literários portugueses**. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 72 p. Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação.

RAMOS, Rui (1994a) - **Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**. Lisboa : Círculo de Leitores. 682 p. ISBN 972-42-0971-7. vol. 6.

___, coord. (1994b) – **A segunda fundação, 1890-1926**. Lisboa : Estampa. ISBN 972-33-0988-2. vol. 6.

REIS, Luís (2006) - O arquivo e arquivística: evolução histórica. **Biblos** [Em linha]. Lima, Perú. ISSN 1562-4730. Vol. 7, n.º 24 (Abr.-Jun.). [Consult. 10 Jan. 2012]. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/161/16172402.pdf>.

RIBEIRO, Fernanda (2003) – **O acesso à informação nos arquivos**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. Dissertação de doutoramento em Arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. ISBN 9723110172.

RIBEIRO, Maria Cristina Portella (2012) - **Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. - 1910 c.): convergência e autonomia.** Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 145 p. Dissertação de mestrado em História de África.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach (2004) - **Uma análise da teoria dos arquivos.** Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação.

ROMANELLI, Cristina (2012) – Um resgate e tanto. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro. ISSN 1808-4001. A. 7, n.º 79 (Abr.), p. 54-57.

ROSAS, Fernando, coord. (1992) - **Portugal e o Estado Novo (1930-1960).** Lisboa : Presença. 571 p. vol. 12.

___ (1994) - **O Estado Novo (1926-1960).** Lisboa : Círculo de Leitores. 587 p. ISBN 972-42-0916-4. vol. 7.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol (1998) – **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Colab. Florence Arés...[et al]; trad. de Magda Bigotte de Figueiredo; rev. de Pedro Penteado. Lisboa : Dom Quixote. 356 p. ISBN 972-20-1428-5.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990) - **A Primeira República: 1910-1926.** 2.^a ed. rev. Lisboa : Verbo. vol. 11.

SETON, Rosemary (1984) - **The preservation and administration of private archives: a RAMP study** [Em linha]. Paris : UNESCO. [Consult. 10 Jan. 2012]. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000596/059687e.pdf>.

TENGARRINHA, José (1989) - **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa : Caminho. 352 p. ISBN 972-21-0396-2.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato (2011) - As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso** [Em linha]. Salvador : UFBA (Universidade Federal da Bahia). ISSN 1981-6766. Vol. 5, n.º 1 (Abril), p. 66-84. [Consult. 12 Ago. 2012]. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868/3665>.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (2011) – A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Vol. 16, n.º 1, (Jan.-Mar.), p. 21-44.

VENTURA, António (2000) - **Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)**. Lisboa : Cosmos. 334 p. ISBN 972-762-196-1.

VIDAL, Laurent (2007) - Acervos pessoais e memórias colectivas: alguns elementos de reflexão. **Património e Memória** [Em linha]. São Paulo : CEDAP. ISSN 1808-1967. Vol. 3, n.º 1, p. 11-21. [Consult. 10 Jan. 2012]. Disponível em http://www.cedap.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v3.n1/laurent_vidal.pdf.

VIEIRA, João (2005) – Arquitectura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro. Vol. 4, n.º 2 (Jul.-Dez.), p. 33-45.

VOGAS, Ellen Cristine Monteiro (2011) – **Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos documentos arquivísticos: o arquivo Darcy Ribeiro**. Niterói : Universidade Federal Fluminense. Dissertação de mestrado em Ciências da Informação.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Boletim bibliográfico

(em suporte digital)

APÊNDICE 2

Roteiro da entrevista semi-directiva

Roteiro da Entrevista ao Dr. José Brissos

Faculdade de Letras de Lisboa

09 de Março de 2012

I. Objectivos

- Recolher informação sobre a presença de documentos de José de Macedo no acervo bibliográfico e arquivístico do Professor Borges de Macedo
- Coligir dados biográficos de José de Macedo através da análise de conjuntos de documentos que integram o arquivo de Borges de Macedo
- Conhecer os critérios de arranjo e descrição da documentação
- Aceder aos instrumentos de pesquisa disponíveis

II. Espólio do Professor Jorge Borges de Macedo

Acervo arquivístico

Aquisição

1. Poderia começar por fazer um breve historial do itinerário da documentação?

(De onde veio, por que locais passou antes de ser aqui instalada, como foi feito o acondicionamento e o transporte, se veio toda de uma só vez, em suma, a história custodial)

2. Qual a dimensão do arquivo pessoal?

(N.º de cxs., pastas, dossiês, etc.)

Arranjo

3. O Professor Borges de Macedo interveio na organização dada à documentação?

(Saber se disponibilizou informações sobre o contexto de produção, a hierarquia dos documentos e suas inter-relações)

4. Qual o sistema de organização adoptado?

(A docu. foi organizada por Fundo - Séries - Processos - Docs.? Especificar a estrutura interna, ordenação e/ou sistema de classificação da unidade de descrição)

5. Foi elaborado um quadro de classificação? É possível ter acesso a ele?

Descrição

6. Para a descrição da documentação, foi utilizado algum *software* de gestão integrada de arquivo? Qual?

7. A tabela em Excel (ou outro instrumento de descrição/levantamento utilizado) segue os campos previstos pela ISAD (G)?

(Esta pergunta só será efectuada se a resposta à questão anterior for negativa)

8. Qual o nível de detalhe da descrição?

(Nível do fundo, das séries ou até ao nível do documento?)

Instrumentos de descrição/pesquisa

9. Que instrumentos de descrição/pesquisa foram elaborados? Estão disponíveis online?

(Guia, Inventário, Catálogo, Outros).

Acesso e restrições

10. O contrato de doação contém restrições relativas ao acesso a algum conjunto de documentos?

Conteúdo

11. No conjunto de documentos designados de "Documentos Pessoais" foram encontrados documentos que nos possam facultar informação biográfica sobre o seu pai?

(Nome da primeira esposa e o da segunda, mãe de Borges de Macedo, nome dos seus irmãos, locais onde viveram e em que anos - importa confirmar a sua estada em Angola entre 1902 e 1908/09 e até moradas lá -, cargo na função pública, categoria e datas, etc.)

12. Da sua "Correspondência Pessoal" fazem parte cartas enviadas pelo seu pai e/ou pelos seus irmãos?

13. Foram identificados documentos onde o Prof. Borges de Macedo se refira às opções ideológicas, aos gostos culturais, ao círculo de amigos de José de Macedo?

Acervo bibliográfico

14. Existe na biblioteca particular do Prof. Borges de Macedo algum núcleo que tivesse pertencido à biblioteca de seu pai?

15. Se sim, como foram identificados?
(Existência de marcas de posse e/ou de uso)

16. Quais as áreas temáticas abrangidas? Quais os autores de referência aí representados?

APÊNDICE 3

Levantamento preliminar parcial da documentação (em suporte digital)

APÊNDICE 4

Quadro de Classificação

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

F/ Arquivo Dr. José de Macedo

SC/ VIDA PESSOAL E FAMILIAR

SR/ Registos de movimentos e outras operações bancárias

SR/ Fotografias

SR/ Documentos de despesa

SR/ Documentos relativos a cuidados médicos

SR/ Requerimentos

SR/ Correspondência

SR/ Cadernos, trabalhos e horários escolares dos filhos

SR/ Outros documentos

SC/ VIDA SOCIAL

SSC/ Contactos e Relacionamento Social

SR/ Correspondência

SR/ Cartões-de-visita

SR/ Agendas e contactos

SR/ Fotografias

SR/ Folhetos publicitários de eventos culturais

SR/ Outros documentos

SSC/ Colaboração com Instituições/Associações Filantrópicas e de Assistência Social

SR/ Comprovativos do pagamento de quotas

SR/ Correspondência

SC/ VIDA PROFISSIONAL

SSC/ Direcção da Divisão de Fiscalização dos Serviços do Comércio e Indústria e Contabilidade Comercial da Marinha Mercante

SR/ Cartões de identificação profissional e de livre-trânsito

SR/ Correspondência

SR/ Escritos

SSC/ Direcção de Estabelecimentos de Ensino Privado

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Correspondência

SR/ Documentos de despesa

SR/ Publicidade

SSC/ Actividade Docente

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Recibos de vencimento

SR/ Correspondência

SR/ Planos curriculares

SR/ Horários dos cursos

SR/ Cadernetas de assiduidade

SR/ Enunciados e testes de alunos

SR/ Pautas de exames e classificações

SR/ Resumos das aulas

SR/ Escritos

SR/ Folhetos publicitários

SR/ Recortes de imprensa

SR/ Outros documentos

SSC/ Actividade Jornalística

SR/ Cartões de acreditação

SR/ Recibos de vencimento

SR/ Correspondência

SR/ Assinaturas de jornais

SR/ Projectos editoriais

SR/ Publicidade

SR/ Documentos de despesa

SR/ Comunicados de imprensa

SR/ Escritos

SSC/ Actividade Empresarial - Projectos Empresariais

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Correspondência

SR/ Escritos

SSC/ Intervenção em Associações Comerciais e Profissionais

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Comprovativos do pagamento de quotas

SR/ Correspondência

SC/ VIDA POLÍTICA E INTERVENÇÃO CÍVICA

SSC/ Actividade Política

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Comprovativos do pagamento de quotas

SR/ Cartões de admissão aos congressos

SR/ Correspondência

SR/ Documentos inerentes à constituição dos actos eleitorais

SR/ Comunicações apresentadas aos congressos e outros escritos

SR/ Propaganda política diversa

SR/ Recortes de imprensa

SR/ Outros documentos

SSC/ Intervenção em Instituições/Associações de Divulgação dos Direitos Individuais e dos Ideais Republicanos

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Correspondência

SR/ Escritos

SC/ VIDA INTELECTUAL E CULTURAL

SSC/ Produção Intelectual

SR/ Monografias, artigos, comunicações, e outros escritos

SR/ Cadernos de apontamentos

SR/ Manuscritos de terceiros

SR/ Desenhos

SR/ Documentos inerentes à aquisição e acesso a fontes bibliográficas

SR/ Documentos inerentes à organização de eventos culturais

SR/ Correspondência

SR/ Recortes de imprensa

SSC/ Participação em Congressos e Eventos Culturais

SR/ Bilhetes de admissão

SR/ Correspondência

SSC/ Intervenção em Instituições/Associações de Cariz Cultural e Científico

SR/ Constituição e regulamentação

SR/ Cartões de sócio

SR/ Comprovativos do pagamento de quotas

SR/ Certificados e diplomas

SR/ Propostas e estatísticas de novos membros

SR/ Correspondência

SR/ Escritos

SR/ Homenagens

APÊNDICE 5

Tabela de descrição de conjuntos documentais seleccionados (em suporte digital)

ANEXOS

ANEXO 1

Lista dactiloscrita das obras publicadas e em preparação e colaborações em periódicos

(Transcrição elaborada pela Dra. Cátia Costa a partir do original que faz parte do fundo pessoal do Dr. José de Macedo)

OBRAS DE JOSÉ DE MACEDO

O Cooperativismo – A Editora – 1898

Socialização do ensino – A Editora – 1898

Poderio de Inglaterra – Guimarães e c.^a – 1899

As nossas riquezas coloniais – SGL – 1902 (Esgotado)

Os contratos de serviçais em Angola – Grande Comissão de Luanda – 1904

Autonomia de Angola – Edição do autor – 1910

As pautas de Angola – Editado pelos comerciantes angolenses de Lisboa – 1912

Meio de desenvolver a riqueza pública – tese para um congresso nacional – 1913

O conflito internacional sob o ponto de vista português – Edição Renascença

Portuguesa – Porto, 1916

Em vias de publicação

Angola nova (estudo de economia colonial)

A Sociedade das Nações (a remodelação económica e política dos estados)

A constituição económica da República de Portugal (estudo de economia nacional)

O Estado democrático (Estudos de direito político)

Colaboração em revistas científicas

A Crónica (Lisboa – 1898)

O Gabinete de Reporters (Lisboa 1898)

Revista Portuguesa Colonial e marítima (1899)

Boletim da Sociedade de Geografia (1900)

A Atlântida (Lisboa 1916 a 1919)

Revista de Portugal (Lisboa – 1919)

Revista Instituto Superior de Comércio de Lisboa – 1919

Colaboração jornalística

A República – Porto – 1890

A República portuguesa – Porto – 1890
Os Vencidos – Gaia – 1891
Revolução de Janeiro – Porto – 1891
Revolta do Porto – Porto – 1892
Luz do Operário – Gaia – 1892-95
Portugal – Coimbra – 1896
A Folha do Povo – Lisboa 1899
A Vanguarda – Lisboa – 1899, 1901, 1910
A Lucta – Diário socialista – Lisboa – 1900
O Eco Socialista – 1900
A Defesa de Angola - Luanda – 1903-1905
Diário de Notícias – Lisboa – 1907
Benguela – Angola – 1907-1908
Folha do Sul – Novo Redondo – 1905, 1907, 1913
A Voz de Gaia – 1911
A Defesa – Gaia – 1911-1912
Comércio do Porto – Porto – 1906 a 1913
Capital – Lisboa – 1910 a 1913
A folha Nova - Porto – 1912
O Século – Lisboa – 1913 a 1916
O Jornal de Benguela – Benguela - 1912 a 1916
O Mundo – Lisboa – 1916
O Povo – Lisboa – 1914, 1915, 1916